



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2009



ÍNDICE

Parte I – Relatório Consolidado de Gestão

1. Mensagem do Presidente
2. Principais Indicadores do Grupo
3. Principais Acontecimentos de 2009
4. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial
5. Perspectiva Geral do Negócio
6. Qualidade e Satisfação de Clientes
7. Análise Económica e Financeira do Grupo
8. Análise Económica e Financeira por Área de Negócio
9. Comportamento Bolsista
10. A Reditus na Imprensa
11. Perspectivas 2010
12. Responsabilidade Social e Sustentabilidade
13. Actividade dos Administradores não Executivos
14. Resultados
15. Agradecimentos

Parte II - Demonstrações Financeiras Consolidadas

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

Declaração de Responsabilidade do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas

Anexo ao Relatório Consolidado de Gestão

Parte III - Relatório sobre o Governo da Sociedade



Parte I – RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO



1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Accionistas,

O ano de 2009, cujo detalhado relatório de actividades se coloca à apreciação dos Senhores Accionistas, fica marcado pelo reforço de uma posição de liderança no sector das tecnologias de informação em Portugal e pela criação de base sólidas de crescimento futuro.

Com efeito, o Grupo Reditus prosseguiu a sua estratégia de crescimento as várias áreas de negócios, expandindo a sua presença internacional, rentabilizando os seus recursos de forma eficiente e explorando as oportunidades existentes.

Apesar do cenário económico difícil, que afectou a actividade de alguns dos nossos Clientes, conseguimos prosseguir a missão de gerar valor acrescentado para todos os nossos stakeholders. Criámos mais e bons empregos, flexibilizámos as estruturas de custos e oferecemos poupanças aos nossos Clientes, reforçámos as parcerias com Fornecedores e Parceiros, pagámos mais impostos ao Estado e gerámos um resultado líquido positivo assinalável para os Accionistas.

O desempenho obtido só foi possível com visão e trabalho árduo. Após o movimento de consolidação com o Grupo Tecnidata, no final de 2008, o Grupo Reditus implementou uma estratégia de racionalização e reestruturação que implicou a fusão por incorporação das sociedades que prestam serviços e fornecem soluções na área de infra-estruturas de TI e uma reorganização das sociedades que prestam serviços de suporte para o Grupo Reditus. Este trabalho tornou o Grupo Reditus ainda mais apto para explorar as oportunidades existentes, o que nos está a permitir implementar acções de cross selling e chegar a novos Clientes.

Aliás, ao longo de 2009 conseguimos reforçar a presença nos nossos Clientes, bem como alargar o nosso portfólio com importantes instituições e empresas tanto no mercado nacional como internacional. A clara aposta na inovação permitiu antecipar tendências de mercado e criar novos produtos e serviços, respondendo às necessidades e anseios do mercado.

Neste sentido, abrimos quatro novos Centros de Serviços dedicados ao Business Process Outsourcing em Castelo Branco, Benavente, Lisboa Roma, Lisboa Expo, bem como uma fábrica de Software na Covilhã. A criação de emprego, ainda mais em regiões do Interior do País, é um facto que muito nos orgulha, pois como empresa responsável acreditamos que devemos investir em novas geografias, diversificando as experiências e culturas da nossa organização

Esta multi-culturalidade é fortalecida pela crescente presença internacional do Grupo. Hoje, estamos presentes em 18 países e geramos um terço das nossas receitas no exterior, o que torna a Reditus num exemplo de internacionalização em sectores de valor acrescentado como é o sector das tecnologias de informação.

Adicionalmente, alargámos as nossas competências com a aquisição do distribuidor exclusivo da Panda Security em Portugal, mantendo o compromisso de analisar oportunidades de crescimento através de movimentos de consolidação.

O sucesso da nossa estratégia está bem patente no que atingimos em 2009. Os proveitos totais ascenderam a 104,2 milhões de euros e o EBITDA superou os 10,5 milhões de euros, consolidando uma sólida plataforma destinada ao crescimento quer orgânico quer por aquisições.



Assim, em 2010, apesar do cenário desafiante, pretendemos perseverar no caminho do crescimento. Para tal, contamos com uma estratégia sólida e clara:

Queremos oferecer mais valor aos nossos Clientes, procurando um maior envolvimento através do fomento do cross selling de serviços das diferentes áreas e mantendo elevadas taxas de retenção.

Queremos alargar a nossa presença internacional, reforçando a actual base e explorando novos mercados e geografias.

Queremos alavancar os níveis de eficiência e rentabilidade, mantendo o Grupo como referência do sector em Portugal.

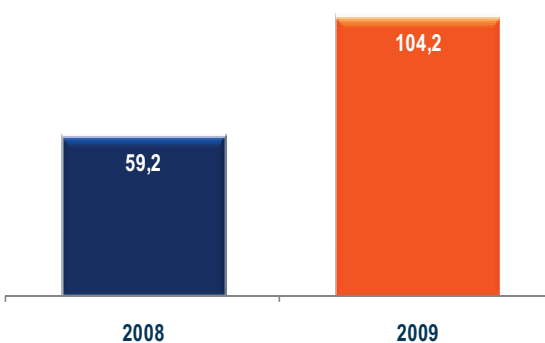
Queremos complementar a nossa oferta de produtos e serviços, tanto em Portugal como no exterior, analisando as oportunidades e avaliando hipóteses de consolidação.

Acreditamos que este é o caminho a percorrer para gerar valor para os nossos Clientes, Parceiros, Accionistas e Colaboradores. Contamos com todos para cumprir esta nossa missão.

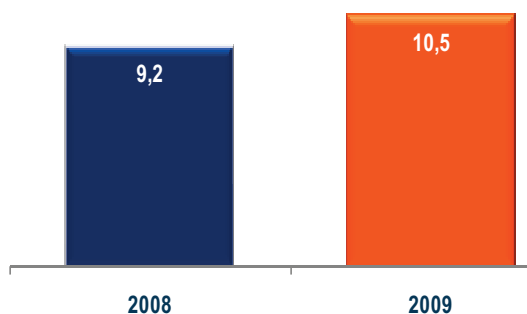


2. PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS DO GRUPO

Volume de Negócios (M€)

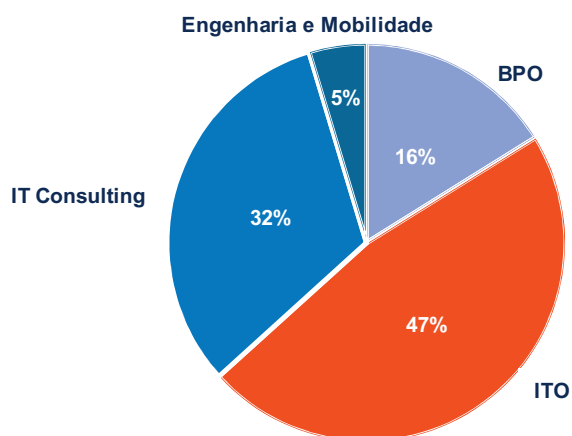


EBITDA (M€)

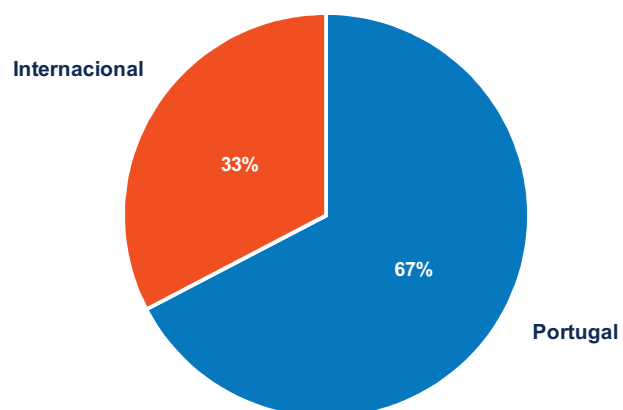


Volume de Negócios
(2009)

Por Segmento de Actividade



Por Segmento Geográfico





3. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2009

- Conclusão da integração das empresas adquiridas no final de 2008, Tecnidata e Roff
- Abertura de Centros de Serviços dedicados aos contratos de Business Process Outsourcing (Castelo Branco, Benavente, Lisboa Roma, Lisboa Expo)
- Abertura da fábrica de Software na Covilhã em parceria entre a Roff e a Câmara Municipal da Covilhã
- Aquisição do distribuidor exclusivo da Panda Security em Portugal
- Aumento das vendas internacionais
- Presença internacional em 18 países: França, Noruega, Irlanda, Espanha, Brasil, Angola, Suíça, Alemanha, EUA, Tunísia, Inglaterra, Áustria, Bélgica, Itália, Holanda, Roménia, China e Marrocos
- Continuação da estratégia de racionalização e reestruturação que implicou a fusão por incorporação das sociedades que prestam serviços e fornecem soluções na área de infra-estruturas de TI e uma reorganização das sociedades que prestam serviços de suporte para o Grupo Reditus
- Crescimento na base de Clientes existente e captação de novos Clientes, tanto no mercado nacional como no internacional



4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

Economia

O ano de 2009 ficará para a história como o ano em que, aparentemente, a actuação global e coordenada das autoridades monetárias e dos responsáveis pelas políticas orçamentais das principais economias do mundo conseguiram sustentar a forte probabilidade de global economic meltdown que muitos anteciparam durante 2008.

Na verdade, o ano iniciou-se num ambiente de elevado risco de colapso do sistema financeiro nas principais economias, com quebras homólogas de comércio internacional de perto de 30% e com o espectro da repetição da longa crise internacional que se seguiu ao crash de Wall Street de 1929. Desta vez, tal não aconteceu: os bancos centrais e os Governos intervieram com sucesso sobre os bancos e os mercados; a política monetária do Fed foi agressiva quanto bastar; e o BCE também adoptou uma postura de intervenção que se veio a revelar precisa e adequada. A actuação célere dos Governos sobre a procura agregada das respectivas economias e a recusa ao proteccionismo cumpriram o seu papel na redução dos riscos de um sério, longo e profundo retrocesso na economia mundial. Assim, as perspectivas dos vários agentes no final do ano eram radicalmente diferentes, para melhor, do registado em Janeiro, embora a situação de muitas das economias envolvidas ainda fosse deveras preocupante. Por outro lado, e independentemente da melhoria registada, a possibilidade de novo impulso recessivo não está totalmente afastada.

A economia portuguesa teve um comportamento claramente negativo, mas o crescimento final registado de cerca de -2% correspondeu a uma magnitude de perda de apenas metade das expectativas que perduraram desde o início do ano até ao Verão. Não só as perspectivas das economias com as quais mais nos relacionamos foram gradualmente melhorando, como a evolução da procura interna foi favorável (ainda que por razões não repetíveis) ao registo final encontrado. O aumento muito significativo dos salários reais no sector público e, por arrastamento, em boa parte do sector privado, conduziram, de par com a redução significativa das taxas de juro, a um aumento muito significativo do rendimento disponível da maioria das famílias (as que não foram atingidas pelo desemprego crescente), com reflexo importante no consumo privado, que teve uma evolução muito mais significativa do que inicialmente antecipado.

Por outro lado, a política pública, por via do aumento dos Gastos Públicos, também contribuiu, no ano de 2009, para o maior crescimento da Procura Agregada. Já o fraco comportamento do Investimento Privado e a quebra das Exportações relevam as consequências na economia nacional da crise internacional e do prolongamento da crise que Portugal tem vindo a evidenciar ao longo da década que agora termina.

Sector das Tecnologias de Informação

O mercado nacional das Tecnologias de Informação (TI) sofreu em 2009 os efeitos do ambiente de recessão económica que afectou a generalidade dos países mundiais. O volume de negócios do sector, que engloba o Hardware, o Software e os Serviços de TI do mercado empresarial e de consumo, atingiu os 3,59 mil milhões de euros em 2009, segundo dados a IDC, o que representa um decréscimo de 2,2% face a 2008. Segundo a mesma fonte, as estimativas apontam para uma quebra no investimento em TI de 0,5% em 2010, prevendo-se o início da recuperação na segunda metade do ano. O mercado tende assim a voltar à normalidade, sendo que, em 2011, o investimento deverá registar um crescimento significativo de 5,7%, atingindo 3,77 mil milhões de euros.



O Hardware, que representa mais de 50% do total do investimento em TI foi o segmento mais afectado pela crise económica, registando uma quebra de 4,4% em 2009. Para 2010, este segmento continuará a ser o mais prejudicado, devendo apresentar, de acordo com a IDC, um decréscimo de 3,2%. Esta situação deve-se ao facto do Hardware se encontrar muito dependente de grandes projectos e investimentos do mercado empresarial, prevendo-se que muitos serão adiados para depois de 2010.

O segmento de Software foi o menos afectado pela crise económica, tendo registado um crescimento de 2,4% face a 2008. Segundo a IDC, o mercado de Software deverá apresentar uma taxa de crescimento de 3,3% no corrente ano. Em tempos de crise, a aquisição de Software é impulsionada pela procura de ganhos de eficiência através da optimização operacional e da automatização dos processos, possibilitando às organizações explorarem novas oportunidades de negócio e optimizarem os seus recursos.

No que diz respeito ao segmento dos Serviços de TI, onde se inserem a maioria das actividades das empresas do Grupo Reditus e que inclui a Implementação, Suporte, Consultoria, Outsourcing e Formação, o investimento apresentou uma ligeira queda de 0,6% em 2009. Para 2010, a IDC estima um investimento de 1,24 mil milhões de euros, o que significa um crescimento de 2,0%. Tal como aconteceu em 2009, as diversas actividades do segmento de Serviços de TI devem registar comportamentos heterogéneos, com o Outsourcing a apresentar as maiores taxas de crescimento e a Formação a manter a sua tendência negativa de evolução.

No ranking “IDC-20 Services”, constituído por 20 empresas que representam 62% do mercado dos Serviços de TI e que beneficiam de taxas de crescimento superiores aos restantes players deste mercado (taxa média de 11%), a Reditus é a oitava maior empresa do sector em Portugal e disputa os primeiros lugares entre as empresas nacionais.

Num contexto de recessão económica, o segmento de Outsourcing é o que apresenta maior potencial de crescimento. Para superar a crise económica, muitas empresas criam programas de redução de custos que levam ao aumento da procura de Serviços de Outsourcing. Estes serviços baseiam-se normalmente em projectos de redução de custos, orientados para a melhoria do desempenho, quer nas pequenas e médias empresas (PME), quer nas grandes empresas, oferecendo benefícios tecnológicos e maiores níveis de eficiência.

Dentro dos Serviços de Outsourcing, a externalização dos processos de suporte ao negócio das empresas (Business Process Outsourcing - BPO) é um serviço em franca evolução e desenvolvimento em Portugal.

Segundo a Datamonitor, as perspectivas de crescimento para a indústria de BPO nos países EMEA (Europa, Médio Oriente e África) continua ascendente até 2012, verificando-se uma alta tendência para reforço dos investimentos. Embora não se esperem taxas de crescimento significativas nos países onde esta indústria se encontra mais evoluída (Reino Unido, Irlanda e países do Benelux), Portugal continua a figurar, entre os cinco países com maior potencial de crescimento, embora com um mercado pouco expressivo por analogia.

Nos últimos anos, tem-se assistido a processos de fusões e aquisições entre empresas do sector de TI com objectivo de combater a crescente competitividade e globalização do mercado. Tem-se verificado também a saída de pequenas empresas devido a questões relacionadas com dificuldades de cobrança e crédito mal parado e à crescente procura pelos Clientes de fornecedores com maior dimensão e capacidade financeira, de forma a reduzir os riscos de subcontratação. No entanto, o mercado continua a ser muito competitivo e fragmentado, encontrando-se um grande número de micro empresas que ainda representam cerca de 40% do mercado. As expectativas apontam para a saída do mercado de fornecedores de pequena dimensão devido a constrangimentos financeiros, bem como para a intensificação dos movimentos de fusões e aquisições no decorrer de 2010.



5. PERSPECTIVA GERAL DO NEGÓCIO

5.1 GRUPO REDITUS

O Grupo Reditus é um dos maiores *players* nacionais no sector das Tecnologias de Informação. Fundado em 1966, o Grupo emprega actualmente mais de 1.000 profissionais e atingiu em 2009 um Volume de Negócios de 104,2 milhões de euros, um terço dos quais internacionalmente.

No final do ano de 2008, foi concretizada a aquisição da Tecnidata, tornando-se assim o Grupo Reditus num dos três maiores grupos portugueses na área das Tecnologias de Informação. O exercício de 2009 foi, então, caracterizado pelo processo de integração da Tecnidata, que representou uma reorganização interna entre as várias empresas que compõem o Grupo. Esta reorganização, que não foi mais do que o desenvolvimento natural de uma estratégia integrada, permite (i) alavancar os níveis de complementaridade que existem entre os vários negócios, (ii) explorar as oportunidades de cross-selling entre as bases de Clientes dos dois grupos originais; (iii) desenvolver novos produtos e serviços, alargando as competências; (iv) aumentar a eficiência operacional e a contenção de custos; (v) posicionar melhor o Grupo para a antecipação e reacção às tendências do mercado de ITI e para fazer face as novas realidades económicas e (vi) reforçar a estratégia do Grupo de crescimento em termos não só orgânicos.

As actividades do Grupo estão estruturadas em quatro áreas de competências:

- Business Process Outsourcing (BPO)
- IT Consulting
- IT Outsourcing
- Sistemas de Engenharia e Mobilidade

As áreas de BPO, IT Consulting e IT Outsourcing representam o principal driver da estratégia do Grupo. Apesar de cada uma destas actividades ter uma exploração e desenvolvimento autónomo, elas interagem entre si e cada vez mais existem ofertas da Reditus integrando os serviços de BPO, IT Consulting e IT Outsourcing, sendo esta integração uma forte aposta de desenvolvimento de negócios da Reditus.

O **BPO** é representado pela Redware, líder de mercado na área de operações de Back-Office e Front-Office em regime de Outsourcing (Business Process Outsourcing) em Portugal. Com metodologias próprias, tecnologias associadas e recursos especializados, a Redware apresenta as melhores soluções de Outsourcing na área de tratamento de dados. As actividades do BPO incluem serviços de: (i) Operação e Gestão de Cobranças; (ii) Tratamento de Documentos (Digitalização e Indexação); (iii) Gestão de Arquivos; (iv) Gestão de Correspondência; e (v) Serviços de Back-Office. A Redware possui à data 8 Centros de Serviços em Portugal, onde opera contratos de Outsourcing para diversos Clientes.

O **IT Consulting** é representado pela ROFF e Reditus II. A Roff é líder em Portugal no desenho e implementação de soluções baseadas no ERP SAP, possui mais de 10 anos de experiência na integração de projectos de elevada complexidade e criticidade em diferentes sectores de mercado. A unidade de IT Consulting integra ainda competências no desenvolvimento de aplicações à medida através da sua Solutions Factory e disponibiliza, através da Reditus II, serviços de Outsourcing especializado na vertente aplicacional em diversos ambientes tecnológicos.

O **IT Outsourcing** é representado pela Tecnidata, pela ALL2IT e pela Partblack. Esta área de negócio disponibiliza aos seus Clientes competências integradas no perímetro das Infra-estruturas de TI. A Tecnidata



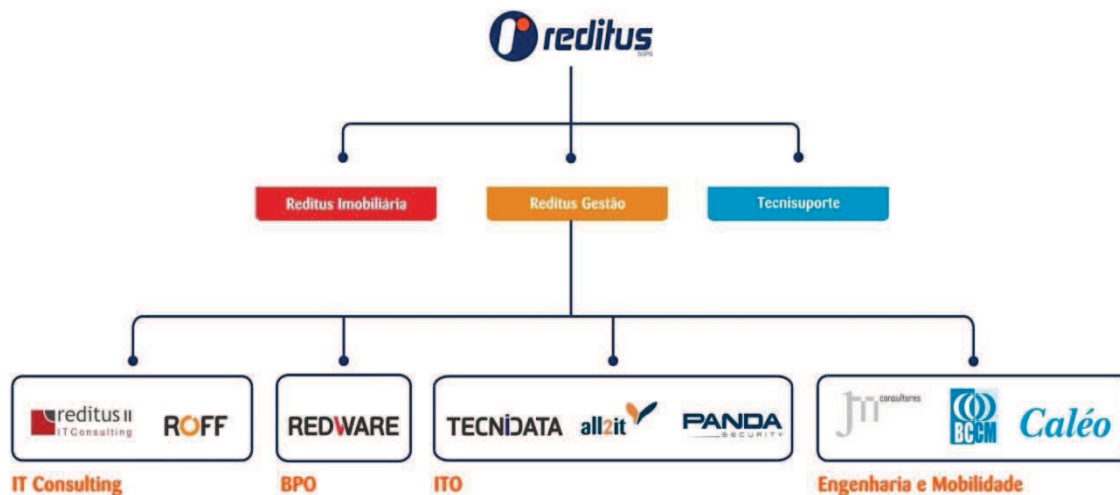
possui uma oferta de âmbito verdadeiramente nacional, com escritórios em Lisboa e Porto, suportados por equipas locais e parcerias estratégicas. A ALL2IT desenvolve a sua actividade na área das infra-estruturas de TI, nomeadamente em Angola. A intervenção desta área de negócio faz-se em 4 grandes segmentos: (i) Sistemas; (ii) Redes e Comunicações; (iii) Segurança; e (iv) Serviços de Outsourcing. A Partblack é o distribuidor exclusivo do software Panda Security em Portugal.

A área de **Sistemas de Engenharia e Mobilidade** é representada pela Caléo, BCCM e JM Consultores. A Caléo, sediada em França, oferece Soluções de Engenharia sob a forma de equipamentos e linhas de produção chave na mão para o fabrico de semicondutores (back-end e front-end) e de outros componentes micro-electrónicos. A BCCM desenvolve e implementa soluções próprias de Geo-Referênciação e Telemetria que permitem um maior controlo e informação com redução significativa dos custos de operação. A JM Consultores fornece, em regime de outsourcing total, serviços de personalização, acabamento e handling de cheques e outros documentos diversos para o mercado financeiro que, pela sua complexidade e delicadeza, originam processos de produção especialmente complexos.

Adicionalmente, existem Áreas de Suporte à actividade que prestam serviços transversalmente a todas as unidades de negócio do Grupo: Marketing e Comunicação; Controlo de Gestão; Gestão de Recursos Humanos; Contabilidade; Jurídico; e Imobiliário.

No portfólio de Clientes do Grupo estão incluídas algumas das maiores empresas nacionais e multinacionais a operar em Portugal, nos sectores da Banca & Seguros, Telecomunicações, Distribuição, Energia, Transportes e Indústria, entre outros.

Tendo em consideração as mais recentes alterações que implicaram uma racionalização e reestruturação societária, a estrutura do Grupo Reditus é como se segue:





5.2 ÁREAS DE NEGÓCIO

5.2.1 Business Process Outsourcing (BPO)

A crescente focalização das organizações no seu *core business*, aliada às necessidades de racionalização de recursos e aumento dos níveis de eficiência, são factores que têm levado as empresas a adoptar cada vez mais a contratação de serviços em outsourcing para processos de negócio.

Missão

A área de BPO é representada pela Redware cuja missão principal consiste em reduzir os custos operacionais e aumentar a eficiência dos processos dos Clientes, através da inovação nos processos de negócio e da flexibilização das operações de forma a acompanhar as variações do mercado.

Oferta de Serviços

A Redware apresenta actualmente as melhores soluções de Outsourcing na área de operações integradas de Back-Office e Front-Office, através de metodologias próprias, tecnologias associadas e recursos especializados.

O conceito de “**Suporte Integrado ao Negócio**” desenvolvido pela Redware abrange diversas áreas de Back-Office e Front-Office de uma forma integrada e olhando os processos empresariais como um todo.

Possuindo uma visão horizontal dos processos, a Redware oferece, através deste conceito, um resultado final efectivo e de acordo com o negócio dos seus Clientes.

Este conceito representa um desenvolvimento natural da diversificada experiência que a Redware possui em diferentes processos e diferentes sectores de actividade

A Redware tem uma estrutura matricial vocacionada para todos os sectores de actividade. No quadro abaixo indicam-se os principais serviços prestados em cada um destes sectores:

Sector Financeiro	Sector Segurador	Sector das Telecomunicações	Sector do Comércio e Serviços
Back-office de Processos de Suporte a Redes	Tratamento de processos de sinistros em Back-Office	Gestão de processos de Clientes em Back-Office	Front-Office de vendas e apoio comercial
Tratamento de Cartões de Débito e Crédito	Tratamento de apólices em Back-Office	Gestão de serviços em Back-Office	Serviços de Front-Office e Back-Office de apoio a redes comerciais
Back-Office de Processos de Crédito	Front-Office de Suporte a Clientes	Front-Office Comercial	Serviços de Suporte a Clientes
Back-Office de Processos de Leasing	Front-Office para campanhas comerciais	Back-Office de gestão de contratos	Gestão e Fidelização de Clientes
Recuperação de Crédito com integração de Front-Office	Recuperação de dívidas com integração de Front-Office	Recuperação de dívidas com integração de Front-Office	Gestão de Encomendas
Serviços de Atendimento a Clientes em Front-Office			Gestão de Processos de Pós-venda

Modelo de negócio

O modelo de negócio da Redware baseia-se em serviços contratados com um SLA estabelecido, facturados de acordo com a produção e constituindo para o cliente um verdadeiro custo variável. Assim, o cliente encontra a vantagem de aceder a serviços não “core” através do recurso a um prestador mais eficiente não necessitando de investir numa estrutura permanente para levar a cabo tais funções.



A realização do controlo da qualidade dos produtos alcança todas as fases do processo, desde que o mesmo chega à Redware, até que é entregue ao cliente, já concluído. Pretende-se desta forma atingir níveis de excelência na qualidade dos produtos e serviços, procurando que cada fase do processo seja concluída com os melhores níveis de qualidade de forma a não afectar a fase seguinte.

Todas as operativas da Redware regem-se por SLAs (Níveis de Serviço Acordados) específicos, adaptados à execução dos serviços. A definição e aplicação destes indicadores de performance são sujeitas a uma rigorosa metodologia:

- Definir quais são os processos-chave do projecto;
- Determinar qual o nível de criticidade, impacto e disponibilidade desejado por ambas as partes;
- Encontrar o que realmente deve ser mensurado em termos de impacto para o negócio e não o que pode ser facilmente medido;
- Estabelecer penalidades e bonificações. Definir claramente os pontos de controlo, como categoria de serviço, disponibilidade, responsabilidades, fórmulas de medição, periodicidade dos relatórios, reporte, cláusulas de excepção e preço;
- Determinar o modelo de gestão do projecto/processo e a periodicidade de apresentação de relatórios de desempenho;
- Monitorizar o processo de melhoria com uma estrutura formal para manter os ganhos obtidos.

Centros de Serviços

O conceito de “**Centros de Serviços**” que a Redware tem desenvolvido desde 2005, tem-se revelado de extrema importância e com grande valor acrescentado para as operativas e para os Clientes.

As características principais dos referidos Centros de Serviços, são parte integrante das necessidades de qualidade e segurança oferecidas pela Redware aos seus Clientes:

- Replicação do Ambiente Aplicacional do Cliente através de acesso dedicado;
- Utilização de Aplicações Próprias de suporte à operativa;
- Data Center próprio em local de acesso restrito;
- Plano de Disaster Recovery;
- Espaço para refeições rápidas e de acesso restrito aos operadores;
- Segurança 24 horas;
- Controlo de Acessos;
- Seguro Multi-Riscos.

	Pedro Nunes 80 postos de trabalho
	Av. Roma 250 postos de trabalho
	Alfragide 270 postos de trabalho
	Alfragide II 70 postos de Trabalho
	Castelo Branco 340 postos de trabalho
	Benavente 60 postos de trabalho
	Expo 250 postos de trabalho



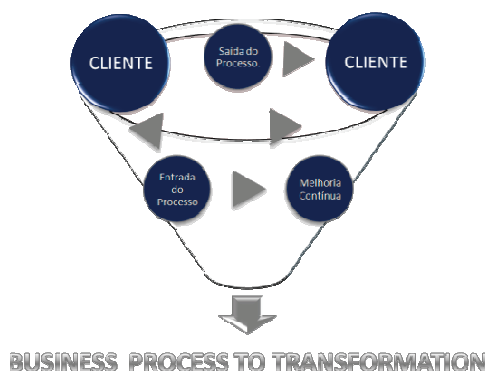
Evolução da Actividade de BPO para BTO

Ao longo de vários anos, o outsourcing tem ajudado as organizações a rentabilizar as suas operações. Os serviços de Business Process Outsourcing da Redware fazem do outsourcing um elemento estratégico fundamental na evolução do negócio dos Clientes. Na Redware operam-se processos de negócios, aplicações e infra-estrutura, permitindo que as empresas se concentrem nas suas principais qualidades e na busca de novas oportunidades.

As transformações de negócio bem sucedidas exigem uma efectiva reengenharia de processos, um bom “roadmap for change” e uma capacidade exímia de gestão da mudança. Os serviços de BTO (Business Transformation Outsourcing) da Redware fornecem cada um desses elementos essenciais.

Clientes

O Grupo tem entre os seus Clientes diversas empresas de grande dimensão, nomeadamente nos sectores bancário, segurador e das telecomunicações, para os quais trata de operativas que se revestem de um elevado grau de complexidade.



Acontecimentos relevantes em 2009

O esforço comercial e a busca pela diversificação da carteira de Clientes continuaram a ser prioridades da área comercial da Redware em 2009. Desta forma, foram contabilizados 7 novos Clientes em mercados diversificados, incluindo uma primeira aproximação ao sector da Administração Pública. Durante o ano de 2009, foram também iniciadas novas operativas em Clientes existentes, num total de 13 novos serviços repartidos por 7 Clientes da carteira actual.

Durante o exercício de 2009, os serviços da Redware evoluíram do formato de BPO para BTO fornecendo uma base estratégica para a mudança contínua através de um modelo de outsourcing flexível, aplicações de suporte desenvolvidas em parceria com a unidade de IT Consulting e uma larga experiência na gestão de processos em diferentes sectores do mercado.

Foi também durante este exercício que se concretizou um importante upgrade tecnológico nas áreas de contact-center com a evolução do CTI para uma solução VoIP, desenvolvida pela Unidade de IT Consulting do Grupo para a Redware. A plataforma de gestão operacional GO sofreu importantes evoluções, dando mesmo origem a uma nova release que entrou em produção no início de 2010.

O ano de 2009 caracterizou-se também por um amplo crescimento em termos de posições de trabalho. Foram abertos 4 novos centros de serviços: (1) Lisboa Roma; (2) Castelo Branco em parceria com a respectiva Câmara Municipal e com a Vodafone; (3) Benavente, um dos maiores centros de Gestão de Arquivos do país; e (4) Lisboa Expo, acrescentando 900 novas posições de operação, aumentando a capacidade instalada da Redware para mais de 1.300 posições.

Estes Centros de Serviços disponibilizam actividades de front-office e back-office, nos formatos de BPO (Business Process Outsourcing) e BTO (Business Transformation Outsourcing), tanto para o mercado português como espanhol.



5.2.2 IT Outsourcing

Na área do IT Outsourcing (ITO), o ano de 2009 ficou marcado pelo reforço da oferta de produtos e serviços com a aquisição do distribuidor exclusivo em Portugal do software de segurança da Panda Security e com o lançamento de novas ofertas de serviços de outsourcing. Manteve-se a estratégia de racionalização e reestruturação que implicou a fusão por incorporação das sociedades que prestam serviços e fornecem soluções nesta área, permitindo a redução de custos e o aumento da eficiência operacional.

A Tecnidata SI - Serviços e Equipamentos de Informática, SA ("Tecnidata") incorporou três sociedades: Tecnidata BC - Business Consulting, Soluções de Software, SA, NCIT- Serviços e Tecnologias de Informação, SA e InterReditus - Prestação Integrada de Serviços Informáticos, SA.

Assim, a unidade de ITO é constituída pela Tecnidata, Panda Security e ALL2IT, empresa que actua na área de redes de telecomunicações e infocomunicações.

Esta unidade conta com cerca de 300 colaboradores e representou 47% do Volume de Negócios total do Grupo Reditus em 2009.

Missão

A Unidade de IT Outsourcing do Grupo Reditus tem como missão permitir às empresas a concentração dos seus esforços na principal actividade, garantindo simultaneamente uma melhor performance de todo o sistema de informação direccionado para a produtividade, eficiência, inovação e segurança.

Produtos & Serviços

A Tecnidata disponibiliza aos Clientes competências integradas no perímetro das Infra-estruturas de Tecnologias de Informação, nomeadamente através das unidades de Projectos/Soluções e de Prestação de Serviços em Regime de Outsourcing de Infra-estruturas.

No âmbito dos Projectos/Soluções estão incluídas as áreas de Systems, Networking e IT Security, que reúnem um vasto leque de competências nas principais tecnologias e fabricantes mundiais. Os serviços disponibilizados incluem o desenho e implementação de arquiteturas de data-center, redes de comunicações, business continuity e disaster recover.

O Outsourcing de infra-estruturas é disponibilizado segundo um modelo de serviço optimizado e gerido (managed services), utilizando ferramentas de alarmística e de gestão avançadas. Esta unidade de negócio está subdividida em dois segmentos: gestão dos contratos "SLA based"; e gestão dos contratos "Time&Material".

System	Security	Networking
Infra-estrutura	Serviços de segurança	Redes
Armazenamento	Segurança Perimétrica	Gestão de TI's
Virtualização	Segurança de Conteúdos	Optimização de Recursos
Arquivo	Gestão de identidades	
Gestão de Infra-estrutura	Gestão de Segurança	
	Compliance	
	Disponibilidade e Performance	

Entre as principais competências da Tecnidata, que constituíram factores diferenciadores em 2009, incluem-se a Virtualização High-end e a Virtualização x86, bem como Soluções de Alta-Disponibilidade, de Storage, de Back-up e de Open-source.

A Tecnidata fornece em regime de Outsourcing a gestão dos parques e investimentos em activos fixos relacionados com sistemas de informação dos Clientes, garantindo o suporte tecnológico aos utilizadores. A



Tenidata, com os seus serviços de Desktop Management, responde e resolve problemas e/ou avarias em equipamentos (*hardware*), programas informáticos (*software*), nas redes e equipamentos de comunicações de dados e voz e ainda em temas de segurança informática. Actualmente a totalidade dos contratos de Desktop Management sob gestão suportam cerca de 80.000 utilizadores e gerem perto de 3.500 tickets/dia

A ALL2IT actua na área de *Corporate Network & Information Systems*, tendo como objectivo a concepção, implementação, operação, gestão, manutenção e exploração de redes de telecomunicações e infocomunicações a nível nacional e internacional.

Clientes

A implantação geográfica da Tecnidata traduz uma preocupação constante de proximidade na relação com os Clientes. A Tecnidata possui escritórios em Lisboa e no Porto, sendo a sua dispersão geográfica assegurada através de parceiros certificados, em algumas capitais de distrito e nas Ilhas. A ALL2IT possui, além das instalações em Lisboa, delegações em Angola e no Porto.

A Unidade de ITO tem Clientes nos sectores da Banca e Seguros, Administração Pública, Serviços, Utilities, Telecomunicações, Media e Tecnologias, Alimentação e Bebidas, e Saúde.

É importante referir a actividade que o Grupo mantém em Angola, nomeadamente o desenvolvimento de uma rede de comunicações, "state-of-the-art", para o governo Angolano. O excelente trabalho realizado pela ALL2IT permitiu a abertura de perspectivas para a celebração de outros contratos, bem como evoluir para áreas de prestação de serviços de maior valor acrescentado.

Acontecimentos relevantes em 2009

Durante o ano de 2009, a Tecnidata consolidou o seu portfolio, reforçando as competências dos seus engenheiros e demais colaboradores nas principais tecnologias que constituem o primado das infra-estruturas de TI's, bem como incorporando novas ofertas nos serviços de outsourcing.

No final de 2009, a Tecnidata tinha no quadro de colaboradores cerca de 70 certificações HP e cerca de 80 nas tecnologias Microsoft. Adicionalmente, foram reciclados e formados cerca de 25 engenheiros no framework ITIL.

Principais Certificações	
HP	Preferred Partner Gold
Microsoft	Gold Certified Partner
Symantec	Platinum Partner
EMC ²	Velocity Partner
IBM	Advanced Business Partner
VMware	Enterprise Partner

De forma a aumentar os seus níveis de eficiência interna, a Tecnidata centralizou num armazém único com cerca de 1.100m² a gestão de assets, spares e bancadas de reparação ao abrigo dos diversos contratos sob gestão. Neste espaço são também planeadas diversas intervenções (roll-outs) procedendo-se ao staging de soluções.

Foram realizados diversos investimentos destinados a fomentar o I&D de soluções e a demonstração de provas de conceito a Clientes. Para o efeito foram implementados dois "demo rooms" em Lisboa e Porto, com soluções de comunicações unificadas.

O Lab Center de Lisboa foi reforçado com um vasto conjunto de tecnologias destinadas à melhoria das condições de teste e experimentação dos engenheiros da Tecnidata.

Em 2009 a Tecnidata obteve uma taxa de renovação de contratos de outsourcing muito perto dos 100%, facto que foi demonstrativo da qualidade do serviço prestado e do índice de satisfação dos nossos Clientes. Já a ALL2IT, fruto do excelente serviço prestado à Administração Pública Angolana durante a execução do



projecto de fornecimento e instalação de um sistema privativo de comunicações de voz e dados, garantiu a adjudicação da 3ª fase do mesmo projecto que envolve o alargamento da cobertura territorial do sistema.

5.2.3 IT Consulting

Esta área de negócio é representada pela ROFF e Reditus II e fornece serviços de Consultoria em Tecnologias de Informação, incluindo; (1) Consultoria SAP; (2) Outsourcing Especializado; e (3) Software Factory.

O universo de tecnologias abrangidas e a formação técnico-profissional dos técnicos e consultores é um dos pontos fortes desta área de negócios.

Missão

A Reditus II posiciona-se no mercado com a diferenciação dos seus serviços através da aplicação das melhores ferramentas tecnológicas sobre uma análise profunda às especificidades do negócio de cada cliente.

A Reditus II tem uma estrutura orientada para duas áreas: Outsourcing Especializado e Solutions Factory.

À área do Outsourcing Especializado compete reforçar e cooperar com os seus Clientes/Parceiros na criação de Valor Sustentado na contínua aquisição de Recursos Únicos em diversas áreas de Tecnologias de Informação. Nesta perspectiva, é possível aos Clientes focarem-se no seu core e nas suas principais actividades.

A Solutions Factory implementa uma abordagem de produção de software obedecendo aos princípios de standartização, especialização, escalabilidade e economia. Nesta perspectiva é possível uma maior eficiência no processo de concepção, economias de escala na produção, um controlo rigoroso da qualidade e com maior rapidez de desenvolvimento.

A ROFF combina a experiência de cerca de 300 consultores SAP, com uma postura inovadora no relacionamento com os Clientes. Os 7 anos de nível médio de experiência, a presença nos maiores projectos nacionais e a consequente internacionalização de uma competência diferenciada, fazem da ROFF uma reconhecida referência de sucesso no mercado.

Produtos & Serviços

A ROFF está vocacionada para a oferta de serviços de consultoria SAP incluindo:

- SAP Business Consulting;
- SAP Consulting;
- SAP Maintenance;
- SAP Development Factory;
- SAP Software & Maintenance Licensing.

A Reditus II tem uma equipa com uma vasta experiência em Gestão de Projectos, Desenvolvimento de Software e Integração de Sistemas, com aplicações práticas em soluções de Intranet/Extranets, Sites Corporativos, CRM, Business Intelligence, Workflow e Gestão Documental. É constituída por consultores especialistas em diversas áreas tecnológicas e de negócio, com uma forte aposta em parcerias, com certificações nas plataformas tecnológicas Outsystems e Microsoft.

A Reditus II desenvolveu competências específicas nas áreas de:



- Business Consulting;
- Application Development, Management & Integration;
- Metodologias, Ferramentas e Soluções;
- Business Intelligence & CRM;
- Innovation & Research;
- Outsourcing Especializado de Recursos.

Clientes

A ROFF opera hoje em diferentes mercados internacionais, tendo escritórios em Portugal (Lisboa e Porto), em Luanda através da sua filial ROFFtec Angola (desde 2006) e em Paris onde constituiu em 2007 a sua filial ROFFglobal France, prestando serviços para diversos países da Europa Central e do Norte. De salientar que a ROFF é parceira da SAP em Portugal, França, Angola e Moçambique, estando autorizada a vender Software SAP nestes quatro países. A Roff tem em projectos em Espanha, Reino Unido, Suíça, Irlanda, Bélgica, Holanda, Polónia, Letónia, Marrocos, Tunísia, África do Sul, EUA, Brasil, China, França e Noruega.

Os Clientes desta área, em que estamos presentes com a ROFF e Reditus II, são muito variados, sendo os principais pertencentes à Banca, Seguros, Telecomunicações, Distribuição e Consumo, Engenharia e Concessões.

Acontecimentos relevantes em 2009

Em 2009, a ROFF foi, novamente, líder nas vendas de Software SAP para o canal VAR e líder na prestação de serviços de consultoria SAP em Portugal. Apesar da difícil situação de mercado das TI's, e a forte tendência de descida dos preços de consultoria, a ROFF conseguiu registar um crescimento de 29,9% no seu Volume de Negócios face ao ano de 2008. As apostas no mercado Angolano e no mercado Francês, foram decisivas para o crescimento da actividade.

Durante o ano de 2009 foram potenciadas abordagens conjuntas com as áreas de IT Outsourcing e de BPO, reforçando a capacidade multidisciplinar do Grupo Reditus, nomeadamente no desenvolvimento de sistemas de informação, na implementação e manutenção de tecnologias e no outsourcing de processos de negócio. Nesta perspectiva, foram concretizados projectos de desenvolvimento aplicacional em Clientes de sectores com níveis de serviço muito exigentes, como é o caso dos sectores Financeiro e das Telecomunicações,

No último trimestre de 2009 foi concluída a unificação na Reditus II, das equipas de desenvolvimento aplicacional do Grupo, potenciando esta unidade com um elevado nível de experiência e consequentemente com competências mais diferenciadas.

Durante o ano de 2009, a área do Outsourcing Especializado reforçou o seu negócio em contas de grande dimensão nas áreas da Banca e Telecomunicações.



5.2.4 Sistemas de Engenharia e Mobilidade

5.2.4.1 Soluções de Engenharia Electrónica

Missão

A Reditus oferece Sistemas de Engenharia Electrónica através da sua participada Caléo em França, cuja missão consiste em desenvolver soluções de engenharia sob a forma de equipamentos e linhas de produção chave na mão para o fabrico (back-end e front-end) de semicondutores e de outros componentes micro-electrónicos.

Produtos & Serviços

As competências disponibilizadas pela Caléo incluem:

- **Engineering:** desenvolvimento de soluções que são utilizados no fabrico de componentes electrónicos para a indústria automóvel. Os projectos são realizados com base no *know-how* residente, mas requerem permanentes investimentos em investigação aplicada para permitir encontrar soluções para exigências sempre mais complexas, em paralelo com estudos de engenharia dedicados a soluções para projectos específicos, sempre dentro do espírito de otimizar o uso, em cada novo sistema, do maior número possível de elementos “standard”, saídos da “biblioteca” de soluções da Caléo;
- **Equipamentos:** comercialização de equipamentos (chip-bonding, wire-bonding, testing, wafer handling) e linhas de produção para o fabrico de semicondutores, tanto nas áreas de “Back-End” como de “Front End”;
- **Consumíveis:** fornecimento de materiais usados na produção de semicondutores, tais como fio de alumínio e ouro, lâminas com revestimento de diamante, utensílios em cerâmica e materiais poliméricos, etc.;
- **Peças:** fornecimento de peças sobressalentes e de “upgrade kits” para aumentar o nível de performance de equipamentos instalados;
- **Prestação de Serviços:** prestação de serviços técnicos especializado, incluindo instalação de equipamentos, formação e treino de Clientes, reparação e manutenção, desenvolvimento e optimização de processos de fabrico, etc..

Clientes

Os Clientes da Caléo incluem os maiores fabricantes de semicondutores e outros componentes micro-electrónicos, nomeadamente utilizados em equipamentos militares e indústria aeroespacial, na electrónica automóvel, em telecomunicações, na opto-electrónica e em cartões inteligentes, cobrindo uma área geográfica que inclui a Suíça, Bélgica, França, Itália, Espanha, Portugal, Marrocos e mais recentemente a região da Ásia-Pacífico.

Acontecimentos relevantes em 2009

A Caléo sofreu em 2009 os efeitos do ambiente de recessão económica mundial que afectou os investimentos em equipamentos no sector dos semi-condutores no “Front End” e no “Back End” registando uma queda de 42,5% e 45%, respectivamente. Para além da queda do investimento, assistiu-se também a uma diminuição da actividade produtiva (que conduz à redução das vendas de consumíveis) e a uma quebra dramática na



produção automóvel com a consequente diminuição da actividade nas fábricas de sistemas de electrónica automóvel.

Em 2009, a Caléo alargou a colaboração com uma “start-up” que se dedica ao fabrico de “micro-câmeras” usadas em telemóveis, tendo fornecido mais um (o 5º) equipamento de montagem e iniciado negociações para o fornecimento de uma quantidade importante de novos equipamentos, cuja instalação está prevista para 2010.

Com o fim da parceria com a Datacon / BESI foram tomadas medidas que permitiram substituir – e mesmo alargar – a oferta no sector dos equipamentos de “chip-bonding”, tendo substituído os equipamentos Datacon pelos fabricados por 3 outros parceiros, e assim segmentar melhor o mercado e otimizar a oferta.

5.2.4.2 Sistemas de Mobilidade

Missão

Esta área de negócio é representada pela BCCM que disponibiliza ferramentas especializadas de suporte à gestão da mobilidade profissional, focando a sua actividade de forma clara, mas não exclusiva, no sector de transporte público de passageiros.

Competências

A BCCM desenvolveu competências específicas nas áreas de:

- Conceção e Desenho de Equipamento;
- Montagem e Teste de Equipamento;
- Instalação de Equipamentos em viaturas ligeiras e pesadas;
- Conceção, Desenho e Desenvolvimento de Software e Firmware;
- Integração e Fornecimento de Soluções Chave na Mão;
- Suporte, Assistência e Manutenção de Soluções Integradas, incluindo equipamento e software.

Oferta

A BCCM possui soluções específicas para o mercado de transporte público de passageiros, onde oferece o SADO – Sistema de Apoio à Decisão Operacional (sistema especializado de apoio à decisão e gestão operacional), vários produtos e ferramentas complementares, e ainda soluções avançadas de informação ao passageiro.

Para além disso, a BCCM oferece soluções especializadas para outras áreas, baseadas em tecnologia própria.

Acontecimentos relevantes em 2009

Na área do transporte público de passageiros a BCCM conta entre os seus Clientes com os principais operadores privados nacionais, como a Rodoviária de Lisboa e os Transportes Sul do Tejo, para quem está a implementar uma nova versão da sua solução de apoio à exploração e de informação ao cliente em tempo real. Trata-se de dois projectos de muito grande dimensão que estarão concluídos no início do próximo ano de 2010. Com a conclusão destes projectos as soluções da BCCM servirão de suporte tecnológico para a prestação diária de informações a mais de 500.000 portugueses.

Estes projectos incluem várias inovações relevantes, sobretudo no que diz respeito à informação ao público, de que destacamos a inclusão de painéis multifunção alimentados a energia solar, capazes de integrar informação operacional (tempos de espera e de viagem) com informação de tarifas e bilhética; e a instalação



a bordo das viaturas de um sofisticado sistema multimédia que consolida funções de entretenimento com a prestação de informações aos passageiros.

5.2.4.3 Personalização de Documentos Financeiros

Missão

Esta área de negócio é representada pela JM Consultores que foi constituída em Dezembro de 1985. Desde então dedica-se à prestação de serviços na esfera da informática com especial relevo no Outsourcing dirigido a Instituições Financeiras, designadamente a Personalização de Cheques Bancários, Extractos de Conta, Mailings, etc..

A JM Consultores desenvolveu de raiz e de acordo com especificações das Instituições Financeiras envolvidas, software específico para a personalização de cheques, com características especiais que envolvem a conversão de nomes e moradas com letras maiúsculas e minúsculas e com caracteres Portugueses, a produção e intercalação de documentos variáveis (folhas de endereçamento, acusos de recepção, avisos de débito, requisições, etc.) e ainda um número substancial de requisitos próprios da Banca.

Para além das aplicações de software específicas, a JM Consultores constituiu equipas especializadas para responder aos volumes e níveis de serviço exigidos pelos seus Clientes e possui diversos equipamentos de impressão e finishing adequados à sua missão.

Competências

A JM Consultores presta um serviço de outsourcing que inclui:

- Stockagem e fornecimento das matérias-primas necessárias à produção;
- Controlo de estragos e repetições de cheques;
- Controlo de destruição dos documentos provenientes das sobras, estragos e das repetições de acordo com os Protocolos de procedimentos assinados com os Clientes;
- Impressão e personalização de cheques;
- Corte, sequenciação, intercalação de documentos, acabamento, envelopagem e expedição;
- Produção de listagens dos cheques distribuídos por balcão;
- Emissão de estatísticas de produção;
- Digitalização e composição de Livros de Assinaturas de Procuradores de Instituições Financeiras;
- Impressão e envelopagem de mails.

Acontecimentos Relevantes em 2009

O Banco Privado Atlântico Europa adjudicou à JM Consultores a personalização dos seus cheques estando previsto que a produção se inicie no 1º Trimestre de 2010. Todos os bancos Clientes da JM Consultores renovaram os contratos em vigor.



5.2.5 Área de Suporte ao Negócio

A área de suporte ao negócio engloba as unidades funcionais de apoio à gestão do Grupo: Marketing e Comunicação; Contabilidade; Controlo de Gestão; Jurídico; Imobiliário; e Recursos Humanos.

Relativamente a esta área, cumpre destacar os serviços de gestão de recursos humanos, elemento fulcral na prossecução dos objectivos do Grupo Reditus.

A Reditus considera que a formação dos seus colaboradores é fundamental para sustentar o conhecimento, o desenvolvimento, a inovação e a competitividade no mercado onde opera, razão pela qual criou, em Janeiro de 2008, o centro de formação *Reditus Business School*.

A *Reditus Business School* tem por missão: (1) promover a formação inicial e contínua aos profissionais do Grupo Reditus de forma a dotá-los com competências nas vertentes técnica, de gestão e do negócio para desempenharem com eficácia as suas funções; (2) identificar parceiros para ministrarem formações/certificações em áreas de gestão e técnicas destinada a gestores, consultores e técnicos de TI; e (3) conceber um catálogo de cursos de forma a dar resposta às solicitações.

Durante o ano de 2009, a *Reditus Business School* desenvolveu várias actividades, cujos resultados convergem no sentido pleno do cumprimento da sua missão. As intervenções foram efectuadas no âmbito do ciclo formativo (diagnóstico das necessidades de formação, planeamento, concepção de cursos e dos respectivos suportes formativos, organização e execução de actividades formativas/workshops) e no âmbito do desenvolvimento do capital humano do Grupo Reditus através da identificação de talentos e da avaliação de competências.

A *Reditus Business School* efectuou parcerias para qualificar o seu capital humano. Elaborou um protocolo com a Universidade Nova de Lisboa para desenvolver formação na área de Gestão destinada a gestores e executivos, dotou profissionais com competências de liderança e direcção de equipas de projectos através da certificação PMP e ainda certificou técnicos e consultores TI em áreas da Microsoft.

Em Janeiro de 2009 foi concedida pela Direcção Geral do Emprego e Relações do Trabalho a acreditação à Reditus nos domínios do planeamento de intervenções formativas, na concepção de programas, instrumentos e suportes formativos, na organização e promoção e desenvolvimento/execução de actividades formativas que complementa a certificação obtida pela ROFF, no domínio de organização e desenvolvimento de acções formativas, nas áreas de ciências informáticas e formação de professores e formadores.

A formação contínua mantém-se como um dos factores chave para a obtenção do sucesso na execução das funções e no alcançar dos objectivos previamente definidos. Durante o ano de 2009, foram realizadas um total de 86 acções de formação, envolvendo cerca de 1.379 participantes e representando um volume de formação de 8.604 horas.

No exercício de 2009, o número médio de colaboradores do Grupo com vínculo permanente foi de 908, possuindo cerca de 54% um grau de licenciatura (com especial incidência nas áreas das tecnologias de informação e comunicação), e situando-se 65% na faixa etária dos 25 aos 35 anos.

No domínio da comunicação foi implementado um vasto programa de acções com Clientes. Estas acções compreenderam diversos formatos – workshops, conferências e snap-shots tecnológicos – e receberam um forte acolhimento dos Clientes e de organizações interessadas nas soluções do Grupo Reditus. Durante o ano de 2009 o número de participantes nas diversas iniciativas foi superior a um milhar. Em média, os níveis de “satisfação elevada” dos participantes nos eventos do Grupo superou os 75%.



6. QUALIDADE E SATISFAÇÃO DE CLIENTES

A qualidade é um dos main drivers das empresas Reditus, não só porque a criticidade dos serviços que prestamos assim o exige, mas também porque a agressividade competitiva do sector impõe níveis elevados de excelência às organizações prestadoras de serviços. O esforço diário colocado na busca da excelência, nos produtos e serviços colocados à disposição dos Clientes da Reditus, reflecte-se em algumas situações concretas das quais são exemplos:

A certificação da Qualidade por parte da ROFF, garante aos nossos Clientes processos adequados de implementação e suporte, bem como a prestação de serviços de consultoria e auditoria de sistemas SAP enquadradas em práticas transparentes e sistematizadas;

- Em complemento a certificação DGERT da ROFF como entidade formadora assegura processos de transferência de conhecimentos e formação dos nossos Clientes, devidamente enquadrados dentro das práticas mais adequadas do mercado;

- A Reditus Business School, entidade igualmente certificada pela DGERT, desenvolve percursos formativos destinados aos profissionais do Grupo Reditus, cujos conteúdos permitem dotar os destinatários com o mesmo conhecimento e talento para cada um das funções. A sua actividade serve como indicador de desenvolvimento de carreira e tem como objectivos estratégicos a estimulação do fluxo do capital intelectual e a rápida difusão do conhecimento, a responsabilização conjunta entre colaborador/organização e a retenção de talentos;

- A prossecução dos níveis mais elevados das parcerias definidas pelos nossos parceiros de negócio na área de infra-estruturas de TI, são garante de formação e qualificação técnica dos nossos quadros. Este posicionamento reflectiu-se em 2009 na obtenção de 90 certificações em tecnologias Microsoft; 70 em tecnologias HP; e 25 em framework ITIL.

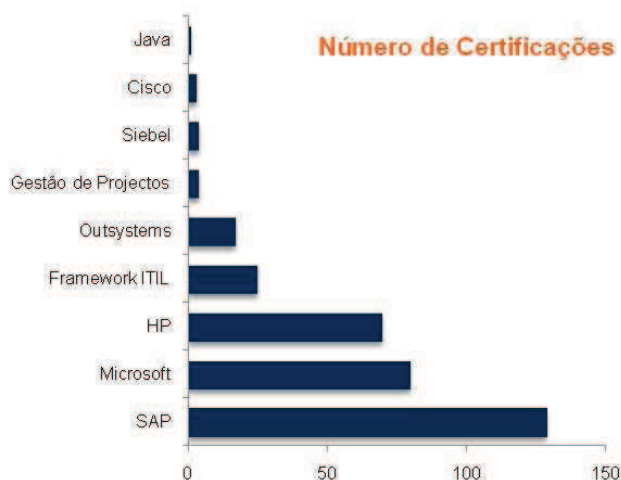
Estas acções visam a satisfação dos nossos Clientes e os seus resultados práticos evidenciam a importância que a Reditus coloca na qualidade dos seus serviços. Assim:

- No final de 2009 a Redware lançou um inquérito a todos os seus Clientes para aferir o grau de satisfação quanto aos serviços prestados. Os resultados obtidos, embora excelentes, não surpreenderam a equipa de gestão da Redware. De uma forma geral, os Clientes da Redware classificaram os nossos serviços com 8,7 pontos em 10 possíveis;

- A HP atribuiu à Tecnidata o prémio “HP Best PSPD Partner, Excellence Award”, um galardão promovido internacionalmente pela HP que visa premiar os melhores Parceiros Especialistas de Serviços.

Como resultado de uma estratégia de diferenciação pela qualidade a ROFF passou a integrar o Top 5 das melhores empresas para trabalhar em Portugal, tendo obtido vários galardões:

- 5º lugar na categoria de número de colaboradores em que se insere;
- 4ª lugar na categoria sectorial de





consultoria;

- 3ª melhor empresa portuguesa a integrar o estudo;
- e uma das cinco melhores empresas para as mulheres em Portugal.



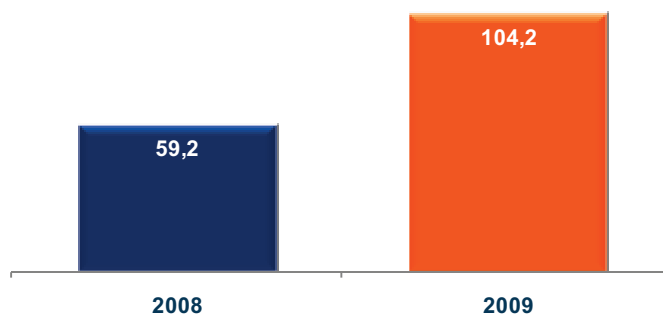
7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO

A estratégia de crescimento da Reditus alterou o perímetro de consolidação com a aquisição do Grupo Tecnidata em 2008 e da Panda Security em 2009, pelo que a informação financeira de 2009 não é directamente comparável com a dos períodos anteriores.

Volume de Negócios

Em 2009, o Volume de Negócios Consolidado ascendeu a 104,2 milhões de euros, valor que corresponde a um crescimento de 76% face ao mesmo período do ano anterior. As Vendas Internacionais representaram 33% do Volume de Negócios em 2009.

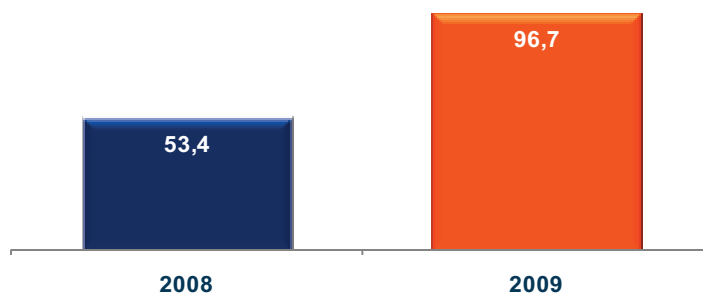
Volume de Negócios Consolidado (M€)



Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais Consolidados líquidos de amortizações, provisões e ajustamentos totalizaram 96,7 milhões de euros em 2009, o que representa um aumento, em termos homólogos, de 81,3%.

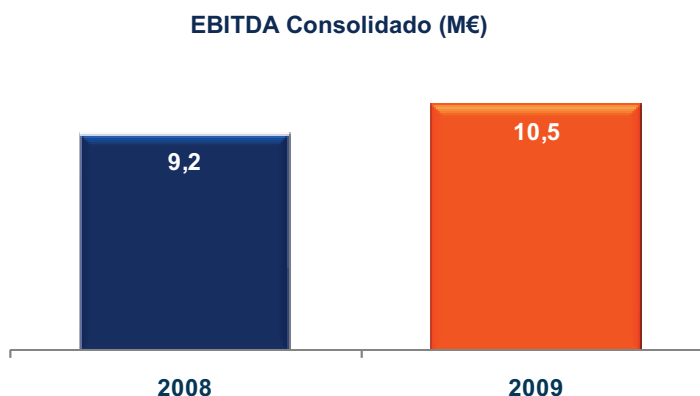
Custos Operacionais Consolidado (M€)





Resultado Operacional Antes das Amortizações

O EBITDA Consolidado atingiu 10,5 milhões de euros, equivalente a uma margem de 9,8%, o que compara com 9,2 milhões de euros alcançados em 2008.



Do Ebitda ao Resultado Líquido

As Depreciações, Amortizações, Provisões e Ajustamentos atingiram 3,7 milhões de euros em 2009, o que reflecte um decréscimo de 16,0% face ao ano anterior.

O Resultado Operacional (EBIT) cifrou-se em 6,7 milhões de euros, equivalente a uma margem de 6,3%.

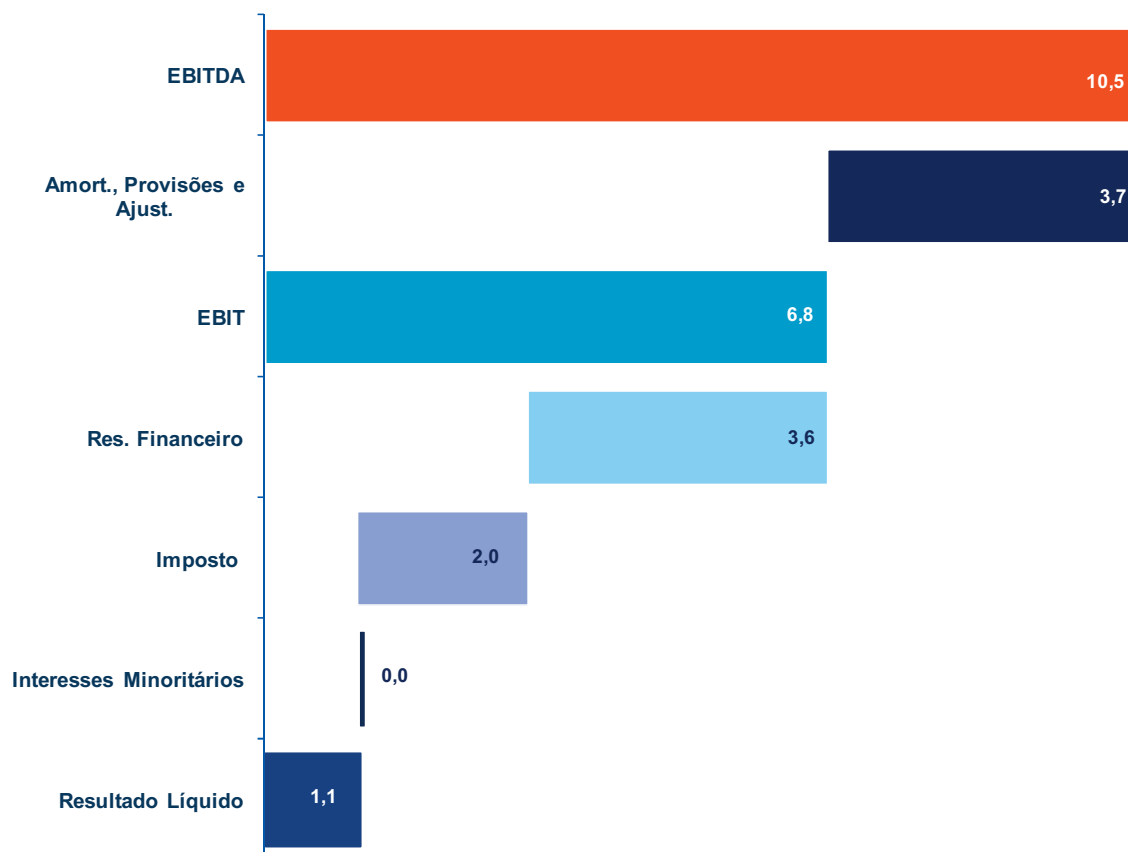
Os Resultados Financeiros atingiram um valor líquido negativo 3,6 milhões de euros, um aumento de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Provisão para Imposto sobre o Rendimento foi de 2,0 milhões de euros em 2009, valor que compara com € 0,54 milhões de euros em 2008.

O Resultado Líquido Consolidado atingiu 1,1 milhões de euros em 2009, um aumento de 0,52 milhões de euros face aos 0,63 milhões de euros alcançados no ano anterior.



Do EBITDA ao Resultado Líquido 2009 (M€)



Balanço e Investimento

Principais Rubricas do Balanço

€ Milhões

	2009	2008	Var. %
Activo Total	144	130	11%
Activos Não Correntes	85	69	23%
Activos Correntes	59	61	-4%
Capital Próprio	21	21	2%
Passivo Total	123	110	12%
Passivos Não Correntes	31	29	5%
Passivos Correntes	92	80	15%



No final de Dezembro de 2009, a dívida bancária líquida (inclui empréstimos e descobertos bancários, passivos por locação financeira, deduzido da caixa e equivalentes) ascendeu a 56,4 milhões de euros. O aumento da dívida face ao ano de 2008 deve-se essencialmente ao pagamento das últimas tranches do valor de aquisição do Grupo Tecnidata, ao forte investimento verificado no exercício de 2009, à incorporação da dívida da Partblack e ao facto de ter ocorrido, no final do ano de 2008, um recebimento antecipado de montante significativo no âmbito de um contrato de prestação de serviços na área de IT Outsourcing

Os passivos por locação financeira incluem 6,9 milhões de euros de leasing imobiliário.

O forte investimento verificado no exercício de 2009 corresponde essencialmente ao investimento com a abertura de quatro Centros de Serviços, com as novas instalações e com a aquisição de soluções de software para o Grupo.



8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA POR ÁREA DE NEGÓCIO

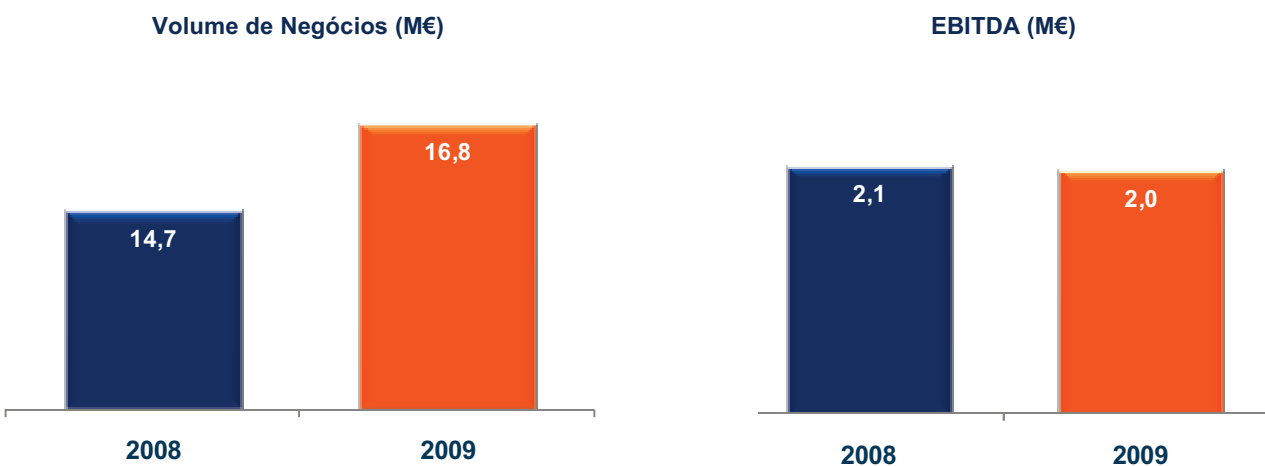
Business Process Outsourcing (BPO)

O BPO contribuiu com cerca de 16% para o Volume de Negócios total da Reditus e 21% do EBITDA total gerado em 2009.

Esta área de negócio atingiu um Volume de Negócios de 16,8 milhões de euros, o que significa um crescimento de 14% face ao valor registado no período homólogo.

Durante o ano de 2009 foram abertos quatro novos centros de serviço (Castelo Branco, Benavente, Lisboa Roma e Lisboa Expo) acrescentando 900 novas posições de operação, totalizando assim mais de 1.300 posições a capacidade instalada da Redware. Foram também iniciados 13 novos serviços em sete Clientes existentes e conquistados sete novos Clientes em mercados diversificados.

O EBITDA e a margem EBITDA mantiveram-se praticamente inalterados face ao ano anterior, atingindo 2,0 milhões de euros e 12,1%, respectivamente.



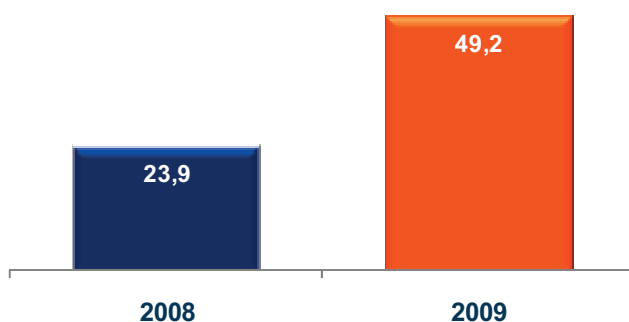


IT Outsourcing

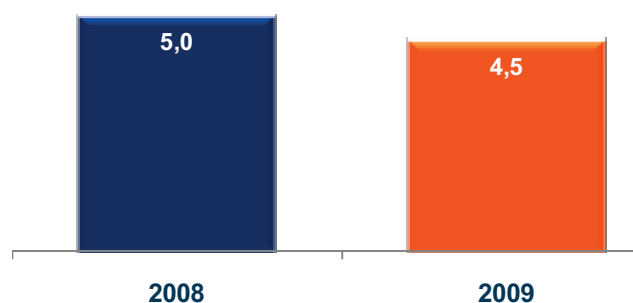
O IT Outsourcing representou 47% do Volume de Negócios e 43% do EBITDA total do Grupo Reditus.

O Volume de Negócios foi de 49,2 milhões de euros, o que compara com 23,9 milhões de euros no ano anterior. O EBITDA atingiu 4,5 milhões de euros em 2009, equivalente a uma margem de 9,0%.

Volume de Negócios (M€)



EBITDA (M€)

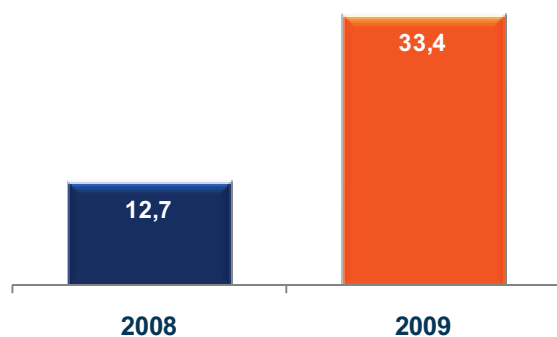


IT Consulting

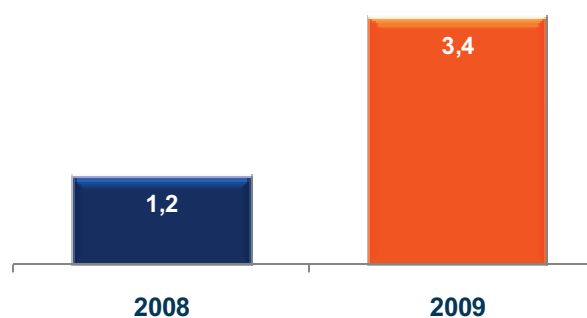
O IT Consulting representou 32% do Volume de Negócio e do EBITDA total do Grupo Reditus.

O Volume de Negócios atingiu 33,4 milhões de euros, valor que compara com 12,7 milhões de euros no ano de 2008. O EBITDA foi de 3,4 milhões de euros, equivalente a uma margem de 9,7%.

Volume de Negócios (M€)



EBITDA (M€)

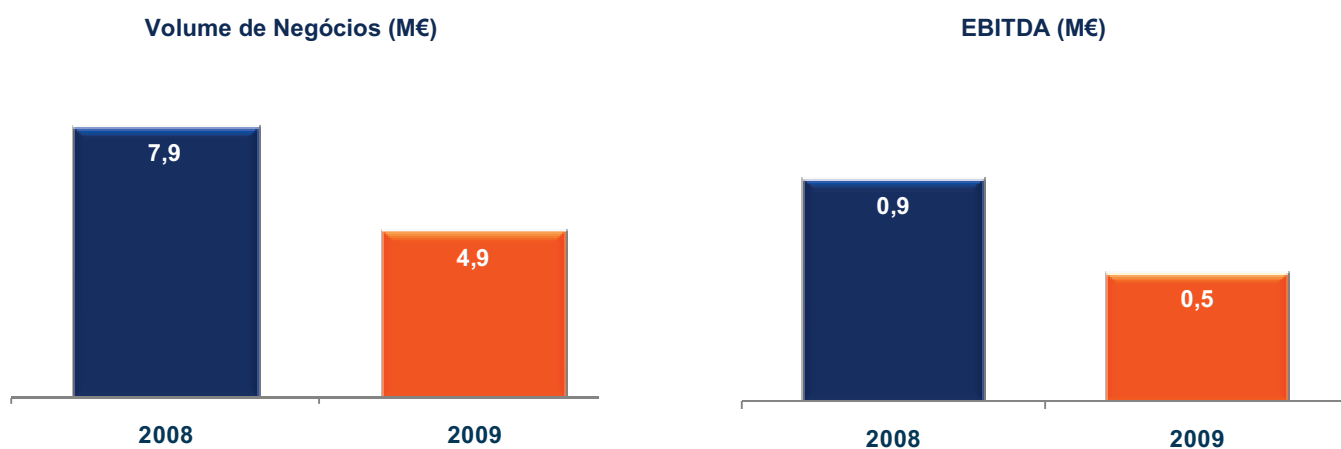




Sistemas de Engenharia e Mobilidade

A unidade de Sistemas de Engenharia e Mobilidade apresentou, em 2009, um Volume de Negócios de 4,9 milhões de euros, o que compara com 7,9 milhões de euros, no ano de 2008. Este decréscimo é explicado pela forte queda verificada no sector dos semicondutores. O EBITDA atingiu 0,5 milhões de euros, representando um decréscimo de 42% face ao período homólogo.

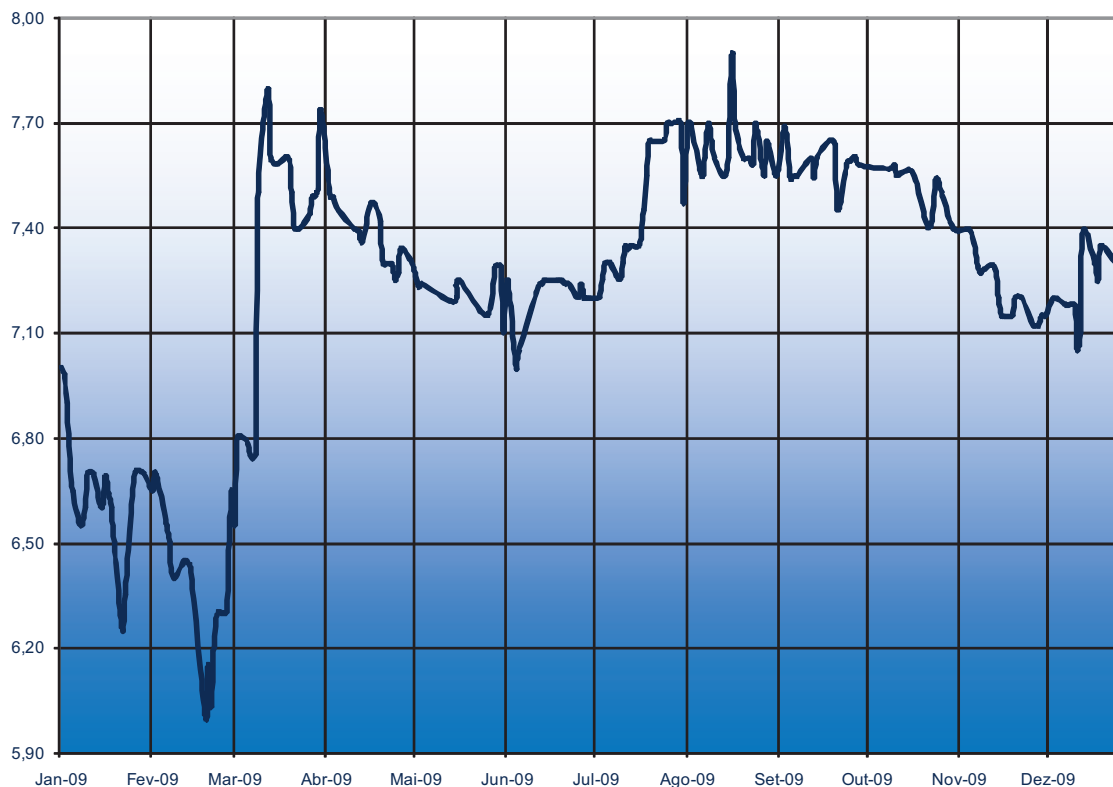
Para 2010 estimamos uma recuperação desta área de negócio baseada na inversão completa do clima de investimentos em equipamentos para o sector dos semi-condutores, no nível de encomendas recebidas durante o início deste ano e no estado de evolução das negociações de diversos projectos





9. COMPORTAMENTO BOLSISTA

Performance das acções Reditus em 2009



Fonte: Euronext

A cotação de fecho das acções da Reditus em 2009 foi de 7,34 euros; 3,4% acima do preço de fecho do ano anterior de 7,10 euros.

Em termos de liquidez, foram transaccionadas durante o exercício cerca de 727 mil títulos da Reditus, representando um valor de transacção de 5,3 milhões de euros.

O número médio diário de acções transaccionadas fixou-se em cerca de 3,6 mil títulos, correspondente a um valor médio diário de cerca de 21 mil euros.



10. A REDITUS NA IMPRENSA

No ano de 2009, o Grupo Reditus continuou a fortalecer a sua política de comunicação, fruto de uma estratégia de transparência e proximidade com os seus diversos stakeholders. O consistente trabalho realizado permitiu captar o interesse dos diversos meios de comunicação social para divulgação de diversas iniciativas, tanto a nível institucional e financeiro, como de produtos e serviços.

O Grupo prosseguiu a comunicação regular junto dos media, divulgando novos contratos celebrados e indicadores operacionais e financeiros, bem como soluções inovadoras desenvolvidas pelas várias unidades.

A integração da Tecnidata e a consolidação no sector das tecnologias de informação em Portugal foram amplamente destacadas e analisadas pelos media, sendo o Grupo Reditus apontado como um dos players de referência em possíveis movimentos, nomeadamente na criação de um grande grupo de tecnologias de informação em Portugal. Nesta área, há a salientar a aquisição da Parblack, empresa detentora da actividade da Panda Security em Portugal, no âmbito da estratégia no crescimento por aquisições oportunamente comunicada ao mercado e dada a conhecer aos media.

O reforço da estrutura accionista da Reditus, com o incremento de posições por diversos accionistas de referência, também captou a atenção da imprensa ao longo do ano de 2009, bem como o desempenho das acções na Euronext Lisbon

O ano de 2009 ficou marcado pela criação de novos centros de serviços pelo Grupo, com destaque para as unidades de Castelo Branco e Avenida de Roma (Lisboa), que mereceram o apoio público do Governo e que beneficiaram de uma ampla cobertura jornalística. A importância estratégica destes projectos foi reconhecida na imprensa, não só por aportarem valor e sustentarem o crescimento da Reditus, mas também pelos benefícios que trouxeram para o País – e ainda trazem - devido à criação de emprego em tempo de crise e em regiões do interior.

O Grupo prosseguiu também o trabalho de promoção dos workshops e seminários desenvolvidos pela Reditus Business School, que é hoje um espaço privilegiado no debate das temáticas mais importantes para o sector das Tecnologias de Informação e no desenvolvimento de executivos.

O Grupo e as suas participadas também realizaram iniciativas de responsabilidade social e de mecenato, apoiando projectos de relevo na sociedade, bem como procuraram contribuir para a emergência de novos talentos nas diversas áreas da sociedade. Das iniciativas realizadas, há a destacar os apoios concedidos à “Ópera por uma causa” da SOLIDARTE e ao desporto automóvel e náutico, onde se destacaram o velejador Francisco Lobato, que venceu a conceituada regata Transat, e o piloto Miguel Freitas, que teve entre os primeiros da Eurocup.

A cobertura editorial das diversas iniciativas desenvolvidas pelo Grupo ajudou a reforçar a notoriedade da marca Reditus, que é cada vez mais uma referência no sector das Tecnologias de Informação em Portugal. Os mais de 1.700 artigos publicados ao longo do ano, com destaque para os meios económicos e generalistas e para os meios sectoriais e especializados – tanto jornais como sites – tiveram um importante papel no reforço da imagem do Grupo e demonstram a solidez da política de comunicação do Grupo.



11. PERSPECTIVAS 2010

Os principais vectores de crescimento do Grupo Reditus para o ano de 2010, após a conclusão com sucesso da integração da Tecnidata, são o reforço da internacionalização, do cross-selling e da rentabilidade.

A nível internacional, a Reditus irá estimular e desenvolver a sua actividade nos vários países em que já está presente, de forma a consolidar a sua presença, e estará atenta a novas oportunidades em países onde ainda não desenvolve qualquer actividade, mas onde a sua oferta faça sentido. O desenvolvimento internacional vai explorar as oportunidades de arbitragem (competência versus preço) em mercados onde detenha claras vantagens competitivas e nível do know-how específico em determinadas tecnologias e serviços. Será dada uma especial atenção ao crescimento do mercado Angolano.

Em virtude da complementaridade dos portfolios de serviços e de Clientes das várias empresas do grupo, continua a existir uma forte oportunidade de crescimento dos negócios nesta base, sendo o sucesso já obtido um bom incentivo para a continuação desta prática. O cross-selling tem objectivos claros de retenção de Clientes, aumento da rentabilidade e crescimento sustentado da receita por cliente. Assim, no mercado interno, a Reditus continuará a implementar uma estratégia orientada para o crescimento, não só através da exploração plena de todo o potencial do seu portfolio de activos, mas também pela criação de produtos/serviços inovadores associados à preocupação constante de responder às necessidades dos Clientes.

Prosseguirá igualmente o esforço de racionalização dos custos, potenciando as sinergias e optimizações comerciais, técnicas, humanas e financeiras, assegurando, em permanência, um elevado padrão de qualidade dos serviços.

Apesar do contexto económico de 2010, o Grupo espera concretizar os objectivos que definiu, para o crescimento do Volume de Negócios e do EBITDA, de forma consistente com o passado recente.



12. RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

O Grupo Reditus, directamente ou através das suas participadas, tem adoptado uma atitude responsável e sustentável para com os seus diversos stakeholders ao longo das suas mais de quatro décadas de história. Uma das preocupações passa pela abertura à sociedade em que está inserida, o que justifica adopção das melhores práticas para a Sustentabilidade e o desenvolvimento de uma política em crescendo de Responsabilidade Social.

O Objectivo é de contribuir para a criação e divulgação do conhecimento e para o desenvolvimento de factores que permitam a disseminação do mesmo nas áreas ligadas às TIC, à gestão e aos recursos humanos na óptica da valorização das competências individuais ao serviço da economia e da sociedade em que os indivíduos se encontram inseridos.

Assim implementaram-se nos últimos anos vários programas que têm vindo a ser aprofundados, a saber:

- Criação, na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de duas salas dotadas de equipamentos informáticos actualizados, que permitem aos alunos desenvolver os seus trabalhos e pesquisas no âmbito dos cursos em que estão inseridos.
- Patrocínio do primeiro estudo histórico sobre o sector das tecnologias da informação em Portugal nos últimos 40 anos e da ligação deste fenómeno ao desenvolvimento empresarial, económico e social do País.
- Criação de um prémio para o melhor aluno de Finanças da Faculdade de Economia da Universidade Nova.
- Estabelecimento da Reditus Business School onde os nossos colaboradores podem obter um conjunto de formações e certificações válidas para a sua valorização e progressão profissional e pessoal dentro e fora das empresas do Grupo.
- Criação de centros de desenvolvimento de projectos e de postos de trabalho em regiões do País onde a oferta de emprego seja menos intensa no sector dos serviços de base tecnológica, em parceria com as forças vivas dessas regiões, contribuindo assim para a valorização das mesmas e para a fixação das populações e ainda promovendo a formação e valorização de quadros.
- Participação, como membros fundadores, na Associação Portuguesa de Empresas de Outsourcing, que visa não só a promoção do sector a nível nacional, como e principalmente, a nível internacional a divulgação do nosso País como destino de investimento e criação de emprego sustentável neste sector de actividade.
- Apoio a desempenhos de excelência nos mais diversos domínios da sociedade, nomeadamente na área do desporto, procurando contribuir para a emergência de novos talentos com capacidade para se afirmarem a nível internacional, como são os casos do velejador Francisco Lobato ou do piloto Miguel Freitas
- Apoio a causas sociais, como o concedido à “Ópera por uma causa” da SOLIDARTE

Estas acções e programas são parte integrante da maneira de estar e pensar do Grupo e reflectem o seu interesse em contribuir para o desenvolvimento das competências do indivíduo/cidadão enquanto parte activa na vida social e económica do meio em que está inserido, procurando ainda valorizar o conhecimento como forma de contribuir para uma diferenciação positiva da competitividade.



Apoiados pelas várias Administrações que têm presidido aos destinos do Grupo, estes programas e acções têm sempre envolvido um leque grande de colaboradores internos disponíveis para as pôr em prática. É nossa intenção criar condições para um ainda maior dinamismo desta atitude de responsabilidade perante a sociedade, sempre em consonância com os objectivos do Grupo e envolvendo e motivando para tal mais colaboradores. O Grupo pretende analisar a criação de uma função de Gestor Operacional dos Programas de Responsabilidade Social e continua a analisar um conjunto de iniciativas de solidariedade em regime de voluntariado.

Aderimos também ao princípio da sustentabilidade das nossas actividades empresariais e do seu impacto na Sociedade, estando em curso acções que visam reduzir a nossa pegada de CO2 por via de uma melhor gestão energética dos nossos edifícios e instalações, pela implementação de programas de reciclagem de resíduos de desperdícios resultantes da nossa actividade, nomeadamente de papel e consumíveis informáticos, pela adopção de práticas não predatórias nos negócios e ainda pelo respeito dos valores morais e sociais na relação com todos os stake-holders como sejam Clientes, Colaboradores, Entidades Oficiais, Entidades Sociais e outras com quem temos relações decorrentes da nossa actividade empresarial.

Foi também implementado o Prémio Reditus para a Inovação, aberto a todos os profissionais do Grupo Reditus e que visa premiar a criatividade e inovação ao nível da sustentabilidade operacional e funcional.



13. ACTIVIDADE DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Como é descrito no Relatório do Governo de Sociedade esta dispõe de um conjunto de Comissões Especializadas que verificam e se pronunciam sobre as diferentes vertentes de suporte estratégico e operacional.

De uma forma geral, e para além do acompanhamento do funcionamento destas comissões, em conjunto com os membros da Comissão Executiva, os Administradores Não Executivos seguem em permanência o funcionamento da actividade da sociedade e suas participadas, quer no plano operacional, quer na vertente económico-financeira.

14. RESULTADOS

O Resultado Consolidado Líquido do exercício cifrou-se num resultado positivo, após interesses minoritários, de 1.141.856 euros.

15. AGRADECIMENTOS

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes nas sociedades do Grupo Reditus, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objectivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Conselho Fiscal, do Conselho de Estratégia, das Comissões Especializadas, dos Bancos e dos outros parceiros de negócios, alicerçando a sustentabilidade do futuro do Grupo Reditus.

Lisboa, 30 de Março de 2010

O Conselho de Administração

Eng. Miguel Maria de Sá Pais do Amaral – Presidente

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato – Vice- Presidente e Presidente da Comissão Executiva

Eng. José António da Costa Limão Gatta – Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite – Administrador

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira – Administrador, membro da Comissão Executiva

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Administrador, membro da Comissão Executiva, CFO

Eng. António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes – Administrador

Dr. José Manuel Marques da Silva Lemos - Administrador



Parte II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



REDITUS, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
 (Valores expressos em Euros)

	Notas	2009	2008
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	16 715 185	15 085 454
Goodwill	8	62 249 244	46 966 476
Outros activos fixos intangíveis	9	3 868 961	5 076 218
Outros investimentos financeiros	10	17 764	17 764
Activos por impostos diferidos	11	1 933 180	1 740 438
		<u>84 784 334</u>	<u>68 886 350</u>
Activo corrente			
Inventários	12	1 290 952	1 238 421
Clientes	13	39 360 472	26 712 014
Outras contas a receber	14	9 837 156	8 496 419
Outros activos correntes	15	4 249 317	3 314 282
Activos financeiros pelo justo valor	16	363 981	353 148
Caixa e equivalentes	16	3 891 614	21 061 709
		<u>58 993 492</u>	<u>61 175 993</u>
Total do activo		<u><u>143 777 826</u></u>	<u><u>130 062 343</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Capital nominal	17	44 630 250	44 630 250
Acções (quotas) próprias	17	(1 135 357)	(173 245)
Reservas não distribuíveis	17	9 933 984	9 909 342
Reservas distribuíveis	17	1 522 269	1 522 269
Excedentes de valorização de activos fixos	17	3 499 343	3 542 425
Ajustamentos ao valor de activos financeiros	17	(501 763)	(2 739 943)
Resultados acumulados	17	(38 552 805)	(37 190 634)
Resultado líquido do período	17	1 141 856	626 273
		<u>20 537 777</u>	<u>20 126 737</u>
Interesses minoritários	18	332 501	401 646
Total capital próprio		<u><u>20 870 278</u></u>	<u><u>20 528 383</u></u>
Passivos não correntes			
Empréstimos e descobertos bancários	19	20 630 401	18 148 698
Outras contas a pagar	20	708 538	1 559 892
Passivos por impostos diferidos	11	1 711 576	2 010 895
Passivos por locação financeira	21	7 634 899	7 455 861
		<u>30 685 414</u>	<u>29 175 346</u>
Passivos correntes			
Empréstimos e descobertos bancários	19	31 276 061	8 197 345
Fornecedores	22	14 577 358	12 239 356
Outras contas a pagar	20	20 393 951	26 843 607
Provisões	23	1 233 133	1 458 164
Outros passivos correntes	24	23 610 375	30 566 045
Passivos por locação financeira	21	1 131 256	1 054 097
		<u>92 222 134</u>	<u>80 358 614</u>
Total do capital próprio, interesses m. e passivo		<u><u>143 777 826</u></u>	<u><u>130 062 343</u></u>



REDITUS, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS CONSOLIDADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008
 (Valores expressos em Euros)

		2009	2008	2008 Pró-forma
Réditos operacionais				
Rédito das vendas e dos serviços prestados	25	104 247 906	59 246 057	107 456 162
Outros rendimentos e ganhos operacionais	26	2 957 965	3 319 123	3 162 967
Total dos réditos operacionais		107 205 870	62 565 180	110 619 129
Gastos operacionais				
Inventários consumidos e vendidos		23 140 130	10 631 238	26 221 732
Materias e serviços consumidos	27	44 690 132	28 139 452	49 033 967
Gastos com o pessoal	28	25 666 512	13 546 712	20 575 197
Gastos de depreciação e de amortização	29	2 932 640	2 440 882	2 927 053
Perdas por imparidade de activos fixos tangíveis e suas reversões			(998)	8 183
Aumentos / diminuições de provisões		281 215	1 409 431	1 409 431
Outros gastos e perdas operacionais	30	3 252 312	1 051 421	1 457 154
Aumentos / diminuições de ajustamentos de dívidas a receber		513 782	586 309	800 160
Total dos gastos operacionais		100 476 722	57 804 447	102 432 878
Resultado operacional		6 729 149	4 760 733	8 186 251
Resultados financeiros				
	31	(3 582 750)	(3 540 095)	(3 785 397)
Resultado antes de impostos		3 146 399	1 220 638	4 400 855
Imposto sobre o rendimento	32	2 034 985	545 019	1 666 695
Resultado antes da consideração dos interesses minoritários		1 111 414	675 619	2 734 160
Resultado afecto aos interesses minoritários		(30 442)	49 346	73 492
Resultado líquido do período		1 141 856	626 273	2 660 668
Resultado atribuível aos accionistas		1 141 856	626 273	2 660 668
Número médio ponderado de acções		8 926 050	8 926 050	8 926 050
Resultado básico e diluído por acção (Euros)		0,128	0,070	0,298



REDITUS, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008
 (Valores expressos em Euros)

	2009	2008
Resultado Líquido do Período (Antes de afectação a Interesses Minoritários)	1 111 414	675 619
Justo valor de instrumentos financeiros derivados (IAS 39)		
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda (IAS 39)		
Diferenças de conversão cambial (IAS 21)		
Ganhos e (Perdas) Actuarias (IAS 19)		
Alterações no excedente de revalorização (IAS 16, IAS 38)	(43 082)	190 926
Impostos sobre os itens supra quando aplicável		
Rendimento reconhecido directamente no capital próprio	(43 082)	190 926
Rendimento Integral do período	1 068 332	866 545
Atribuível aos accionistas da Reditus	1 098 774	817 199
Atribuível aos Interesses Minoritários	(30 442)	49 346



REDITUS, SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008
 (Valores expressos em Euros)

	2009	2008
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	64 305 554	56 788 062
Pagamentos a fornecedores	(41 059 922)	(28 705 131)
Pagamentos ao pessoal	(11 110 731)	(8 379 116)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	891 878	(126 405)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(38 781 944)	(10 291 103)
Fluxos das actividades operacionais	(25 755 164)	9 286 307
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	513 917	(1 374 237)
Imobilizações corpóreas.	27 280	72 750
Imobilizações incorpóreas.		
Subsídios de investimento		270 927
Juros e proveitos similares	395 082	70 940
Outros	2 500 000	
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		(18 020 704)
Imobilizações corpóreas.	(390 150)	(47 829)
Imobilizações incorpóreas.	(8 506)	
Outros	(7 150 000)	
Fluxos das actividades de investimento	(4 112 377)	(19 028 153)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	69 284 503	14 049 908
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	51 000	20 621 425
Outros		23 591
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(50 321 764)	(14 072 606)
Amortização de contratos de locação financeira	(610 331)	(1 211 131)
Juros e custos similares	(3 569 633)	(2 094 116)
Aquisição de acções próprias		
Outros	(6 510 497)	
Fluxos das actividades de financiamento	8 323 278	17 317 071
Variação líquida de caixa e seus equivalentes	(21 544 263)	7 575 225
Efeito das diferenças de câmbio	3 455	(6 076)
Alterações ao perímetro	10 401	13 791 189
Caixa e seus equivalentes no início do período	19 150 973	(2 209 366)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	(2 379 434)	19 150 973



REDITUS, SGPS, SA
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008
(Valores expressos em Euros)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Numerário	128 655	50 399
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3 753 062	20 400 416
Equivalentes a caixa	373 878	964 042
Disponibilidades constantes do balanço	4 255 595	21 414 857
Descobertos bancários	(6 635 029)	(2 263 884)
Caixa e seus equivalentes	<u>(2 379 434)</u>	<u>19 150 973</u>



REDITUS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008

(Valores expressos em Euros)

	Capital nominal	Acções próprias	Reservas não distribuíveis	Reservas distribuíveis	Exedentes valorização de activos fixos	Ajust. ao valor de Activos Fin.	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 31/12/2007	32 500 000	(173 245)	1 418 167	1 522 269	3 351 499	(2 739 943)	(35 945 454)	261 553	194 846
Aplicação do Resultado de 2008							261 553	(261 553)	
Transferência para Reservas									
Dividendos									
Transferência para Resultados							261 553	(261 553)	
Rendimento do Período								626 273	626 273
Resultado Líquido do Período								626 273	
Justo valor de instrumentos financeiros derivados									
Diferenças de conversão cambial									
Ganhos e (Perdas) Actuais									
Alterações no excedente de revalorização									
Outros Movimentos	12 130 250		8 491 175		190 926		(1 506 733)		19 305 618
Saldo em 31/12/2008	44 630 250	(173 245)	9 909 342	1 522 269	3 542 425	(2 739 943)	(37 190 634)	626 273	20 126 737
Aplicação do Resultado de 2008							626 273	(626 273)	
Transferência para Reservas									
Dividendos									
Transferência para Resultados							626 273	(626 273)	
Rendimento do Período								1 141 856	1 141 856
Resultado Líquido do Período								1 141 856	1 141 856
Justo valor de instrumentos financeiros derivados									
Diferenças de conversão cambial									
Ganhos e (Perdas) Actuais									
Alterações no excedente de revalorização									
Outros Movimentos		(962 112)	24 642		(43 082)	2 238 180	(1 988 444)		(730 816)
Saldo em 31/12/2009	44 630 250	(1 135 357)	9 933 984	1 522 269	3 499 343	(501 763)	(38 552 805)	1 141 856	20 537 777



**Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**

1. Informação geral	46
2. Políticas contabilísticas mais significativas	47
3. Gestão do risco financeiro	55
4 Estimativas contabilísticas e pressupostos críticos	56
5. Informação por segmento	57
6. Empresas incluídas na consolidação	60
7. Activos fixos tangíveis	60
8. Goodwill.....	62
9. Outros activos fixos intangíveis	63
10. Outros investimentos financeiros	64
11. Activos e passivos por impostos diferidos.....	64
12. Inventários	65
13. Clientes.....	65
14. Outras contas a receber	66
15. Outros activos correntes	66
16. Caixa e equivalentes	67
17. Capital próprio	67
18. Interesses minoritários.....	68
19. Empréstimos e descobertos bancários	68
20. Outras contas a pagar	70
21. Passivos por locação financeira	72
22. Fornecedores	73
23. Provisões e ajustamentos	73
24. Outros passivos correntes	73
25. Réditos das vendas e dos serviços prestados.....	74
26. Outros rendimentos e ganhos operacionais	74
27. Matérias e serviços consumidos	74
28. Gastos com pessoal.....	75
29. Amortizações e depreciações.....	76
30. Outros gastos e perdas operacionais	76
31. Resultados financeiros	77
32. Impostos sobre o rendimento	77
33. Compromissos.....	78
34. Contingências.....	79
35. Partes relacionadas.....	79
36. Derrogações e outros aspectos	80
37. Eventos subsequentes á data do balanço	80



1. INFORMAÇÃO GERAL

A Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é a holding (empresa-mãe) do Grupo Reditus e está sediada em Lisboa, na Rua Pedro Nunes Nº 11.

A Reditus foi fundada em 1966 sob a designação de Reditus - Estudos de Mercado e Promoção de Vendas, SARL e tinha como actividade principal a prestação de serviços específicos, nomeadamente estudos de mercado, evoluindo para o tratamento de dados para o Banco de Agricultura, o principal accionista a par da Companhia de Seguros 'A Pátria'.

Em Dezembro de 1990, a Reditus alterou a sua denominação social, convertendo-se numa sociedade gestora de participações sociais, tendo como actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividade económica.

O Grupo Reditus opera em Portugal, França e Angola em quatro áreas de negócio distintas: BPO, IT Outsourcing, IT Consulting e Sistemas de Engenharia e Mobilidade

A Reditus está cotada na Euronext Lisboa (anterior Bolsa de valores de Lisboa e Porto) desde 1987.

As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Março de 2010.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MAIS SIGNIFICATIVAS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo:

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, (IAS/IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as interpretações do International Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pela anterior Standing Interpretation Committee (SIC).

A aplicação das normas de consolidação foi suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com excepção dos activos incluídos nas rubricas Terrenos e Edifícios e Outras Construções e ainda títulos e outras aplicações financeiras que se encontram reavaliados de forma a reflectir o seu justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o normativo contabilístico internacional requer o uso de estimativas e pressupostos definidos pela Administração que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, os resultados actuais podem, em última instância, diferir destas estimativas. No entanto, é convicção do Conselho de Administração que as estimativas e pressupostos adoptados não incorporam riscos significativos que possam originar, durante o próximo exercício, ajustamentos materiais no valor contabilístico dos activos e passivos.



2.1.1. Alteração de Políticas Contabilísticas e Bases de Apresentação

Em 2009 a União Europeia adoptou um conjunto de alterações aos normativos contabilísticos internacionais emitidas pelo IASB, as quais, da avaliação efectuada pelo Grupo, não têm impacte significativo nas Demonstrações Financeiras do Grupo, pelo que foram adoptadas neste exercício apenas as alterações de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009:

- A IFRS 8 – Segmentos Operacionais, veio substituir a IAS 14 – Relato por Segmentos, estabelecendo os princípios para a divulgação de informação sobre os segmentos operacionais de uma entidade, os quais devem ser apresentados com base no reporte elaborado para a análise dos Órgãos de Gestão. A aplicação desta norma de relato financeiro, por parte do Grupo Reditus, originou a alteração dos segmentos operacionais objecto de reporte.
- A revisão da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, vem exigir entre outras situações, que as alterações aos capitais próprios dos accionistas sejam apresentadas separadamente das respeitantes a interesses minoritários. Esta alteração não tem qualquer impacte nas Demonstrações Financeiras do Grupo Reditus, dado que as mesmas já haviam sido incorporadas em anos anteriores.
- A revisão da IAS 23 – Custos de Empréstimos Obtidos, determina que os custos de empréstimos que sejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, sejam considerados como parte do custo de aquisição. Esta alteração não tem qualquer impacte nas Demonstrações Financeiras do Grupo Reditus, uma vez que no decurso do exercício de 2009 não existiram activos qualificáveis, tal como definidos na IAS23.
- A revisão da IFRS 2 – Pagamentos baseados em acções, esclarece sobre o que são as condições de aquisição e sobre como ter em conta as condições acessórias de aquisição e as anulações de acordo de pagamento com base em acções pela entidade ou pela contraparte. Esta alteração não tem qualquer impacte nas Demonstrações Financeiras do Grupo Reditus.

Em 2009 foram ainda adoptadas pela Comissão Europeia um conjunto de interpretações emitidas pelo IASB, as quais não têm impacte significativo nas demonstrações financeiras, ou não têm sequer aplicação às actividades desenvolvidas pelo Grupo.

- A IFRIC 13 – Programas de Fidelização de Clientes, clarifica que quando os bens ou serviços são vendidos, associados a programas de fidelização de Clientes, as transacções de venda são consideradas como “multi-elementos” pelo que o produto da venda tem de ser alocado aos diferentes componentes com base no seu justo valor. Esta Interpretação não tem aplicação directa no Grupo Reditus.
- A IFRIC 14 – IAS 19 – O Limite sobre um Activo de Benefícios Definidos, Requisitos de Financiamento Mínimo e Respectiva Interação. Esta interpretação clarifica sobre a avaliação do limite que de acordo com a IAS 19 pode ser reconhecido como um activo, assim como os activos e passivos com pensões podem ser afectados por requisitos específicos de contribuições mínimas. Esta interpretação não tem aplicação no Grupo Reditus.
- A IFRIC 12 - Acordo de Concessão de Serviços, vem esclarecer a forma como deve ser reconhecida nas contas do concessionário a infra-estrutura subordinada ao acordo de concessão de serviços. Esta interpretação foi adoptada através do Regulamento n.º 254/2009, sendo a sua aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem após Março de 2009.



Para além das normas supra referidas, Em 2009 foram ainda adoptadas pela Comissão Europeia um conjunto de interpretações emitidas pelo IFRIC, as quais apenas serão de aplicação obrigatória em 2010:

- A IFRIC 15 – Acordos para a Construção de Imóveis;
- A IFRIC 16 – Coberturas de um Investimento Líquido numa Unidade Operacional Estrangeira;
- A IFRIC 17 – Distribuições aos Proprietários de Activos que Não São Caixa;
- A IFRIC 18 – Transferências de Activos Provenientes de Clientes;

Ainda em 2009 a União Europeia adoptou um conjunto de alterações aos normativos contabilísticos internacionais emitidos pelo IASB, as quais, da avaliação efectuada pelo Grupo, não têm impacte significativo nas Demonstrações Financeiras do Grupo, pelo que foram adoptadas neste exercício apenas as alterações de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

2.2. Bases de consolidação

2.2.1. Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de Dezembro de 2009, os activos, os passivos, os resultados e os fluxos de caixa das empresas do Grupo, as quais são apresentadas na Nota 6.

2.2.2. Participações Financeiras em Empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica 'Interesses minoritários'. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo termina.

Na contabilização de aquisição de subsidiárias é utilizado o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor dos activos entregues, acções emitidas e passivos assumidos à data de aquisição, acrescido dos custos directamente imputáveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de actividades empresariais são mensurados inicialmente ao seu justo valor na data de aquisição, independentemente de quaisquer interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição sobre o justo valor da quota-parte do grupo nos activos líquidos identificáveis é registado como goodwill. Se o custo da aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da filial adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período.

As transacções intra-grupo e os saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, a não ser que a transacção forneça



evidência de imparidade do activo transferido. Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas das filiais são alteradas para garantir a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Todas as empresas que integram o perímetro de consolidação, identificadas na Nota 6, foram consolidadas pelo método da consolidação integral, devido aos titulares de capital deterem a maioria dos direitos de voto.

2.2.3. Saldos e Transacções entre Empresas do Grupo

Os saldos e as transacções, entre empresas do Grupo e entre estas e a empresa-mãe são anulados na consolidação.

2.2.4. Consistência com o Exercício Anterior

Os métodos e procedimentos de consolidação foram aplicados de forma consistente relativamente ao exercício de 2008.

2.2.5. Alterações ao conjunto de empresas consolidadas

Durante o exercício de 2009, o perímetro de consolidação da Reditus passou a incorporar a Redware Centro de Serviços e Roff SDF, empresas criadas nesse período e a Partblack, SA, empresa adquirida no segundo semestre de 2009 cuja integração nas demonstrações financeira consolidadas se reporta a 1 de Julho de 2009.

Em Novembro de 2009, a NCIT - Serviços e Tecnologias de Informação, SA foi integrada na Tecnidata SI - Serviços e Equipamentos Informática, SA.

2.3. Relato por Segmento

A IFRS 8 – Segmentos Operacionais, veio substituir a IAS 14 – Relato por Segmentos, estabelecendo os princípios para a divulgação de informação sobre os segmentos operacionais de uma entidade, os quais devem ser apresentados com base no reporte elaborado para a análise dos Órgãos de Gestão. A aplicação desta norma de relato financeiro, por parte do Grupo Reditus, originou a alteração dos segmentos operacionais objecto de reporte.

Foram identificados 4 segmentos de negócio: BPO, IT Outsourcing, IT Consulting e Sistemas de Engenharia e Mobilidade

Para efeitos de preparação desta informação, as empresas de serviços partilhados do Grupo Reditus (Reditus SGPS, Reditus Gestão, Reditus Imobiliária, Tecnisuporte e Tecnidata IF) foram alocados aos segmentos de negócios de acordo com uma matriz de distribuição.

Foram identificados 3 segmentos geográficos: Portugal, França e Angola



2.4. Activos Fixos Tangíveis

2.4.1. Mensuração

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos das respectivas amortizações acumuladas, com excepção dos terrenos e edifícios, os quais são registados ao seu justo valor.

Considera-se como custo de aquisição, os custos directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma dos respectivos preços de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

O justo valor dos terrenos e edifícios é baseado em valores de mercado apurados através de avaliações efectuadas por especialistas independentes (nota 7.3).

Os aumentos ao valor contabilístico dos terrenos e edifícios em resultado de reavaliações são creditados em activos fixos tangíveis. As reduções que possam ser compensadas por anteriores reavaliações do mesmo activo são movimentadas contra a respectiva reserva de reavaliação, as restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados.

2.4.2. Contratos de Locação Financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira relativamente aos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como activos fixos tangíveis.

Os activos adquiridos em locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado nos activos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. As amortizações daqueles bens e os juros incluídos no valor das rendas são registadas nos resultados do exercício a que respeitam.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo menor do justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

Os activos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo Grupo para os activos fixos tangíveis.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respectivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre a dívida remanescente.

2.4.3. Amortizações

As amortizações são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas reflectem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens.



As vidas úteis estimadas são como se segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Ferramentas e utensílios	3-4
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	10-20

2.5. Activos Fixos Intangíveis

Os activos fixos intangíveis são compostos essencialmente por Goodwill e por Despesas de Desenvolvimento.

2.5.1. Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição das participações financeiras em empresas do Grupo relativamente ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas participações (valores proporcionais dos capitais próprios) à data da sua aquisição. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da participada adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do exercício. Até 1 de Janeiro de 2004, o Goodwill era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e Depreciações do Exercício'. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com o IFRS 3 – Business Combinations, o Grupo suspendeu a amortização do Goodwill. A partir dessa data, os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade anuais, sendo os correspondentes valores do activo mensurados pelo custo deduzido de eventuais perdas de imparidades acumuladas. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato em resultados do exercício. Até à data não se verificaram perdas de imparidade.

2.5.2. Despesas de Desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como activos intangíveis, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento anteriormente registadas como custo, não são reconhecidas como um activo no período subsequente. Os custos de desenvolvimento que têm uma vida útil finita, e foram capitalizados, são amortizados desde o momento da sua comercialização, pelo método das quotas constantes, pelo período de benefício económico esperado que por norma não excede os cinco anos.



Os custos capitalizados nesta rubrica incluem os custos de aquisição de activos, os gastos com mão-de-obra directa bem como os custos incorridos com subcontratações de entidades externas e uma proporção de custos fixos imputáveis à produção e desenvolvimento destes activos.

Os activos intangíveis desenvolvidos no Grupo Reditus estão relacionados com a reengenharia e optimização de processos, novos processos e aplicações informáticas orientadas para o cliente e são amortizados pelo método das quotas constantes.

2.6. Imparidade dos Activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não são sujeitos a amortizações e depreciações, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade. Os activos sujeitos a amortização e depreciação são revistos anualmente para determinar se houve imparidade, quando eventos ou circunstâncias indicam que o seu valor registado pode não ser recuperável. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

2.7. Outros Investimentos Financeiros

A rubrica de outros investimentos financeiros é composta por títulos e outras aplicações financeiras.

Os investimentos financeiros são valorizados, na data do Balanço, ao valor de mercado. As mais-valias e menos-valias efectivas que resultem da venda dos referidos títulos são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

As participações financeiras que tenham experimentado reduções permanentes de valor de realização, encontram-se provisionadas.

2.8. Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação. No entanto, não são calculados impostos diferidos sobre as diferenças de reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção relativa à concentração de actividades empresariais, quando as mesmas não afectam nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal no momento da transacção.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.



2.9. Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o valor de custo e o seu valor realizável líquido. Os custos dos inventários incluem todos os custos associados à compra, não incluindo contudo quaisquer custos financeiros. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as actividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

O método de custeio adoptado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

2.10. Clientes e Outras Contas a Receber

As contas a receber de Clientes e outros devedores são registadas pelo justo valor da transacção subjacente que os originou, deduzidos de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As contas a receber cedidas em 'factoring', com excepção das operações de 'factoring' sem recurso, são reconhecidas no balanço na rubrica de 'Outras Contas a Pagar' até ao momento do recebimento das mesmas.

2.11. Outros Activos e Passivos Correntes

Nestas rubricas são registados os acréscimos de custos, custos diferidos, acréscimos de proveitos e proveitos diferidos para que os custos e proveitos sejam contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

2.12. Caixa e Equivalentes

Esta rubrica inclui, para além dos valores em caixa, os depósitos à ordem bancários e outros investimentos de curto prazo com mercado activo. Os descobertos bancários estão incluídos na rubrica de Empréstimos e Descobertos Bancários no passivo.

2.13. Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

Quando a empresa ou as suas filiais adquirem acções próprias da empresa mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos accionistas, e apresentado como acções próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

2.14. Empréstimos e Descobertos Bancários

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença



entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

Os custos com juros relativos a empréstimos obtidos são registados na rubrica de custo líquido de financiamento na demonstração de resultados.

2.15. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores são registadas pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo.

2.16. Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) o Grupo tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiávelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que uma diminuição de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessária para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

2.17. Rédito e Especialização de Exercícios

O rédito é registado na demonstração de resultados e compreende os montantes facturados na venda de produtos e na prestação de serviços, líquidos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e descontos, depois de eliminar as transacções intra-grupo.

Os proveitos decorrentes da venda de produtos são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

As garantias de equipamentos vendidos são suportadas pelos fornecedores das marcas representadas.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de 'Outros Activos Correntes' e 'Outros Passivos Correntes'.



2.18. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco da taxa de juro

3.1. Risco de crédito

O Grupo tem como Clientes principais grandes empresas nos sectores Bancário, Seguros, Telecomunicações e Indústria, Comércio e Serviços sendo o prazo médio de recebimentos efectivo de aproximadamente 40 dias.

O Grupo optou, dada a sua carteira de Clientes por considerar o risco de crédito diminuto, não seguindo uma política de atribuição de limites de crédito aos seus Clientes.

Em limite o risco equivale ao valor de Clientes existentes e evidenciado no Balanço.

3.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de saldos financeiros suficientes, facilidade na obtenção de fundos através de linhas de crédito adequadas. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

3.3. Risco da taxa de juro

O Grupo utiliza empréstimos como meio de financiamento de suporte às suas actividades, sendo afectado por variações da taxa de juro no cálculo desses encargos. A Administração não considera economicamente necessária a implementação de uma política de gestão de risco de taxa de juro.

Considerando as taxas de juro praticadas em 31/12/2009, uma variação da taxa de referência de 0,5% teria o seguinte impacto

	Análise Sensibilidade	Variação Encargos
Acréscimo	0,50%	251.509
Diminuição	-0,50%	-251.509



4. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o normativo contabilístico internacional requer o uso de estimativas e pressupostos definidos pela Administração que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

O Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas, que a seguir se identificam mais relevantes:

4.1. Imparidade dos Valores a Receber

Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa foram calculados de acordo com o seu valor em uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

4.2. Protótipos

Os protótipos resultam da aplicação nos contratos celebrados com os Clientes de conhecimentos desenvolvidos no Grupo Reditus, sob a forma de reengenharia de processos administrativos, novos processos administrativos ou aplicações informáticas orientadas para o cliente, cujo reconhecimento é registado ao longo do período de duração dos mesmos. Todos os protótipos têm suporte documental e reflectem uma estimativa quanto à sua capacidade de gerarem fluxos de caixa em exercícios futuros.

Procedemos à avaliação dos prazos de vida útil dos activos intangíveis registados, quanto à sua capacidade para manterem benefícios futuros. Atendendo aos proveitos verificados, à margem dos projectos e à renovação dos contratos que suportam os referidos protótipos, adequámos o prazo para o reconhecimento dos custos, reajustando-o para os protótipos em que seja evidente tal aplicação.

4.3. Impostos Diferidos

O Grupo contabiliza impostos diferidos activos com base nos prejuízos fiscais existentes à data de balanço e no cálculo de recuperação dos mesmos assim como ajustamentos não aceites fiscalmente e ainda decorrentes dos ajustamentos necessários feitos em títulos e aplicações financeiras. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

4.4 Reconhecimento do rédito

O reconhecimento do rédito pelo Grupo inclui análises e estimativas da gestão no que concerne à fase de acabamento dos projectos em curso à data da informação financeira os quais podem vir a ter um desenvolvimento futuro diferente do orçamentado à presente data.



5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os resultados por segmento de negócio eram como segue:

31 de Dezembro de 2009

	BPO	ITC	ITO	Engenharia e Mobilidade	Total Reditus
Vendas e Prestação de Serviços	16 842 223	33 387 961	49 155 335	4 862 387	104 247 906
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	78 072	1 513 190	539 313	827 390	2 957 965
Total dos Proveitos Operacionais	16 920 296	34 901 151	49 694 648	5 689 776	107 205 871
Amortizações, Depreciações, Provisões e Ajust	1 144 811	818 999	1.108.721	655.105	3 727 636
Resultado Operacional	899 894	2 571 114	3 388 252	(130 111)	6 729 149
Réditos de Juros					662 588
Gastos de Juros					4 245 338
Resultados antes de Impostos					3 146 399
Imposto sobre o Rendimento					2 034 985
Resultado do exercício antes de Interesses Minoritários					1 111 414
Interesses Minoritários					(30 442)
Resultado Líquido do Exercício					1 141 856

31 de Dezembro de 2008

	BPO	ITC	ITO	Engenharia e Mobilidade	Total Reditus
Vendas e Prestação de Serviços	14 743 560	12 706 934	23 883 680	7 911 883	59 246 057
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	2 227 461	153 371	845 273	93 018	3 319 123
Total dos Proveitos Operacionais	16.971.021	12.860.305	24.728.953	8 004 901	62 565 180
Amortizações, Depreciações, Provisões e Ajust	1.866.211	992 435	943.112	633 866	4 435 624
Resultado Operacional	188.789	215.025	4.084.785	272 135	4 760 733
Réditos de Juros					590 731
Gastos de Juros					4 130 826
Resultados antes de Impostos					1 220 638
Imposto sobre o Rendimento					545 019
Resultado do exercício antes de Interesses Minoritários					675 619
Interesses Minoritários					49 346
Resultado Líquido do Exercício					626 273

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos e passivos por segmentos de negócio eram como segue:



31 de Dezembro de 2009

	BPO	ITC	ITO	Engenharia e Mobilidade	Total Reditus
Activo	22 839 128	26 149 287	89 040 635	5 748 775	143.777.826
Passivo	19 827 151	22 347 870	74 754 708	5 977 819	122 907 548
Investimento em activos fixos	1 404 635	725 927	1 080 994	91 767	3 303 322
Investimento em activos tangíveis	1 402 885	714 727	1 052 672	90 017	3 260 300
Investimento em activos intangíveis	1 750	11 200	28 322	1 750	43 022

31 de Dezembro de 2008

	BPO	ITC	ITO	Engenharia e Mobilidade	Total Reditus
Activo	14 742 316	18 160 605	89 588 396	7 571 026	130 062 343
Passivo	22 189 253	16 572 088	63 514 084	7 258 535	109 533 960
Investimento em activos fixos	2 597 806	515 056	681 867	74 831	3 869 560
Investimento em activos tangíveis	455 381	515 056	438 272	72 621	1 481 330
Investimento em activos intangíveis	2 142 425		243 595	2 210	2 388 230

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os resultados por segmento geográfico eram como segue:

31 de Dezembro de 2009

	Portugal	França	Angola	Total Reditus
Vendas e Prestação de Serviços	92 948 107	8 769 478	2 530 321	104 247 906
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	2 634 864	104 370	218 731	2 957 965
Total dos Proveitos Operacionais	95 582 971	8 873 848	2 749 052	107 205 871
Amortizações, Depreciações, Provisões e Ajust	3 425 735	166 231	135 670	3 727 636
Resultado Operacional	7 093 686	(398 441)	33 904	6 729 149
Réditos de Juros				662 588
Gastos de Juros				4 245 338
Resultados antes de Impostos				3 146 399
Imposto sobre o Rendimento				2 034 985
Resultado do exercício antes de Interesses Minoritários				1 111 414
Interesses Minoritários				(30 442)
Resultado Líquido do Exercício				1 141 856

**31 de Dezembro de 2008**

	Portugal	França	Angola	Total Reditus
Vendas e Prestação de Serviços	5 1 634 978	6 660 194	950 885	59.246.057
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	3 222 100	72 589	24 435	3.319.123
Total dos Proveitos Operacionais	54 857 078	6 732 783	975 320	62.565.180
Depreciações, amortizações e provisões	3 931 825	467 911	35 888	4.435.624
Resultado operacional	4 275 393	462 735	22 606	4.760.733
Réditos de Juros				590 731
Gastos de Juros				4 130 826
Resultados antes de Impostos				1 220 638
Imposto sobre o Rendimento				545 019
Resultado do exercício antes de Interesses Minoritários				675 619
Interesses Minoritários				49 346
Resultado Líquido do Exercício				626 273

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos e passivos por segmento geográfico são como segue:

31 de Dezembro de 2009

	Portugal	França	Angola	Total Reditus
Activo	137 866 543	4 861 574	1 049 708	143 777 826
Passivo	118 762 472	3 121 420	1 023 656	122 907 548
Investimento em activos fixos	3 166 234		137 089	3 303 322
Investimento em activos tangíveis	3 123 212		137 089	3 260 300
Investimento em activos intangíveis	43 022			43 022

31 de Dezembro de 2008

	Portugal	França	Angola	Total Reditus
Activo	124 191 465	4 972 104	898 774	130.062.343
Passivo	107 170 658	1 471 451	891 851	109.533.960
Investimento em activos fixos	3 793 785	62 120	13 655	3.869.560
Investimento em activos tangíveis	1 405 555	62 120	13 655	1.481.330
Investimento em activos intangíveis	2 386 020	2 210		2.388.230



6. EMPRESAS INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2009, as empresas do Grupo incluídas na consolidação e as suas respectivas sedes, capital social, proporção do capital detido e segmentos eram as seguintes:

Empresa Holding e Empresas Filiais	Sede	Capital Social	% Capital Detido	Segmento Negócio	Segmento Geográfico
Reditus SGPS, SA	Lisboa	44.630.250 €			
Reditus Gestão Sociedade Gestora Participações Sociais, SA	Lisboa	5.000.000 €	100%		
Inter Reditus Prestação Integrada de Serviços Informáticos, SA	Lisboa	750.000 €	100%	IT Outsourcing	Portugal
Redware Sistemas de Informação, SA	Lisboa	500.000 €	100%	BPO	Portugal
Redware Centros de Serviços, SA	Castelo Branco	50.000 €	100%	BPO	Portugal
Reditus II Telecomunicações, SA	Lisboa	50.000 €	100%	IT Consulting	Portugal
J. M. Consultores de Informática e Artes Gráficas, SA	Alfragide	500.000 €	68%	Sistemas de Eng. e Mob.	Portugal
Reditus Imobiliária, SA	Lisboa	1.750.000 €	100%	Suporte	Portugal
Caleo, SA	França	1.200.000 €	55%	Sistemas de Eng. e Mob.	França
BCCM, Inovação Tecnológica, Lda	Alfragide	250.000 €	100%	Sistemas de Eng. e Mob.	Portugal
Tecnidata IF Investimentos Financeiros SGPS, S.A.	Oeiras	16.250.000 €	100%	Suporte	Portugal
Tecnidata SI Serviços e Equipamentos de Informática, S.A.	Oeiras	1.200.000 €	100%	IT Outsourcing	Portugal
Tecnidata BC Business Consulting, Soluções de Software, S.A.	Oeiras	150.000 €	100%	IT Outsourcing	Portugal
ROFF Consultores Independentes, S.A.	Oeiras	50.000 €	100%	IT Consulting	Portugal
Tecnidata BMT Business Management Technologies, S.A.	Oeiras	150.000 €	100%	IT Outsourcing	Portugal
Tecnisuporte Sistemas Informáticos S.A.	Oeiras	50.000 €	100%	Suporte	Portugal
ALL2IT Infocomunicações, S.A.	Oeiras	700.000 €	100%	IT Outsourcing	Portugal
Roff Global	França	37.000 €	80%	IT Consulting	França
Roff Tec	Angola	917 €	80%	IT Consulting	Angola
Roff - SDF, Lda	Covilhã	5.000 €	80%	IT Consulting	Portugal
Partblack, SA a)	Alfragide	50.000 €	100%	IT Outsourcing	Portugal

a) Esta empresa foi adquirida por 7.500.000 euros e contribuiu com um activo de 10.037.266 euros e com um Resultado Líquido no montante de 211.800 euros para o consolidado.



7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1. Movimentos ocorridos nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis e nas respectivas Amortizações:

Activo Bruto

	Saldo em 31/12/2008	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2009
Terrenos e recursos naturais	2 833 935				2 833 935
Edifícios outras construções	10 401 684	272 403			10 674 087
Equipamento básico	4 870 499	896 283	(20 678)	6 506	5 752 610
Equipamento de transporte	2 055 924	590 414	(81 367)	(59 950)	2 505 021
Ferramentas e utensílios	94 853	61 483			156 336
Equipamento administrativo	2 698 403	671 496	(12 085)	(2 769)	3 355 046
Outras imobiliz. corpóreas	2 452 840	509 479	(10 180)	(195)	2 951 944
Imobilizações em curso	126 259	258 741	(1 359)		383 642
	25 534 397	3 260 300	(125 669)	(56 408)	28 612 621

Amortizações Acumuladas:

	Saldo em 31/12/2008	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2009
Edifícios outras construções	691 021	197 060		370	888 451
Equipamento básico	4 182 374	661 908	(17 556)	(9 869)	4 816 857
Equipamento de transporte	1 312 884	381 747	(42 698)	(59 951)	1 591 982
Ferramentas e utensílios	82 914	6 839			89 754
Equipamento administrativo	1 996 691	232 575	(14 915)	(4 674)	2 209 677
Outras imobiliz. corpóreas	2 183 059	117 851		(194)	2 300 715
	10 448 943	1 597 980	(75 169)	(74 318)	11 897 436

7.2. Activos em Locação Financeira

O Grupo detém diversos activos sob o regime de locação financeira que estão afectos a sua actividade operacional. No final do contrato, o Grupo poderá exercer a opção de compra desse activo a um preço inferior ao valor de mercado. Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes.

De seguida apresentamos a composição dos bens adquiridos em regime de locação financeira e os seus respectivos valores líquidos:



	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Edifícios	13 406 201	881 601	12 524 600
Equipamento Informático	1 193 907	939 169	254 737
Equipamento Administrativo	1 503 412	256 804	1 246 608
Viaturas	1 475 374	835 737	639 637
	17 578 894	2 913 311	14 665 582

7.3 Reavaliações

O Grupo regista os terrenos e edifícios afectos à actividade operacional ao valor de mercado, apurado por entidades especialistas e independentes. Em 31 de Dezembro de 2009, a Reditus detinha um imóvel em Alfragide (terreno e edifício), fracções de um edifício em Lisboa e um imóvel na Quinta do Lambert.

O valor dos imóveis do Grupo ascendia em 31 de Dezembro de 2009 a 12.578.492 euros. A discriminação dos imóveis e os seus respectivos valores é a que consta do quadro seguinte:

	Valor de Aquisição	Valor de Reavaliação	Amortização Acumulada	Justo Valor
Fracções do Edifício em Lisboa	2 400 000	294 979	294 979	2 400 000
Edifício em Alfragide (inclui terreno)	6 017 250	5 255 573	532 730	10 740 093
Edifício Roff	266 108	45 709	45 709	266 108
	8 683 358	5 596 261	873 418	13 406 201

As fracções do edifício em Lisboa foram adquiridas através de um contrato de leasing em 30 de Dezembro de 2002 por um prazo de 15 anos pelo montante de 2.400.000 euros.

O edifício de Alfragide foi adquirido em Junho de 2006 pelo montante de 6.017.250 euros e foi reavaliado em mais 5.255.573 euros pela entidade Aguirre Newman Portugal pelo método do "Discounted Cash-flow".

Esta aquisição foi feita através de um contrato de leasing em 7 de Junho de 2006 por um prazo de 15 anos pelo valor de 6.017.250 euros.

8. GOODWILL

A informação relativa ao goodwill, com referência ao exercício findos em 31 de Dezembro de 2009, pode ser analisada como segue:



	Valor de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Caleo, SA	2 939 957	661 977	2 277 980
BCCM	713 405		713 405
Roff - Consultores Independentes, S.A. ("Roff")	13 099 670		13 099 670
Roff Tec	14 910		14 910
Roff Global	220 677		220 677
NCIT - Serviços e Tecnologias de Informação, S.A.	672 361		672 361
Tecnisuporte , Sistemas Informáticos, S.A.	221 963		221 963
Tecnidata SI – Serviços e Equipamentos de Informática, S.A	7 092 367		7 092 367
Tecnidata BC - Business Consulting, Soluções de Software, S.A.	5 249 838		5 249 838
ALL 2 It - Infocomunicações, S.A.	17 403 305		17 403 305
Partblack	15 282 768		15 282 768
	62 911 221	661 977	62 249 244

O goodwill foi objecto de avaliação de imparidade pelo método do “Discounted Cash-flow” pelo Professor Dr. Rui Alpalhão. Nesse contexto, procedeu-se a análise do valor do negócio, actualizando, à data de referência, o valor dos cash-flows projectados num horizonte de 5 anos, considerando o plano de negócios estabelecido pela administração do Grupo, as perspectivas do sector de actuação, além de aspectos macroeconómicos. A taxa de crescimento nominal utilizada na perpetuidade foi de 2,0%.

Dependendo do negócio foi utilizada a taxa de desconto entre 9,5% e 12,9% construída utilizando o Beta de mercado, um prémio de risco de mercado, o custo de dívida médio do Grupo, e *target de gearing* de 20%.

Conforme referido na nota 2.5.1, o goodwill resultante da concentração de actividades é registado como activo e não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Até à data não se verificaram quaisquer perdas de imparidade.

O goodwill apurado pela aquisição da Partblack, deriva do valor dispendido na compra, acrescido do capital próprio da sociedade afectado pela incorporação do valor do goodwill registado no activo da própria sociedade adquirida.

9. OUTROS ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

9.1 Movimentos ocorridos nas rubricas dos Outros Activos Fixos Intangíveis e nas respectivas

Amortizações:

Activo Bruto:

	Saldo em 31/12/2008	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2009
Despesas de desenvolvimento	10 778 819		(43 277)	1 310 961	12 046 503
Prop. industrial e outros direitos	315 003	43 022			358 025
Outras imobilizações incorpóreas	105 841				105 841
Imobilizações em curso					
	11 199 663	43 022	(43 277)	1 310 961	12 510 369

**Amortizações Acumuladas:**

	Saldo em 31/12/2008	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2009
Despesas de desenvolvimento	5 778 795	1 204 709		1 319 860	8 303 364
Prop. industrial e outros direitos	238 810	42 969			281 779
Outras imobilizações incorpóreas	105 841		(49 576)		56 265
Imobilizações em curso					
	6 123 446	1 247 678	(49 576)	1 319 860	8 641 408

9.2 Protótipos

O valor líquido da rubrica 'Despesas de Desenvolvimento' à data de 31 de Dezembro de 2009, ascendeu a 3.703.032 euros, e diz respeito, maioritariamente, a despesas incorridas com os protótipos elaborados anteriormente ao arranque dos vários serviços adjudicados à Reditus.

O valor dos protótipos por área de negócio, era como segue:

	Despesa Capitalizada	Acréscimos	Amortização Acumulada	Valor Líquido
BPO	6 231 730		3 068 030	3.163.700
IT Outsourcing	786 417		276 149	510.268
IT Consulting	352 538		323 473	29.064
	7 370 685		3 667 652	3 703 032



No quadro abaixo indicamos a discriminação dos protótipos:

Designação	Despesa Capitalizada	Amortização Acumulada
Crédito Habitação	724 890	585 848
Aplicação SAS e Siebel	352 538	315 237
GO (Gestão do Outsourcing)	857 183	649 282
Telecomunicações	687 307	487 574
Office Printing	76 822	48 014
Economato	41 340	29 213
SGQ (Sistema Gestão Qualidade)	769 279	417 264
Desktop Management Light	60 000	30 000
Gestão Administrativa Integrada	299 873	134 943
DARS	406 000	121 800
Penhoras e Habilitação Herdeiros	284 000	56 800
Navigium	225 000	67 500
Help-desk e Manutenção Parque Informático	193 595	48 399
Backoffice Cartões	275 000	64 167
Distrates	130 000	30 333
Rollout	50 000	10 833
RedBox	620 868	124 174
Arquivo	1 116 557	111 656

10. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica, cujo saldo ascendia 17.764 euros, refere-se a cauções de Clientes prestadas à Empresa.

11. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos activos e passivos são atribuíveis às seguintes rubricas:

	Activos		Passivos		Valor Líquido	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Ajustamentos a)	383 300	685 145			383 300	685 145
Prejuízos fiscais reportáveis b)	1 549 880	1 053 122			1 549 880	1 053 122
Reservas de reavaliação c)			803 184	648 308	(803 184)	(648 308)
Outros d)		2 170	908 392	1 362 587	(908 392)	(1 360 417)
Imp. diferidos activos/ (passivos) líq.	1 933 180	1 740 438	1 711 576	2 010 895	221 604	(270 457)

a) Estes ajustamentos referem-se essencialmente a perdas por justo valor de títulos e aplicações financeiras. A variação desta rubrica deve-se à anulação de activos para impostos diferidos relativos a ajustamentos de cobrança duvidosa, cuja recuperação fiscal é improvável.



b) Os prejuízos fiscais reportáveis são os seguintes:

Ano de Prejuízo Fiscal	Ano Limite para Dedução	Valor do Prejuízo	Valor da Dedução
2004	2010	22 114	5 529
2005	2011	1 705 381	426 345
2006	2012	164 060	41 015
2008	2014	1 085 773	271 443
2009	2015	3 222 189	805 547
		6 199 518	1 549 880

c) O valor relativo a reservas de reavaliação, diz respeito à reavaliação do edifício Reditus, em Alfragide, pelo montante de 3.493.404 euros em que 3.030.883 euros vão ser sujeitos a amortizações não aceites fiscalmente (803.184 euros)

d) O valor registado em passivos para impostos diferidos no valor de 908.392 euros resulta do montante ainda não reconhecido fiscalmente dos proveitos relacionados com o acordo celebrado entre BCP e a Tora em 2004. Este valor está a ser reconhecido em 8 anos, prazo de vigência do contrato. O valor transferido para imposto corrente no exercício de 2009 ascendeu a 454.196 euros.

12. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os inventários tinham a seguinte composição

	2009	2008
Matérias primas e consumíveis	219 889	345 171
Produtos acabados		2 852
Mercadorias	1 071 063	890 399
	1 290 952	1 238 421

13. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Cientes Correntes	39 239 654	26 590 047
Cientes de Cobranças Duvidosas	120 819	121 967
	39 360 472	26 712 014

A rubrica “Clientes Correntes” inclui as facturas dos Clientes que foram cedidas às empresas de factoring, no valor de 1.975.444 euros, e cujo adiantamento se encontra reflectido em outros empréstimos obtidos.



14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Outras Contas a Receber” é composta como segue:

	2009	2008
Estado e Outros Entes Públicos	4 856 410	2 921 520
Empresas do Grupo e Participadas	17 457	17 457
Outros accionistas	46 920	46 920
Adiantamentos a fornecedores	50 434	615 938
Outros Devedores	4 865 935	4 894 583
	9 837 156	8 496 419

A rubrica de “Outros Devedores” foi reexpressa em 2008 na sequência do ajustamento de 1.214.825 euros que resulta de um erro ocorrido em períodos anteriores decorrente da Administração ter considerado incorrectamente como recuperáveis, um conjunto de saldos de natureza devedora que se revelaram não recebíveis, razão pela qual foi decidido proceder à sua correcção na informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras, conforme prevista na IAS 8 – Políticas contabilísticas, Alterações nas estimativas contabilísticas e Erros, i.e. através da reexpressão das quantias comparativas para os períodos anteriores.

15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de outros activos correntes era composta como segue:

	2009	2008
Acréscimos de proveitos		
Juros a Receber		115 741
Facturação a emitir	196 809	285 174
Outros acréscimos de proveitos	1 581 274	255 790
	1 778 083	656 705
Custos diferidos		
Obras	104 234	13 901
Rendas	85 279	122 228
Outros custos diferidos	2 281 721	2 521 448
	2 471 234	2 657 577
	4 249 317	3 314 282



A principal variação na rubrica de “Outros acréscimos de proveitos” reflecte maioritariamente a especialização de contas no exercício.

A rubrica de “Outros custos diferidos” espelha a especialização dos custos referentes ao projecto do arquivo Benavente.

16. CAIXA E EQUIVALENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Outros títulos negociáveis	9 897	610 894
Depósitos bancários	3 753 062	20 400 416
Activos financeiros pelo justo valor	363 981	353 148
Caixa	128 655	50 399
	4 255 595	21 414 857

As rubricas de “Outros títulos negociáveis” e “Activos financeiros pelo justo valor” são valorizadas na data do Balanço, ao mais baixo do custo de aquisição ou do mercado, o movimento verificado na conta Activos financeiros pelo justo valor refere-se exclusivamente a variações do Justo Valor.

17. CAPITAL PRÓPRIO

Durante o primeiro exercício de 2009, os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio foram como segue:

	Saldo em 31/12/2008	Aplicação Result 2008	Result Liq do Exerc	Outros	Saldo em 31/12/2009
Capital nominal a)	44 630 250				44 630 250
Acções (quotas) Próprias b)	(173 245)			(962 112)	(1 135 357)
Reservas não distribuíveis c)	9 909 342			24 642	9 933 984
Reservas distribuíveis	1 522 269				1 522 269
Ajust. ao valor de Activos Fin. d)	(2 739 943)			2 238 180	(501 763)
Excedentes de valorização de activos fixos e)	3 542 425			(43 082)	3 499 343
Resultados acumulados f)	(37 190 634)	626 273		(1 988 444)	(38 552 805)
Resultado Líquido do período	626 273	(626 273)	1 141 856		1 141 856
	20 126 737		1 141 856	(730 816)	20 537 777

a) O Capital Social da Reditus é de 44.630.250 euros representado por 8.926.050 acções ao portador de valor nominal de 5 euros cada, que se encontravam em 31 de Dezembro de 2009 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.



b) A 31 de Dezembro de 2008, a Reditus S.G.P.S. detinha em carteira 49.327 acções próprias, representativas de 0,55% do seu capital social

No dia 23 de Fevereiro de 2009, a Reditus SGPS celebrou um Contrato de Liquidez com a Lisbon Brokers Sociedade Corretora, S.A., do qual decorreu a compra de 36.137 acções próprias ao preço médio de 7,12 euros e a venda de 7.282 ao preço médio de 6,97 euros.

No dia 29 de Junho de 2009, a Reditus SGPS procedeu à aquisição, através de operação fora de bolsa, de 104.428 acções próprias ao preço unitário de 7,20 euros.

A 31 de Dezembro de 2009, a Reditus S.G.P.S. detinha em carteira 182.610 acções próprias, representativas de 2,05% do capital social.

c) O aumento das reservas distribuíveis em 24.642 euros deve-se à aplicação dos resultados de 2007.

d) O Ajustamento ao valor de activos financeiros no montante de 2.238.179 euros deve-se à reclassificação para resultados transitados dos valores efectivamente realizados, dado que as empresas em questão já não existem.

e) A diminuição verificada nos excedentes de valorização de activos fixos de 43.082 resulta da diferença entre a amortização do excedente de revalorização e o reforço da revalorização do período.

f) Os resultados transitados de 2008 foram reexpressos na sequência do ajustamento de 1.214.825 euros que resulta de um erro ocorrido em períodos anteriores decorrente da Administração ter considerado incorrectamente como recuperáveis, um conjunto de saldos de natureza devedora que se revelaram não recebíveis, razão pela qual foi decidido proceder à sua correcção na informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras, conforme prevista na IAS 8 – Políticas contabilísticas, Alterações nas estimativas contabilísticas e Erros, i.e. através da reexpressão das quantias comparativas para os períodos anteriores.

A diminuição verificada no exercício de 2009 em resultados transitados de 1.988.444 euros corresponde à soma da variação verificada nos excedentes de valorização de activos fixos (conforme a alínea e)), acrescido da realização dos excedentes de valorização por força das depreciações dos imóveis.

18. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os interesses minoritários estavam assim representados:

	% Interesses		Valor Balanço		Resultados Atribuídos	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
J M. Consultores Inf. Artes Gráficas, SA	32%	32%	(517 615)	(474 880)	(2 341)	(45 193)
Caleo, SA	45%	45%	703 944	866 104	(162 160)	62 641
Roff Angola	20%	20%	5 211	1 385	3 135	2 010
Roff França	20%	20%	16 154	9 038	7 116	29 888
Roff SDF	20%		124 807		123 807	
			332 501	401 647	(30 442)	49 346



19. EMPRÉSTIMOS E DESCOBERTOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

	2009	2008
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	19 130 401	13 583 958
Contas Correntes Caucionadas		435 826
Descobertos Bancários		2 263 884
Papel comercial	1 500 000	1 865 030
	<u>20 630 401</u>	<u>18 148 698</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários	8 474 546	4 742 420
Descobertos Bancários	6 635 029	74 925
Livranças	2 245 000	
Contas Correntes Caucionadas	11 446 041	3 380 000
Factoring	1 975 444	
Papel comercial	500 000	
	<u>31 276 061</u>	<u>8 197 345</u>
	<u>51 906 461</u>	<u>26 346 043</u>

No exercício de 2009, o prazo de reembolso dos empréstimos é como se segue:

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos
Empréstimos Bancários	27 604 947	8 474 546	19 130 401
Descobertos Bancários	6 635 029	6 635 029	
Livranças	2 245 000	2 245 000	
Contas Correntes Caucionadas	11 446 041	11 446 041	
Factoring	1 975 444	1 975 444	
Papel comercial	2 000 000	500 000	1 500 000
	<u>51 906 461</u>	<u>31 276 061</u>	<u>20 630 401</u>

O Papel Comercial reflecte um programa de emissão no valor de 2.000.000 euros iniciado em Maio de 2008 organizado por uma entidade financeira por um período de 5 anos.



Os empréstimos estão indexados à taxa Euribor, nos prazos de 30 dias, 3 meses, 6 meses e 12 meses, e apresentam prazos de vencimento de 6 meses, 12 meses, 24 meses, 36 meses e 5 anos e vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica de outras contas a pagar tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Não Correntes		
Empréstimos por obrigações		311 417
Estado e Outros Entes Públicos	708 538	1 248 475
	<u>708 538</u>	<u>1 559 892</u>
Corrente		
Empréstimos por obrigações	311 417	306 038
Outros accionistas	2 743 787	43 287
Adiantamentos de Clientes		144 139
Out Emp Obtidos		3 262 283
Fornecedores de imob. c/c	193 609	
Estado e Outros Entes Públicos	5 718 714	4 823 018
Outros Credores	11 426 424	18 264 844
	<u>20 393 951</u>	<u>26 843 607</u>
	<u>21 102 489</u>	<u>28 403 499</u>

A rubrica de “Outros credores” reflecte essencialmente o valor em dívida a 31 de Dezembro de 2009 referente à aquisição da Partblack, a regularizar a partir do final do 1º trimestre de 2010.

20.1 Empréstimos Obrigacionistas

Encontra-se registado um montante de 311.417 euros resultante dos empréstimos obrigacionistas Reditus 91 e Reditus 93, dos financiamentos para aquisição de participações e imobilizado.

Em Assembleia Geral de Obrigacionistas realizada em 1 de Março de 1999 foi aprovado que os juros relativos aos três primeiros exercícios contados a partir de 2 de Março de 1999 seriam, como aconteceu com os respeitantes aos anteriores cinco exercícios, capitalizados no respectivo vencimento e pagos conjuntamente com as prestações de reembolso de capital.

O reembolso do capital seria de acordo com o seguinte plano, que se manteve em vigor no que respeita ao ano de 2008:

- Ano 2000 – Uma prestação de 2,8571% do capital, no dia 2 de Setembro
- Do ano 2001 a 2004 inclusive - Duas prestações de 2,8571% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.
- Do ano 2004 a 2007 inclusive - Duas prestações de 4,2857% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.



- Ano 2008 – Uma prestação de 4,2857% do capital, no dia 2 de Março e uma de 7,1429% no dia 2 de Setembro.
- Do ano 2008 a 2010 inclusive - Duas prestações de 7,1429% do capital, nos dias 2 de Março e 2 de Setembro.

20.2 Estado e Outros Entes Públicos

Na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, as responsabilidades estão divididas entre a dívida corrente, relativa aos meses em curso e pagas nos meses seguintes e as responsabilidades que se encontram a ser liquidadas em regime prestacional, como se segue:

	2009	2008
Finanças		6 892
Segurança Social	708 538	1 297 353
	<u>708 538</u>	<u>1 304 244</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, os saldos devedores e credores para com o Estado e Outros Entes Públicos são como se segue:

	2009	2008
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar	234 972	94 160
IRC – Pagamento por Conta	323 249	218 336
Retenção imposto s/ rend.	3 771	612
IVA - A Recuperar	4 291 293	2 606 610
Restantes Impostos	1 323	
Contribuição p/ Seg. Social	1 802	1 802
	<u>4 856 410</u>	<u>2 921 520</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar	2 027 739	938 004
Retenção imposto s/ rend.	666 361	602 898
Retenção imposto s/ rend. - prestacional		6 892
IVA - A Pagar	2 356 359	2 499 324
Restantes Impostos	53 741	326
Contribuição p/ Seg. Social	614 514	726 697
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		48 878
	<u>5 718 714</u>	<u>4 823 018</u>
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional	708 538	1 248 475
	<u>6 427 252</u>	<u>6 071 493</u>



21. PASSIVOS POR LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, o valor dos Passivos por Locação Financeira era como segue:

	2009	2008
Não Correntes		
Edifícios	6 491 055	6 817 637
Equipamento Administrativo	816 862	144 985
Viaturas	259 201	398 268
Equipamento Informático	67 781	94 970
	<u>7 634 899</u>	<u>7 455 861</u>
Correntes		
Edifícios	25 026	552 102
Equipamento Administrativo	754 728	103 400
Viaturas	284 619	350 233
Equipamento Informático	66 883	48 361
	<u>1 131 256</u>	<u>1 054 097</u>
	<u>8 766 155</u>	<u>8 509 958</u>

Os prazos das responsabilidades com contratos de locação financeira são como se segue:

	Capital em Divida 31/12/2009
Pagamentos até 1 anos	1 131 256
Pagamentos entre 1 e 5 anos	3 548 420
Pagamentos a mais de 5 anos	4 086 479
	<u>8 766 155</u>

22. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Fornecedores, Conta Corrente	13 559 468	10 785 181
Fornecedores, títulos a pagar		691 079
Fornecedores, facturas em rec. e conf.	1 017 890	763 096
	<u>14 577 358</u>	<u>12 239 356</u>

**23. PROVISÕES E AJUSTAMENTOS**

Durante o exercício de 2009, os movimentos das Provisões e Ajustamentos foram como segue:

	Saldo em 31/12/2008	Aumentos	Abates	Saldo em 31/12/2009
Aplicações de tesouraria	1 177 094		(11 126)	1 165 968
Clientes cobrança duvidosa	1 704 981		(305 695)	1 399 285
Depreciação existências	277 332			277 332
Outros devedores cob. duvidosa	108 857	3 263		112 120
Empresas do Grupo	2 461 456			2 461 456
Outras Provisões	1 458 164	100 000	(325 031)	1 233 133
Aplicações financeiras	4 105 381		(3 179 604)	925 777
	11 293 265	103 263	(3 821 456)	7 575 072

O ajustamento de Aplicações de Tesouraria resulta do valor de cotação dos títulos em carteira .

O ajustamento de Aplicações Financeiras resulta da anulação das participações financeiras totalmente provisionadas e referentes às sociedades fiscalmente desactivadas.

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Outros Passivos Correntes tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Acréscimos de Custos		
Remunerações a pagar ao pessoal	2 615 809	2 284 013
Juros a liquidar	116 621	96 311
Fornecimento e Serviços Externos	591 240	1 643 046
Outros acréscimos de custos	1 867 265	750 973
	5 190 935	4 774 343
Proveitos Diferidos		
Facturação antecipada	6 179 213	5 988 469
Projectos em curso	12 240 227	19 803 233
	18 419 440	25 791 702
	23 610 375	30 566 045

Os projectos em curso decorrem da aplicação do método de percentagem de acabamento.

**25. RÉDITOS DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
BPO	16 842 223	14 743 560
IT Outsourcing	49 155 335	23 883 680
IT Consulting	33 387 961	12 706 934
Sistemas de Engenharia e Mobilidade	4 862 387	7 911 883
	104 247 906	59.246.057

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Trabalhos para a própria empresa	171 083	2 386 020
Proveitos suplementares	1 046 871	202 102
Subsídios à exploração	12 180	2 361
Outros prov. e ganhos operacionais	1 727 831	728 640
	2 957 965	3 319 123

Os trabalhos para a própria empresa dizem respeito ao desenvolvimento de um sistema de informação e ERP (solução de planeamento de recursos empresariais) que ascendeu em 31 de Dezembro de 2009 a 171.083 euros.

27. MATÉRIAS E SERVIÇOS CONSUMIDOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Água, electricidade e combustíveis	643 283	709 317
Rendas e alugueres	3 358 080	842 291
Comunicação	1 220 538	551 517
Transportes, desl.e estadias e despesas de repres.	5 080 740	2 121 612
Subcontratos	12 002 077	7 355 125
Trabalhos especializados	3 397 825	4 639 565
Honorários	15 987 612	10 308 085
Outros fornecimentos e serviços	2 999 978	1 611 939
	44 690 132	28 139 452



28. GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2009
Remunerações	20 599 979	10 868 250
Encargos sobre Remunerações	3 888 979	2 203 162
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	179 004	128 300
Outros Custos com Pessoal	998 550	347 000
	25 666 512	13 546 712

28.1 Número Médio de Colaboradores

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número médio de trabalhadores ao serviço, por área de negócio, era como segue:

	2009	2008
BPO	209	208
IT Outsourcing	285	387
IT Consulting	322	252
Sistemas de Engenharia e Mobilidade	37	36
Áreas de Suporte	55	53
	908	936

28.2 Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração da Reditus SGPS, SA durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 ascenderam 792.270,02 euros e 1.306.617 euros respectivamente.

O Conselho Fiscal não auferiu de remuneração durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

A remuneração total auferida pelo auditor e a outras entidades pertencentes à mesma rede pelos seus serviços às empresas do Grupo Reditus ascendeu em 31 de Dezembro de 2009 a 171.188 euros, os quais se subdividem de acordo com o indicado abaixo:

Serviços de revisão legal de contas

BDO & Associados, SROC	60 500
Auren Auditores & Associados, SROC	33 300
Carvalheda, Plácido & Associados, SROC	37 966
	131 766

Outros Serviços que não o de revisão legal de contas

BDO & Associados, SROC	18.842
Deloitte & Associados, SROC	20.480
	39.322
	171 088



29. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios outras construções	197 060	193 956
Equipamento básico	659 353	366 291
Equipamento de transporte	393 540	123 269
Ferramentas e utensílios	6 834	6 857
Equipamento administrativo	308 576	345 083
Outras imobiliz. corpóreas	119 599	34 373
	<u>1 684 962</u>	<u>1 069 829</u>
Outros Activos Fixos Intangíveis		
Custos de desenvolvimento.	1 204 709	1 362 720
Propriedade industrial e outros direitos	42 969	8 333
	<u>1 247 678</u>	<u>1 371 053</u>
	<u>2 932 640</u>	<u>2 440 882</u>

30. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Impostos e Taxas	234 855	157 459
Outros	3 017 457	893 962
	<u>3 252 312</u>	<u>1 051 421</u>

**31. RESULTADOS FINANCEIROS**

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, tinham a seguinte composição:

	2009	2008
Custos e Perdas Financeiras		
Juros pagos		
empréstimos	1.832.071	1 079 480
contratos de locação	395.980	532 389
factoring	42.647	34 597
mora e compensatórios	460.740	504 358
outros	497.915	334 507
	<u>3.229.353</u>	<u>2.485.331</u>
Diferenças de câmbio negativas	135.885	472 353
Outros Custos e Perdas Financeiras	880.101	1 173 143
Ajustamentos aplicações financeiras	82.750	759 073
outros	589.167	414 071
	<u>4.245.338</u>	<u>4.130.827</u>
Proveitos e Ganhos Financeiros		
Juros Obtidos	96.729	273 010
Ganhos em aplicações de tesouraria	26.328	94 723
Diferenças de câmbio positivas	199.864	114 481
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	339.667	108 517
	<u>662.588</u>	<u>590.731</u>
Resultado Financeiro	<u>(3 582 750)</u>	<u>(3 540 096)</u>

32. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Imposto corrente	2 527 047	991 878
Imposto diferido	(492 062)	(446 859)
	<u>2 034 985</u>	<u>545 019</u>



32.1 Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a taxa média efectiva de imposto difere da taxa nominal devido ao seguinte:

	2009	2008
Resultados Antes de Impostos	3 146 399	1 220 638
Impostos à taxa de 25%	786 600	323 469
Amortizações e provisões não aceites para efeitos fiscais	526 386	578 283
Multas, coimas, juros compensatórios	120 247	194 350
Correcções relativas ao ano anterior	24 926	35 226
Tributação Autónoma	466 283	248 181
Reconhecimento de passivos por impostos diferidos	(454 196)	(454 196)
Outros	564 739	(380 294)
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	2 034 985	545 019
Taxa média efectiva de imposto	64,7%	44,7%

33. COMPROMISSOS

As receitas da Reditus respondem pelo serviço da dívida emergente da emissão dos empréstimos obrigacionistas reditus 91 e 93, no montante de 311.417 euros e por um prazo de 12 meses.

À data de 31/12/2009, os compromissos financeiros das empresas do Grupo Reditus que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias são como se segue:

Valor (Euros)	À ordem de	Origem
350 852	IGFSS	Garantia de pagamento de processos executivos
2 312 255	DGCI	Garantia de pagamento de processos executivos
145 395	Diversos Clientes	Bom cumprimento das obrigações contratuais
231 216	Diversos Fornecedores	Bom cumprimento das obrigações contratuais

Por último foi celebrado em 27 de Março de 2008 e ratificado em 7 de Abril de 2008 um contrato referente ao acordo celebrado entre a Empresa e um Administrador, com vista a encerrar esta responsabilidade assumida pela Reditus no passado relacionada com um Fundo de Reforma, ficando o Administrador titular de um crédito firme a liquidar pela Empresa.



34. CONTINGÊNCIAS

Em exercícios anteriores foram realizadas inspecções fiscais por parte da Administração Fiscal a empresas do Grupo. Indicam-se seguidamente as situações referentes a cada empresa:

- Reditus SGPS: A Empresa foi notificada para proceder a correcções em sede de IRC, com referência aos anos de 2004 a 2007. A Empresa apresentou um recurso hierárquico relativamente à liquidação referente a 2004 e apresentou reclamações relativamente às liquidações dos restantes exercícios, estando a aguardar os respectivos desenvolvimentos processuais.
- Inter Reditus: Foram realizadas inspecções fiscais em sede de IRC relativamente aos anos de 1997 e 1998. A empresa entendeu que as regularizações fiscais não seriam correctas, tendo procedido à sua reclamação, estando nesta data à aguardar os resultados dessas reclamações.
- Redware: A Empresa foi notificada para proceder a correcções em sede de IVA, com referência ao ano de 2004 e 2005. A Empresa entendeu que as correcções não estavam correctas, tendo apresentado recursos hierárquicos, aos quais aguarda resposta.

A utilização dos prejuízos fiscais reportáveis referentes às empresas adquiridas em 2008 foram objecto de requerimento junto das entidades competentes tendo recebido o deferimento relativo às empresas Tecnisuporte, Sistemas Informáticos S.A. e Tecnidata BC – Business Consulting, Soluções de Software S.A.

35. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções de empresas do Grupo com partes relacionadas incluiu transacções comerciais com a Lanifos - Sociedade de Financiamento, Lda, Companhia das Quintas Vinhos, SA, Portuvinus - Wine & Spirits, SA, GTBC, Tora, Canes Venatici e A2M, SA, as quais no exercício de 2009 representaram os seguintes montantes:

	2009
Clientes	19.286
Fornecedor	485.882
Prestação de Serviços	16.940
Matérias e Serviços Consumidos	1.998.199

36. DERROGAÇÕES E OUTROS ASPECTOS

A demonstração dos fluxos consolidados, é preparada pelo método directo, excepto quanto às operações da Caleo, entidade sediada em França e que, de acordo com as normativos contabilísticos locais, não prepara esta peça das demonstrações financeiras. Para efeito das demonstrações financeiras consolidadas a informação de fluxos de caixa referente à Caleo é preparada através do método indirecto.

A apresentação da informação financeira de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS) está reflectida nas contas consolidadas.

As operações realizadas pelo grupo não incorrem em sazonalidade.



37. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Como forma de optimização de estruturas e racionalização da oferta, foi decidido fundir a Inter Reditus, Prestação Integrada de Serviços Informáticos, SA e a Tecnidta BC - Business Consulting, Soluções de Software S.A na Tecnidata SI – Serviços e Equipamentos de Informática, S. A., e a Tecnidata BMT – Business Management Technologies, S.A. na ALL2IT - Infocomunicações, S.A., o que permitirá às empresas resultante destas fusões, um reforço substancial da capacidade de intervenção no mercado, tanto sob o ponto de vista do aumento da carteira de Clientes, como no que se refere à gama de serviços que passa a integrar a sua oferta de valor.

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A,
Lisboa

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante também designada por Reditus ou Empresa), as quais compreendem: o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 143 777 826 euros e um total de capital próprio de 20 870 278 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1 141 856 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a prestação de informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame. As demonstrações financeiras das participadas, consolidadas pelo método da consolidação integral, foram examinadas directamente por outros revisores oficiais de contas, tendo-nos sido facultados os respectivos relatórios.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelos Conselhos de Administração dessas empresas utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (vi) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, refere-se que, relativamente à informação financeira referente a 31 de Dezembro de 2008, o perímetro de consolidação foi alargado através da aquisição da Partblack, SA, já em 2009, operação que originou um *goodwill* de cerca de 15 000 000 euros. De referir que a Reditus adquiriu em Setembro de 2008 o denominado Grupo Tecnidata, sendo que as demonstrações financeiras consolidadas da Reditus SGPS, em 31 de Dezembro de 2009, incluem já a totalidade dos resultados das suas operações, enquanto que a informação financeira publicada referente a 31 de Dezembro de 2008, incluía apenas 3 meses de operações do referido Grupo Tecnidata.

Lisboa, 30 de Março de 2010

Manuel Rui dos Santos Caseirão, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob nº 1 122)



Declaração de Responsabilidade do Conselho de Administração

Ao abrigo da alínea c) do nº. 1 do artº. 245 do CVM, o Conselho de Administração afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, Contas Anuais e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Alfragide, 30 de Março de 2010.

O Conselho de Administração,

Eng. Miguel Maria de Sá Pais do Amaral – Presidente

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato – Vice- Presidente e Presidente da Comissão Executiva

Eng. José António da Costa Limão Gatta – Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite – Administrador

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira – Administrador, membro da Comissão Executiva

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Administrador, membro da Comissão Executiva, CFO

Eng. António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes – Administrador

Dr. José Manuel Marques da Silva Lemos - Administrador



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Accionistas:

1º) No exercício das suas atribuições, o Conselho Fiscal acompanhou de perto, ao longo do ano de 2009, o funcionamento da Sociedade, nas matérias do seu âmbito de competências.

2º) O Conselho Fiscal recebeu sempre a maior colaboração para o exercício das suas funções, por parte do Conselho de Administração, dos responsáveis operacionais pelos Serviços de Auditoria interna, de Contabilidade, Tesouraria e Serviços Jurídicos.

3º) Em face do acompanhamento feito pelo Conselho Fiscal e tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas Consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos, somos de Parecer que:

a) Seja aprovado o Relatório de Gestão consolidado relativo ao exercício de 2009 e bem assim o Relatório do Governo que o acompanham;

b) Sejam aprovados as Contas Consolidadas (Balanço Consolidado, Demonstração de Resultados Consolidados, Demonstração dos fluxos de Caixa Consolidados) relativos ao exercício de 2009.

4º) O Conselho Fiscal declara ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários para as Contas Consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Reditus, SGPS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e expõe fielmente a evolução dos negócios e contem uma descrição dos principais riscos que as empresas enfrentam.

O Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração da Reditus, SGPS a colaboração prestada.

Lisboa, 30 de Março de 2010.

O Conselho Fiscal

Rui António Gomes Nascimento Barreira – Presidente

Alfredo Francisco Aranha Salema Reis – Vogal

José Maria Franco O'Neill – Vogal



Declaração de Responsabilidade do Conselho Fiscal

Ao abrigo da alínea c) do nº. 1 do artº. 245 do CVM, o Conselho Fiscal afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, Contas Anuais e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Alfragide, 30 de Março de 2010.

O Conselho Fiscal,

Rui António Gomes Nascimento Barreira – Presidente

Alfredo Francisco Aranha Salema Reis – Vogal

José Maria Franco O'Neill – Vogal



ANEXO AO RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

I. INFORMAÇÃO SOBRE A TITULARIDADE DAS ACÇÕES E OBRIGAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL E, BEM ASSIM, DE TODAS AS SUAS AQUISIÇÕES, ONERAÇÕES OU CESSAÇÕES DE TITULARIEDADE DE ACÇÕES E DE OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE E DE SOCIEDADES COM AS QUAIS AQUELA ESTEJA EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO

(Informação devida nos termos do artigo 447º do código das Sociedades Comerciais)

As comunicações recebidas pela Sociedade nos termos deste artigo foram as seguintes:

a) Membros do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31/12/08	Acréscimos no exercício	Decréscimos no exercício	Posição em 31/12/09
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral				
Frederico José Appleton Moreira Rato	339.734	19.732	-167.555	191.911
José António da Costa Limão Gatta				
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos	702 135			702 135
António do Pranto Nogueira Leite				
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira				
Francisco José Martins Santana Ramos				
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes				
José Manuel Marques da Silva Lemos				

Em 31 de Dezembro de 2009, os membros do Conselho de Administração não detinham quaisquer obrigações da Reditus SGPS, não tendo realizado transacções com obrigações da Reditus SGPS.

Durante o exercício de 2009, as transacções de títulos representativos do capital social da Reditus SGPS, SA efectuadas por membros do Conselho de Administração foram como se segue no quadro abaixo:



Frederico José Appleton Moreira Rato

Data	Opreação	Quantidade	Preço Unit.
31-12-2008	Total	339.734	
06-03-2009	Compra	1.000	6,75 €
06-03-2009	Compra	1.000	6,75 €
11-03-2009	Compra	1.683	6,74 €
11-03-2009	Compra	317	6,70 €
12-03-2009	Compra	1.000	6,75 €
12-03-2009	Compra	192	6,75 €
12-03-2009	Compra	1.500	6,75 €
13-03-2009	Compra	2.250	7,00 €
13-03-2009	Compra	390	7,00 €
13-03-2009	Compra	1.000	7,00 €
13-03-2009	Compra	200	7,00 €
17-03-2009	Compra	3.500	7,75 €
25-03-2009	Compra	1.000	7,40 €
26-03-2009	Compra	250	7,40 €
26-03-2009	Compra	950	7,40 €
31-03-2009	Compra	3.500	7,49 €
08-10-2009	Venda	-15.000	7,58 €
23-12-2009	Venda	-152.555	8,88 €
31-12-2009	Total	191.911	

A Courical Holding, BV., sociedade na qual Eng. Miguel Pais do Amaral, Presidente do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A., é accionista, detém directamente 1.408.927 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 15,78% do capital da Sociedade e a dos 16,11% direitos de voto.

A Partrouge SGPS, sociedade na qual Eng. Miguel Pais do Amaral, Presidente do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A., é accionista detém directamente 1.090.254 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 12,21% do capital da Sociedade e a dos 12,47% direitos de voto.

A ELAO SGPS, sociedade na qual Eng. José António Gatta, membro do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A., é accionista e exerce cargo de Presidente do Conselho de Administração, detém 1.479.000 acções da Reditus SGPS, correspondentes a 16,57% do capital social e a 16,92% dos direitos de voto da Reditus.

A SACOP - Sociedade Agrícola do Casal do Outeiro do Polima, S.A., sociedade na qual Dr. Frederico Moreira Rato, membro do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A., é administrador, detém indirectamente 1.447.180 acções, correspondentes a 16,21% do capital social e a 16,55% dos direitos de voto da Reditus.

A Canes Venatici - Investimentos SGPS, sociedade na qual Eng. António Maria de Mello, membro do Conselho de Administração da Reditus SGPS, é accionista, detém indirectamente 892.798 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 10,00% do capital da Sociedade e a 10,21% direitos de voto.



A Inventum SGPS, sociedade na qual Dr. Rui Miguel Ferreira, membro do Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A., é accionista e gerente, detém 587.296 acções da Reditus SGPS, correspondentes a 6,58% do capital social e a 6,72% dos direitos de voto da Reditus.

b) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, composto pelo Dr. Rui António Gomes Nascimento Barreira, Eng. Alfredo Francisco Aranha Salema Reis, Dr. José Maria Franco O'Neill e Dr. Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes não detinham quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2009, não tendo realizado transacções com quaisquer títulos da Reditus SGPS, SA.

II. ACCÕES PRÓPRIAS

A 31 de Dezembro de 2008, a Reditus S.G.P.S. detinha em carteira 49.327 acções próprias, representativas de 0,55% do seu capital social

No dia 23 de Fevereiro de 2009, a Reditus SGPS celebrou um Contrato de Liquidez com a Lisbon Brokers Sociedade Corretora, S.A., do qual decorreu a compra de 36.137 acções próprias ao preço médio de 7,12 euros e a venda de 7.282 ao preço médio de 6,97 euros.

No dia 29 de Junho de 2009, a Reditus SGPS procedeu à aquisição, através de operação fora de bolsa, de 104.428 acções próprias ao preço unitário de 7,20 euros.

A 31 de Dezembro de 2009, a Reditus S.G.P.S. detinha em carteira 182.610 acções próprias, representativas de 2,05% do capital social.

III. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 448º, Nº 4 DO CSC

Lista de accionistas que na data do encerramento do exercício de 2009 e segundo os registos da Sociedade e as informações prestadas, são titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital e dos accionistas que deixaram de ser titulares das referidas fracções de capital.

Courical Holding, BV.

Detém directamente 1.408.927 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 15,78% do capital da Sociedade e a dos 16,11% direitos de voto.

ELAO - SGPS

Detém directamente 1.480.000 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 16,58% do capital da Sociedade e a 16,93% dos direitos de voto.

SACOP - Sociedade Agrícola do Casal do Outeiro do Polima, S.A

Detém indirectamente 1.447.180 acções da Reditus SGPS, SA., correspondentes a 16,21% do capital da Sociedade e a 16,55% dos direitos de voto.

Partrouge SGPS

Detém directamente 1.019.3597 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 11,42% do capital da Sociedade e a dos 11,48% direitos de voto.

Canes Venatici - Investimentos SGPS



Detém indirectamente 892.798 acções da Reditus SGPS, SA, correspondentes a 10,00% do capital da Sociedade e a 10,21% direitos de voto.

IV. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 324º, Nº 2 DO CSC

A 31 de Dezembro de 2008, a Reditus S.G.P.S. detinha em carteira 49.327 acções próprias, representativas de 0,55% do seu capital social

No dia 23 de Fevereiro de 2009, a Reditus SGPS celebrou um Contrato de Liquidez com a Lisbon Brokers Sociedade Corretora, S.A., do qual decorreu a compra de 36.137 acções próprias ao preço médio de 7,12 euros e a venda de 7.282 ao preço médio de 7,07 euros.

No dia 29 de Junho de 2009, a Reditus SGPS procedeu à aquisição, através de operação fora de bolsa, de 104.428 acções próprias ao preço unitário de 7,20 euros.

A 31 de Dezembro de 2009, a Reditus S.G.P.S. detinha em carteira 182.610 acções próprias, representativas de 2,05% do capital social

V. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 397º, Nº 4 DO CSC

Não foram solicitadas e, por isso, não foram concedidas autorizações nos termos previstos no nº 2 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.



**VI. LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
CALCULADAS NOS TERMOS DE ARTIGO 20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS, E TAMBÉM,
PARA EFEITOS DO ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Titular com participação qualificada	Nº de Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto
Miguel Pais do Amaral			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Courical Holding BV	1.408.927	15,78%	16,11%
Através da Partrouge SGPS	1.090.254	12,21%	12,47%
Total imputável	2.499.181	28,00%	28,58%
José António da Costa Gatta			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da ELAO SGPS, SA	1.480.000	16,58%	16,93%
Total imputável	1.480.000	16,58%	16,93%
SACOP - Soc. Agrícola do Casal do Outeiro do Polima, S.A.			
Directamente	45.145	0,51%	0,52%
Através de Frederico Moreira Rato	191.911	2,15%	2,19%
Através da Lisorta, Lda	1.210.124	13,56%	13,84%
Total imputável	1.447.180	16,21%	16,55%
António Maria de Mello			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da António M. de Mello, SGPS	738.498	8,27%	8,45%
Através da Canes Venatici - Investimentos SGPS	154.300	1,73%	1,76%
Total imputável	892.798	10,00%	10,21%
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos			
Directamente	702.135	7,87%	8,03%
Total imputável	702.135	7,87%	8,03%
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Inventum SGPS, S.A	587.296	6,58%	6,72%
Total imputável	587.296	6,58%	6,72%
Francisco Febrero, Mario Oliveira e Ricardo Regal			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Greendry SGPS	242.143	2,71%	2,77%
Total imputável	242.143	2,71%	2,77%
Frederico Moreira Rato			
Directamente	191.911	2,15%	2,19%
Total imputável	191.911	2,15%	2,19%

**VI. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 245º-A, Nº 1 DO CVM**

a) Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital social da Reditus, SGPS, SA é de 44.630.250 euros integralmente subscrito e realizado em dinheiro, representado por 8.926.050 acções, com o valor nominal de 5 euros cada.

As acções são todas ordinárias, tituladas e ao portador, embora seja permitida estatutariamente a sua conversão em escriturais e nominativas. Todos os direitos e deveres inerentes a todas as acções são iguais. As acções encontram-se todas admitidas à negociação.

Na Assembleia Geral de 13 de Abril de 2009 foi aprovada por unanimidade a proposta de conversão da totalidade das acções representativas do capital social da Reditus, SGPS, SA, actualmente tituladas, em acções escriturais.

b) Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

O contrato de sociedade não prevê qualquer restrição à transmissibilidade ou titularidade das acções.

c) Participações qualificadas no capital social da sociedade.

Informação disponibilizada no ponto V do presente anexo.

d) Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

Não há na Reditus nenhum accionista ou categoria de accionistas que sejam titulares de direitos especiais.

e) Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não está previsto qualquer mecanismo de controlo.

f) Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de desta que de direitos de conteúdo patrimonial.

Informação disponibilizada no Relatório sobre o Governo da Sociedade no capítulo I nas alíneas I.6 a I.11.

g) Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial.

h) Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade.

Os estatutos da Reditus não prevêem quaisquer regras especiais relativas à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração ou à alteração dos seus estatutos. Tais matéria estão, pois, apenas sujeitas ao regime legal geral.

i) Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital.

Informação disponibilizada no Relatório sobre o Governo da Sociedade no capítulo II na alínea II.5.



j) Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controle da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

Não existem acordos de qualquer natureza que produzam efeitos em caso de mudança de controle da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.



Parte III - RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE



Capítulo 0 - Declaração de Cumprimento

0.1 Indicação do local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito e, se for o caso, aqueles a que tenha voluntariamente escolhido sujeitar.

Os textos dos códigos de governo da sociedade encontram-se disponíveis no sítio da sociedade e foram igualmente tornados públicos através do sítio da CMVM.

0.2 - Indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM adoptadas e não adoptadas.

Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 1/2007, indicam-se, discriminadamente, no presente Capítulo, as recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas adoptadas e não adoptadas. Entende-se, para este efeito, como não adoptadas as recomendações que não sejam seguidas na íntegra.



Recomendações CMVM	Medidas Implementadas (descrição no presente Relatório - capítulo)	Cumprimento
I. ASSEMBLEIA GERAL		
I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL		
I.1.1 O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe dos recursos humanos e logísticos de apoio adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da Sociedade. (Capítulo I.3)	Adoptada
I.1.2 A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiu qualquer remuneração pelo exercício das suas funções (Capítulo I.3)	Adoptada
I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA		
I.2.1 A antecedência do depósito ou bloqueio das ações para a participação em Assembleia Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	Os accionistas que pretendam assistir e tomar parte na Assembleia Geral devem comprovar, até três dias úteis antes da realização da respectiva reunião, a referida qualidade mediante documento emitido pela entidade registadora ou pelo depositário que certifique a quantidade de ações detidas naquela data e, também, do seu bloqueio. (Capítulo I.4)	Adoptada
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.	Embora não se encontre expressamente previsto nos estatutos é do entendimento do Presidente da Mesa da Assembleia Geral o constante da Recomendação I.2.2 das Recomendações da CMVM sobre Código de Governo das Sociedades quanto a não ser exigível, em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, o bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão. (Capítulo I.5)	Adoptada
I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência.	De acordo com o disposto no artigo 10.º dos Estatutos, os accionistas da Reditus com direito a voto poderão exercê-lo por correspondência, nos termos e condições expressos na convocatória	Adoptada



	para a Assembleia Geral. (Capítulo I.8)	
I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	A carta contendo a declaração de voto deverá ser recebida pela sociedade até ao terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral. (Capítulo I.10)	Adoptada
I.3.3 As sociedades devem prever, nos seus estatutos, que corresponda um voto a cada acção.	Os estatutos da sociedade prevêem 1 voto para cada acção. (Capítulo I.6)	Adoptada
I.4 QUÓRUM E DELIBERAÇÕES		
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Não existem quaisquer regras estatutárias sobre quórum constitutivo e deliberativo, regendo-se a Assembleia Geral de acordo com as regras previstas no Código das Sociedades Comerciais (Capítulo I.7)	Adoptada
I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS		
I.5.1 As actas das reuniões da Assembleia Geral devem ser disponibilizadas aos accionistas no sítio Internet da sociedade no prazo de 5 dias, ainda que não constituam informação privilegiada, nos termos legais, e deve ser mantido neste sítio um acervo histórico das listas de presença, das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 anos antecedentes	De modo a cumprir esta recomendação, no site da Reditus, www.reditus.pt , estão disponibilizadas as actas e demais documentação das reuniões da Assembleia Geral, com o objectivo de manter um acervo histórico das listas de presenças, da ordem de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas. (Capítulo I.16)	Adoptada
I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES		
I.6.1 As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas.		Adoptada
I.6.2 Os estatutos das sociedades que, respeitando o princípio da alínea anterior, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que seja consignado que, pelo menos de cinco em cinco anos será sujeita		Não Aplicável



a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que nessa deliberação se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.		
I.6.3 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	A sociedade não adoptou medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração. (Capítulo I.13)	Adoptada
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. TEMAS GERAIS		
II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório de governo o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	O Conselho de Administração da Reditus analisa e acompanha os desenvolvimentos relacionados com o modelo de governo da sociedade, no sentido de, se necessário e/ou quando oportuno, proporem alterações ao modelo adoptado. Até a data, o modelo existente foi considerado apropriado à estrutura da Reditus, não tendo sido reconhecido qualquer constrangimento ao seu funcionamento. (Capítulo II.1)	Adoptada
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.	A Reditus dispõe de uma unidade de Auditoria Interna que tem como função a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa. (Capítulo II.4)	Adoptada
II.1.1.3 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Existem regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal podendo os mesmos ser consultados no sítio da sociedade. (Capítulo II.6)	Adoptada
II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA		



II.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos	Presentemente e face ao aprovado pela última Assembleia Geral Anual, a composição do Conselho de Administração inclui seis administradores não executivos, os quais, exercem funções de acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte dos membros executivos. (Capítulo II.3 e II.9).	Adoptada
II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores	O Conselho de Administração da Reditus integra actualmente dois administradores não executivos e independentes. (Capítulo II.9)	Adoptada
II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO		
II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Com excepção do Dr. Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes, suplente do Conselho Fiscal, todos os membros do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais. (Capítulo II.12)	Adoptada
II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES		
II.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Os colaboradores da Reditus devem comunicar quaisquer práticas irregulares que detectem ou de que tenham conhecimento ou fundadas suspeitas, de forma a prevenir ou impedir irregularidades que possam provocar danos graves à Reditus e aos seus colaboradores, Clientes, parceiros e accionistas. (Capítulo II.22)	Adoptada
II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades.	As linhas gerais desta política são divulgadas no relatório sobre o governo das sociedades. (Capítulo II.22)	Adoptada
II.1.5 REMUNERAÇÃO		



<p>II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade. Neste contexto: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente baseada no desempenho, devendo tomar por isso em consideração a avaliação de desempenho realizada periodicamente pelo órgão ou comissão competentes; ii) a componente variável deve ser consistente com a maximização do desempenho de longo prazo da empresa e dependente da sustentabilidade das variáveis de desempenho adoptadas; iii) quando tal não resulte directamente de imposição legal, a remuneração dos membros não executivos do órgão de administração deve ser exclusivamente constituída por uma quantia fixa.</p>	<p>A remuneração do Conselho de Administração da Reditus está estruturada de forma a permitir um alinhamento de interesses entre os seus administradores e os accionistas da sociedade. Em 2009, a Reditus passou a cumprir a totalidade desta recomendação uma vez que a remuneração dos membros não executivos foi exclusivamente constituída por uma quantia fixa.</p>	<p>Adoptada</p>
<p>II.1.5.2 A comissão de remunerações e o órgão de administração devem submeter à apreciação pela Assembleia Geral anual de accionistas de uma declaração sobre a política de remunerações, respectivamente, dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. Neste contexto, devem, nomeadamente, ser explicitados aos accionistas os critérios e os principais parâmetros propostos para a avaliação do desempenho para determinação da componente variável, quer se trate de prémios em acções, opções de aquisição de acções, bónus anuais ou de outras componentes.</p>	<p>Foram apresentados pela Comissão de Remunerações da Reditus e aprovados na Assembleia Geral Anual de 2009, os critérios que presidiram à fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração. (Capítulo II.18)</p>	<p>Adoptada</p>
<p>II.1.5.3 Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias-gerais anuais de accionistas</p>	<p>Normalmente estão presentes nas assembleias-gerais dois representantes da Comissão de Remunerações, o Presidente da Assembleia Geral, Dr. Diogo Lacerda Machado e o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Rui Barreira (Capítulo II.19)</p>	<p>Adoptada</p>
<p>II.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais</p>	<p>Não existem, de momento, quaisquer programas ou planos de remunerações variáveis que consistam na atribuição de acções, de opções de aquisição de acções ou outro sistema de incentivos</p>	<p>Não Aplicável</p>



dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários	com acções. (Capítulo III.10)	
II.1.5.5 A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais, distinguindo-se, sempre que for caso disso, as diferentes componentes recebidas em termos de remuneração fixa e de remuneração variável, bem como a remuneração recebida em outras empresas do grupo ou em empresas controladas por accionistas titulares de participações qualificadas.	Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3º da Lei n.º 28/2009 de 19 de Junho, a Reditus divulgou no presente relatório o montante anual das remunerações auferida pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização. (Capítulo II.20)	Adoptada
II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	A Comissão Executiva, a quem compete a gestão corrente da sociedade, detém todos os poderes de decisão e representação necessários e/ou convenientes ao exercício da actividade que constitui o objecto social da mesma e cuja delegação a lei não proíba. (Capítulo II.9)	Adoptada
II.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão das actividades da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e no contrato de sociedade. (Capítulo II.5)	Adoptada



II.2.3 Caso o presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o governo da sociedade.		Não aplicável
II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.		Adoptada
II.2.5. O órgão de administração deve promover uma rotação do membro com o pelouro financeiro, pelo menos no fim de cada dois mandatos.	Em Julho de 2009, a administradora Teresa Simões na função de Chief Financial Officer (CFO), foi substituída pelo administrador Francisco Santana Ramos na sequência da sua renúncia ao cargo de administradora da sociedade até ao final do mandato em curso (2008-2010).	Adoptada
II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO		
II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Foi prestada pelos administradores executivos da Reditus, em tempo útil e de forma adequada, todas as informações solicitadas pelos diversos órgãos sociais. (Capítulo II.3)	Adoptada
II.3.2 O Presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	O Presidente da Comissão Executiva da Reditus remeteu ao Presidente do Conselho Fiscal as convocatórias e as actas das reuniões da Comissão Executiva (Capítulo II.3)	Adoptada
II.3.3 O presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.		Não aplicável



II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL		
II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do cumprimento das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) o definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.		Não aplicável
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal constam nos Relatórios e Contas divulgados no sítio da internet da sociedade, www.reditus.pt . (Capítulo II.3)	Adoptada
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados	Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal constam nos Relatórios e Contas divulgados no sítio da internet da sociedade, www.reditus.pt . (Capítulo II.3)	Adoptada
II.4.4 A comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	O Conselho Fiscal é o primeiro interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo, cuja actividade é por si acompanhada e supervisionada. Este Conselho propõe o auditor externo a respectiva remuneração e zela para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. (Capítulo II.3)	Adoptada



II.4.5 A comissão para as matérias financeiras, Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	O Conselho Fiscal propõe à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito. (Capítulo II.3)	Adoptada
II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS		
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Face à dimensão do Conselho de Administração e às funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, não existem comissões específicas para a avaliação do desempenho do Conselho e dos membros executivos nem para a análise do modelo de governo. (Capítulo II.2).	Não adoptada
II.5.2 Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração	A Comissão de Remunerações é composta pelos Senhores Presidente da Assembleia Geral, Dr. Diogo Lacerda Machado, Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Rui Barreira, e Dr. Jorge Pereira da Costa todos membros independentes face ao órgão de administração (Capítulo II.19).	Adoptada
II.5.3 Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.		Adoptada
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA		
III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO		
III.1.2 As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	A Reditus detém um Gabinete de Relações com o Investidor que assegura o adequado relacionamento como mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.	Adoptada



<p>III.1.3 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) Convocações para a realização de Assembleia Geral. 	<p>A Reditus disponibiliza um conjunto vasto de informações através do seu site na Internet: www.reditus.pt. O objectivo é dar a conhecer a empresa a investidores, analistas e público em geral, facultando o acesso permanente a informação relevante e actualizada. Podem, assim, ser consultados dados referentes à actividade da empresa, bem como informações especificamente destinadas aos investidores, que estão disponíveis, em português e inglês, na secção “Investidores”. Destas informações destacam-se apresentações de resultados, informação privilegiada e outros comunicados à CMVM, relatórios e contas, o calendário financeiro, a estrutura accionista, os órgãos sociais e o desempenho bolsista das acções da Reditus (Capítulo III.12).</p>	<p>Adoptada</p>
--	--	-----------------

0.3. Quando a estrutura ou as práticas de governo da sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a sociedade se sujeite ou tenha voluntariamente aderido, devem ser explicitadas as partes de cada código que não são cumpridas e as razões dessa divergência.

Informação disponibilizada no ponto 02 do presente capítulo

0.4. O órgão social ou a comissão em causa deve ajuizar em cada momento da independência de cada um dos seus membros e fundamentar aos accionistas, através de declaração incluída no relatório sobre o governo da sociedade, a sua apreciação, seja no momento da designação, seja quando se verifique circunstância superveniente que determine a perda da independência

Após a designação de qualquer membro dos órgãos sociais considerado independente é-lhe solicitada a confirmação dessa situação através de declaração escrita sobre o cumprimento das regras de independência. A partir de 2009 passou a ser solicitada essa declaração com regularidade anual, no sentido de se confirmar a não verificação de circunstância superveniente que determine a perda de independência.

Capítulo I. Assembleia Geral

I.1. Identificação dos membros da Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia Geral, constituída pelos accionistas com direito de voto, reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral pelo Conselho de Administração, ou por accionistas que representem, pelo menos, 5% do capital social.

Durante o exercício de 2009, a Mesa da Assembleia Geral da Sociedade teve a seguinte composição:



Membro da Mesa da Assembleia Geral	Categoria
Diogo de Campos Barradas Lacerda Machado	Presidente
Francisco Xavier Damiano de Bragança van Uden	Vice-Presidente
Maria Isabel Saraiva Rodrigues Abrantes Gonçalves	Secretário

I.2. Indicação da data de início e termo dos respectivos mandatos

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Diogo de Campos Barradas Lacerda Machado, Dr. Francisco Xavier Damiano de Bragança Van Uden e Dra. Maria Isabel Saraiva Rodrigues Abrantes Gonçalves foram eleitos, em Assembleia Geral realizada em Março de 2005, para o triénio então em curso (2005/2007). Em Assembleia Geral de Março de 2008 foram reeleitos e reconduzidos para o mandato actual (2008/2010).

I.3. Indicação da remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferir de qualquer remuneração pelo exercício das suas funções.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe dos recursos humanos e logísticos de apoio adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da Sociedade

I.4. Indicação da antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral.

Os accionistas que pretendam assistir e tomar parte na Assembleia Geral devem comprovar, até três dias úteis antes da realização da respectiva reunião, a referida qualidade mediante documento emitido pela entidade registadora ou pelo depositário que certifique a quantidade de acções detidas naquela data e, também, do seu bloqueio.

I.5. Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral.

Embora não se encontre expressamente previsto nos estatutos é do entendimento do Presidente da Mesa da Assembleia Geral o constante da Recomendação I.2.2 das Recomendações da CMVM sobre Código de Governo das Sociedades quanto a não ser exigível, em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, o bloqueio durante todo o período até que a sessão seja retomada, devendo bastar com a antecedência ordinária exigida na primeira sessão.

I.6. Número de acções a que corresponde um voto.

A cada acção corresponde um voto.

I.7. Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Não existem quaisquer regras estatutárias sobre quóruns constitutivos e deliberativos, regendo-se a Assembleia Geral de acordo com as regras previstas no Código das Sociedades Comerciais.

I.8. Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

De acordo com o disposto no artigo 10.º dos Estatutos, os accionistas da Reditus com direito a voto poderão exercê-lo por correspondência, nos termos e condições expressos na convocatória para a Assembleia Geral.



Os accionistas deverão fazer chegar, até ao terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral, à sede da Sociedade uma carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com aposição exterior da menção “voto por correspondência” e com indicação da reunião da Assembleia Geral a que respeitam. A carta deve conter a declaração de voto indicando o nome completo ou designação social do Accionista e o sentido de voto em relação a cada um dos pontos da respectiva ordem de trabalhos. A declaração de voto deve ser assinada, devendo o accionista signatário, sendo pessoa singular, juntar cópia do bilhete de identidade ou de documento equivalente emitido por autoridade competente da União Europeia ou, ainda, do passaporte, ou, sendo pessoa colectiva, apor o respectivo carimbo e indicar a qualidade do representante. Para além da declaração de voto, a referida carta deve conter o certificado que comprove legitimação para o exercício do direito de voto emitido pela entidade registadora ou pelo depositário.

I.9. Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

A Reditus disponibiliza, através do site institucional www.reditus.pt, o modelo para o exercício do direito de voto por correspondência nas assembleias-gerais.

I.10. Exigência de prazo que medeia entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral.

De acordo com o nº 3 do artigo 10º dos estatutos da Reditus, a carta contendo a declaração de voto deverá ser recebida pela sociedade até ao terceiro dia útil anterior à data da Assembleia Geral.

I.11. Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Não está ainda previsto o exercício do direito de voto por meios electrónicos, por a Sociedade não ter ainda desenvolvido os meios necessários para verificar a autenticidade das declarações de voto, bem como garantir a integridade e a confidencialidade do respectivo conteúdo conforme recomendado pela CMVM.

I.12. Informação sobre a intervenção da Assembleia Geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração.

Em 2009 foi apreciada na Assembleia Geral de Abril uma declaração sobre a política de remuneração dos órgãos sociais aprovada pela Comissão de Remuneração. Essa declaração foi aprovada por unanimidade pelos accionistas presentes. Relativamente ao desempenho dos membros do órgão de administração, no exercício de 2009 foi votada por unanimidade uma proposta de apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

I.13. Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

A sociedade não adoptou medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.14. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

A Sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade



I.15. Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Não existem quaisquer acordos entre sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

1.16 Actas das reuniões da Assembleia Geral e acervo histórico

No site da Reditus, www.reditus.pt estão disponibilizadas as actas e demais documentação das reuniões da Assembleia Geral, com o objectivo de manter um acervo histórico das listas de presenças, da ordem de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às reuniões realizadas.

Capítulo II. Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1. Identificação e composição dos órgãos da sociedade.

Para além da Assembleia Geral, cuja composição já foi indicada em I.1, a sociedade tem como órgãos sociais o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, tendo, portanto, adoptado, dentro dos modelos de governo societário autorizados pelo Código das Sociedades Comerciais, o modelo monista.

Conforme referido no ponto II.3 do presente capítulo, dois dos membros não executivos do Conselho de Administração têm o pelouro de acompanhamento e avaliação da gestão da sociedade. No âmbito destas funções, analisam e acompanham também os desenvolvimentos relacionados com o modelo de governo da sociedade, no sentido de, se necessário e/ou quando oportuno, proporem alterações ao modelo adoptado. Até a data, o modelo existente foi considerado apropriado à estrutura da Reditus, não tendo sido reconhecido qualquer constrangimento ao seu funcionamento.

Conselho de Administração

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por três a onze membros, eleitos pela Assembleia Geral de três em três anos.

Na última Assembleia Geral foi aprovada por unanimidade a proposta de alargamento do Conselho de Administração de sete para nove membros até final do mandato em curso (2008/2010).

O Conselho de Administração, que se encontra em funções para o mandato de 2008-2010, é composto quer pelos membros eleitos na Assembleia Geral da Reditus realizada no dia 28 de Março de 2008, quer pelos membros eleitos na Assembleia Geral Anual de 2009, sendo a sua composição actual a seguinte:



Miguel Maria de Sá Pais do Amaral
Frederico José Appleton Moreira Rato
José António da Costa Limão Gatta
Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos
António do Pranto Nogueira Leite
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira
Francisco José Martins Santana Ramos
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes
José Manuel Marques da Silva Lemos

Em Julho de 2009, a administradora Teresa Simões com a função de Chief Financial Officer (CFO) renunciou ao cargo de administradora da sociedade, tendo sido cooptado Francisco Santana Ramos para a substituir até ao final do mandato em curso (2008-2010).

Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 16.º dos estatutos da Reditus, a fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por uma maioria de membros independentes, e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não sejam membros do Conselho Fiscal, conforme vier a ser deliberado pela Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal é composto pelo presidente, Rui António Gomes do Nascimento Barreira, dois vogais efectivos, Alfredo Francisco Aranha Salema Reis e José Maria Franco O'Neill, e um suplente, Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes, eleitos de três em três anos pela Assembleia Geral no estrito respeito dos requisitos de independência do regime de incompatibilidades impostos por lei, à excepção do suplente.

Revisor Oficial de Contas

O actual Revisor Oficial de Contas da Reditus é a *BDO & Associados – SROC*, representado por Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão.

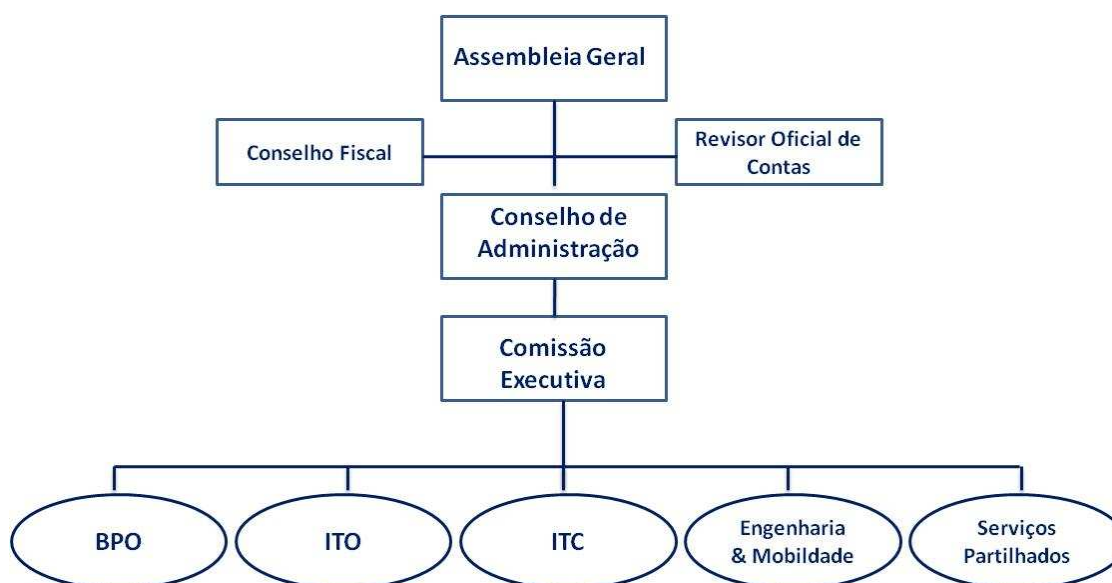
II.2. Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

Face a reduzida dimensão do Conselho de Administração e às funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, para além da Comissão Executiva, não existem outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da sociedade.

II.3. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis.



Organograma Funcional do Grupo Reditus



No quadro dos modelos de governo societário autorizados pelo Código das Sociedades Comerciais, a Reditus adoptou o modelo monista que integra como órgãos sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

A sociedade considera que o actual modelo de sociedade adoptado é adequado a sua estrutura, não tendo deparado com constrangimento ao seu funcionamento.

No final do ano de 2009 e início de 2010, a Reditus procedeu a uma racionalização e reestruturação societária que implicou a fusão por incorporação das sociedades que prestam serviços e fornecem soluções na área de infra-estruturas de TI e uma reorganização das sociedades que prestam serviços de suporte para o Grupo Reditus.

Esta reestruturação societária teve por objectivo simplificar a estrutura organizacional, reduzir custos, estandardizar a gestão dos negócios das empresas envolvidas e aumentar a eficiência operacional.

O Grupo Reditus encontra-se estruturado em cinco unidades de negócios: BPO, Technology, IT Consulting, Engineering and Mobility Systems e Serviços Partilhados.

Os serviços partilhados englobam as áreas funcionais de apoio à gestão do Grupo: Marketing e Comunicação, Comercial, Contabilidade, Jurídica, Recursos Humanos, Relação com Investidores, Controle de Gestão

Cada uma das unidades de negócios acima referidas corresponde a uma ou a um conjunto de empresas conforme indicamos abaixo (inclui todas as empresas que se encontram no perímetro de consolidação da Reditus SGPS):

- BPO: Redware
- IT Outsourcing: Tecnidata SI, ALL2IT e Partblack
- IT Consulting: Reditus II, Roff, , Rofftec, Roffglobal



- Sistemas de Engenharia e Mobilidade: Caleo, BCCM e JM Consultores
- Serviços Partilhados: Reditus Imobiliária, Tecnidata IF e Tecnisuporte .

A gestão de cada actividade de negócio é assegurada segundo os princípios de autonomia de gestão e de acordo com os critérios e orientações que derivam do Orçamento Anual de cada área, revisto e aprovado anualmente pelas respectivas áreas e pelo Conselho de Administração da Reditus. As orientações estratégicas, operacionais e de investimento dos vários negócios são definidos no Orçamento Anual cujo controlo é regulado de forma permanente no âmbito de um sistema de controlo de gestão conduzido pela Administração do Grupo.

A Reditus SGPS, SA é a holding do grupo responsável pelo desenvolvimento estratégico bem como pela gestão global das diferentes áreas de negócio.

A Reditus Gestão, SA é a sub-holding que detém as participações sociais nas diferentes áreas de negócio.

Órgãos Sociais e outras comissões - competências

Assembleia Geral – constitui o órgão máximo da sociedade, sendo composto pela universalidade dos accionistas. Este órgão social reúne pelo menos uma vez por ano para aprovar o relatório e contas, a proposta de aplicação de resultados e o parecer da Comissão de Remunerações bem como avaliar o desempenho do Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Conselho de Administração - constitui o órgão responsável pela gestão das actividades da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais e no contrato de sociedade, competindo-lhe nomeadamente:

- Adquirir, onerar e alienar quaisquer direitos ou bens móveis e imóveis, sempre que o considere conveniente para a Reditus;
- Contrair empréstimos e efectuar quaisquer outras operações de crédito no interesse da Reditus, nos termos e condições que julgar convenientes;
- Constituir mandatários da Reditus seja qual for o alcance e a extensão do mandato
- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da empresa e do grupo;
- Delegar poderes nos seus membros, nos termos estabelecidos nos estatutos;
- Designar o Secretário da sociedade e o respectivo suplente;
- Contratar trabalhadores, estabelecer as suas condições contratuais e exercer o respectivo poder disciplinar;
- Representar a Reditus em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor acções judiciais, nelas confessar, transigir e desistir e comprometer-se em árbitros;
- Abrir, movimentar e cancelar quaisquer contas bancárias da Reditus, depositar e levantar dinheiro, emitir, aceitar, sacar e endossar cheques, letras e livranças, extractos de factura e quaisquer outros títulos de crédito;
- Deliberar sobre a participação no capital de outras sociedades ou sobre a participação noutros negócios;
- Gerir os negócios da Reditus e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outro órgão social.

O Conselho de Administração poderá delegar num ou mais administradores ou numa Comissão Executiva constituída por três ou cinco administradores, a gestão corrente da sociedade, cabendo ainda ao Conselho de Administração a escolha do Presidente dessa mesma (artigo 13.º, n.º 2 dos Estatutos da Sociedade).



O Conselho de Administração reunirá sempre que o seu Presidente ou outros dois administradores o convoquem e só poderá deliberar estando presente ou representados a maioria dos seus membros (artigo 13.º, n.º 4 dos estatutos da Sociedade).

Na sua primeira reunião, o Conselho de Administração deverá escolher de entre os seus membros o respectivo Presidente, e se o entender, um Vice-Presidente (artigo 13.º, n.º 5 dos estatutos da Sociedade).

Qualquer administrador poderá, para cada reunião, fazer-se representar por outro administrador, por carta dirigida ao Presidente do Conselho de Administração (artigo 13.º, n.º 6 dos estatutos da Sociedade).

No quadro abaixo, indicamos a composição do Conselho de Administração bem como as responsabilidades e pelouros dos seus membros durante o exercício de 2009:

Membros	Responsabilidades	Pelouros
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	Presidente	Coordenação do Conselho
Frederico José Appleton Moreira Rato	Vice-Presidente	Estratégia, Recursos Humanos, Comunicação e Compliance.
José António da Costa Gatta	Administrador	Operações internacionais
Fernando Manuel Fonseca Santos	Administrador	Acompanhamento e avaliação da gestão da sociedade
António do Pranto Nogueira Leite	Administrador	Acompanhamento e avaliação da gestão da sociedade. Preside as Comissões Específicas
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	Administrador	Coordenação das actividades operacionais que compõem o Grupo Reditus em Portugal e dinamização das parcerias estabelecidas
Francisco José Martins Santana Ramos	Administrador/CFO	Financeiro, Controlo de Gestão e M&A
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes	Administrador	Operações internacionais
José Manuel Marques da Silva Lemos	Administrador	Acompanhamento e avaliação da gestão da sociedade

Nos termos do disposto no artigo 407º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, as matérias indelegáveis pelo Conselho de Administração são as seguintes:

- a) Cooptação de administradores;
- b) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- c) Elaboração dos Relatórios e contas anuais;
- d) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- e) Mudança de sede e aumentos de capital;
- f) Deliberação sobre projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade



Comissão Executiva - constitui o órgão responsável pela gestão corrente da sociedade, detendo todos os poderes de decisão e representação necessários e/ou convenientes ao exercício da actividade que constitui o objecto social da mesma e cuja delegação a lei não proíba, nomeadamente executar os objectivos e as políticas de gestão da sociedade, elaborar os planos de actividade e financeiros anuais, gerir os negócios sociais, estabelecer a política de recursos humanos da sociedade e do Grupo Reditus.

Nos termos previstos no artigo 407º., n.º 3 e 4 do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 13.º, n.º 2 dos Estatutos da Sociedade, Conselho de Administração poderá delegar num ou mais administradores ou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade. Em Março de 2008 foi constituída uma Comissão Executiva composta por 5 membros. Em reunião realizada a 20 de Abril de 2009, o Conselho de Administração da Reditus SGPS, S.A deliberou alterar para 3 os membros da sua Comissão Executiva, na sequência da renúncia das suas funções dos administradores José António Gatta e Fernando Fonseca Santos que passaram a exercer funções de administradores não executivos.

Os membros da Comissão Executivo e respectivas responsabilidades são como se segue:

Membros	Responsabilidade
Frederico José Appleton Moreira Rato	Presidente
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	Administrador
Francisco José Martins Santana Ramos	Administrador/CFO

De acordo com o regulamento da Comissão Executiva, as reuniões deste órgão são convocadas pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a pedido dos outros dois dos seus membros, devendo reunir pelo menos uma vez por mês. As reuniões devem ser convocadas com 3 dias de antecedência através de correio electrónico, sem prejuízo de poderem ser agendadas com outra antecedência e por outra forma, desde que tal marcação reúna o acordo de todos os seus membros. A Comissão Executiva não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros.

Qualquer Administrador pode estar presente e intervir nas reuniões da Comissão Executiva através de meios de comunicação que assegurem, em tempo real, a transmissão e recepção simultâneas de voz ou de voz e imagem, desde que essa forma de intervenção seja aprovada, por maioria de dois terços dos participantes, no início da respectiva reunião.

Com excepção dos casos em que a lei exija maiorias qualificadas, as deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria simples dos votos. Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade.

O Presidente da Comissão Executiva remeteu ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.

Os administradores executivos, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, prestaram, em tempo útil e de forma adequada, todas as informações por aqueles requeridas.

Conselho Fiscal - constitui o órgão responsável pela fiscalização dos negócios da sociedade nos termos previstos do artigo 16.º dos Estatutos da Reditus, competindo-lhe, em especial:

- Fiscalizar a administração da Sociedade e vigiar pela observância da lei e do Contrato de Sociedade;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração e fiscalizar a respectiva revisão;



- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- Proceder à supervisão e avaliação da actividade do Auditor Externo;
- Convocar a Assembleia Geral sempre que o presidente da respectiva mesa o não faça devendo fazê-lo.

O Conselho Fiscal é o primeiro interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo, cuja actividade é por si acompanhada e supervisionada. Este Conselho propõe o auditor externo a respectiva remuneração e zela para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. O Conselho Fiscal propõe também à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.

O Conselho Fiscal dispõe do seu próprio regulamento de funcionamento, no qual se estabelecem as normas que regulam a sua organização e funcionamento.

Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal constam nos Relatórios e Contas divulgados no sítio da internet da sociedade, www.reditus.pt.

Revisor Oficial de Contas - a fiscalização da sociedade compete ao Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas, termos previstos do artigo 16.º dos Estatutos da Reditus. O actual Revisor Oficial de Contas da Reditus é a *BDO & Associados – SROC*, representado por Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão.

II.4. Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira.

A Reditus dispõe de uma unidade de Auditoria Interna que tem como função a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa.

São, nomeadamente, considerados como principais riscos a evitar:

- Excessiva concentração de projectos em reduzido número de Clientes;
- Estabelecimento de plafonds e investimentos desproporcionados em função dos serviços a prestar e das operativas a montar;
- Contratualização rígida em termos de (i) penalizações por atrasos ou incumprimentos dos objectivos estabelecidos com os Clientes (ii) dilação dos prazos de recebimento dos Clientes (iii) outras condições onerosas;
- Deficiente gestão da carteira de colaboradores, com o inerente acréscimo de custos;
- Deprecimento rápido das soluções informáticas desenvolvidas para os Clientes,
- Incompreensão ou o desajustamento perante as necessidades dos Clientes ou das exigências do mercado.

Assim, a auditoria deverá realizar um controlo continuado sobre as seguintes áreas:

- Financeira (contabilidade, reporting, orçamento)
- Recursos humanos (recrutamento e gestão)
- Comercial (Clientes/fornecedores, controlo de qualidade)



Existem 4 comissões específicas no Grupo Reditus coordenadas pelo administrador independente António Nogueira Leite, cujo funcionamento articulado permite uma avaliação constante do cumprimento das regras relativas à estrutura das sociedades. As comissões têm as seguintes composição e competências:

- **Conselho Estratégico:** este órgão tem como competências assistir o Conselho de Administração na prossecução dos seus objectivos comerciais e na definição de soluções para a realidade empresarial a médio e longo prazo. É composto pelo Dr. Luis Manuel Mena Gravito, Dr. Jorge Pereira da Costa, Prof. Eng.º Manuel Valssassina Heitor (actualmente com mandato suspenso por virtude do exercício de funções governativas), Prof. Doutor António Monteiro Fernandes e Dr. António Magalhães Cardoso.

- **Comissão de Gestão Económico-Financeira:** este órgão tem como objectivo principal assistir o Conselho de Administração na verificação adequada dos instrumentos de supervisão da situação económico-financeira e no exercício da função de controlo das empresas integradas no Grupo Reditus. É composto pelo Professor Doutor Rui Alpalhão e Dr. Miguel Garcia Lopes.

- **Comissão de Acompanhamento Jurídico-Fiscal:** este órgão tem como especial objectivo assistir o Conselho de Administração na actualização das suas estruturas e procedimentos das empresas integradas no grupo Reditus à evolução permanente do ordenamento jurídico e fiscal. É composta pelo Dr. Rui António Gomes Nascimento Barreira e Dr. José Maria Rebelo de Andrade e Sousa.

- **Comissão de Acompanhamento InterRelacional:** este órgão tem como missão assistir o Conselho de Administração na definição dos perfis e características dos seus parceiros estratégicos, Clientes, trabalhadores, colaboradores e comissários e criação de um padrão de comportamento nas relações da sociedade com o exterior. É composta pelo Dr. Diogo Lacerda Machado e Dr. José Gonçalo Maury.

II.5. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

No que respeita a deliberações de aumento de capital, o Conselho de Administração poderá, por simples deliberação, aumentar o capital social, por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, até ao limite de setenta e cinco milhões de euros (artigo 6.º dos estatutos da Sociedade).

II.6. Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

Existem regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal podendo os mesmos ser consultados no sítio da sociedade.

Quanto a incompatibilidades, não existe qualquer lista definida internamente pelo órgão de administração nem número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades

II.7. Regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização.

Não estão previstas regras definidas para a designação e substituição dos membros do órgão de administração. Em relação aos membros do órgão de fiscalização da sociedade, estes são eleitos de três em três anos pela Assembleia Geral.

II.8. Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões constituídas com competência em matéria de administração e fiscalização durante o exercício em causa.



O número de reuniões dos órgãos de administração e de fiscalização durante o exercício de 2009 foi o seguinte:

Conselho de Administração: 11

Comissão Executiva: 19

Conselho Fiscal: 4

II.9. Identificação dos membros do Conselho de Administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais

O quadro abaixo indica a composição do Conselho de Administração a 31 de Dezembro de 2009, com descriminação dos membros executivos dos não executivos:

Membros	Categoria
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	Não Executivo
Frederico José Appleton Moreira Rato	Executivo
José António da Costa Limão Gatta	Não Executivo
Fernando Manuel Fonseca Santos	Não Executivo
António do Pranto Nogueira Leite	Não Executivo
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	Executivo
Francisco José Martins Santana Ramos	Executivo
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes	Não Executivo
José Manuel Marques da Silva Lemos	Não Executivo

No âmbito dos membros não executivos do Conselho de Administração, o Professor Doutor António Nogueira Leite e o Dr. José Manuel Marques da Silva Lemos cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II.10. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

O s membros do Conselho de Administração possuem as seguintes qualificações académicas experiência profissionais, pelo menos, nos últimos 5 anos:



Administrador	Qualificações Académicas	Experiência Profissional
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo IST (Instituto Superior Técnico de Lisboa) ▪ MBA do INSEAD, Fontainebleau – France 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidente do Grupo Leya, Quifel Holding, Companhia das Quintas ▪ Administrador de empresas ▪ Director da Gryphon Holdings, Gryphon Investment Bank e da Freedom INTL ▪ Consultor na Partex CPS, Lisbon – Portugal ▪ Credit Officer na Midland Bank –Madrid ▪ Investment Specialist na Goldman Sachs em Londres ▪ Associate da Goldman Sachs & Co. em New York
Frederico José Appleton Moreira Rato	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Matemática pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa ▪ Pós-Graduações em Biometria e Taxonomia Numérica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Director da APESI – Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Informática ▪ Director e fundador da APRITEL – Associação dos Operadores Privados de Telecomunicações ▪ Representante da Reditus na Cotec ▪ Membro do Conselho Geral da APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade de Informação • Presidente da Associação Portugal Outsourcing ▪ Administrador de empresas
José António da Costa Limão Gatta	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Engenharia Electrotécnica pela Academia Militar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro Ordinário da Ordem do Engenheiros ▪ Administrador de empresas ▪ Chief Executive Officer da Giessen Management GmbH (München-D) ▪ General Sales & Marketing Manager da Coors Ceramics Europe Ltd (Glenrothes-Scotland) ▪ European Product Manager General Electric Ceramics Inc ▪ Senior Technical Marketing Engineer da 3M Electrical Laboratories ▪ Software Engineer ITT-Europe - Int'l Telecommunications Center (Bruxelles-B)
Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Advocacia (especialização em Banca de Investimento) ▪ Administrador de empresas



António do Pranto Nogueira Leite	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa ▪ MSc in Economics, University of Illinois (USA) ▪ PhD in Economics, University of Illinois (USA) ▪ Agregação em Microeconomia, Universidade Nova de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prof. Catedrático ▪ Administrador de empresas ▪ Presidente do CA da Global Union, S.A.. ▪ Presidente do CG da OPEX, SA ▪ Vice-Presidente Forum para a Competitividade
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Matemática ▪ Especialização em Sistemas de Informação ▪ Especialização em Investigação Operacional ▪ Pós-Graduação em Gestão de Empresas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrador de empresas
Francisco José Martins Santana Ramos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa ▪ Mestrado em Gestão de Empresas Universidade Nova de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrador de empresas ▪ Project Manager da McKinsey & Company ▪ Gestor de Produto e Responsável Adjunto das instalações de Cabo Ruivo da Royal Dutch /Shell Group ▪ Chefe de Projecto da Profabril, Centro de Projectos, SA
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Engenharia de Sistemas pelo Instituto Superior Técnico (ISMA) ▪ Realização do XXV PADE (Programa de Alta Direcção de Empresas) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundador e Presidente do Grupo Makbel, SA em Angola ▪ Director das relações externas da ONI ▪ Administrador de Nelson Quintas e filhos ▪ Chefe de Gabinete na Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas
José Manuel Marques da Silva Lemos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa ▪ Pós-Graduações em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrador de empresas ▪ Assistente convidado da Faculdade de Economia do Porto ▪ Assistente da Universidade do Minho ▪ Accionista fundador e Vice-Presidente do Central de Investimento, S.A. ▪ Accionista fundador e Vice-Presidente do Central de Investimento, S.A.



Em 31 de Dezembro de 2009, o número de acções representativas do capital social detido por cada um dos membros do Conselho de Administração era a seguinte:

Membro do Conselho de Administração	Nº de Acções	% do capital social
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	0	0%
Frederico José Appleton Moreira Rato	191.911	2,15%
José António da Costa Limão Gatta	0	0%
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos	702.135	7,87%
António Nogueira Leite	0	0%
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	0	0%
Francisco José Martins Santana Ramos	0	0%
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes	0	0%
José Manuel Marques da Silva Lemos	0	0%

De seguida indicamos a data da primeira designação e data do termo de mandato de cada um dos Membros de administração:

Membro do Conselho de Administração	Data da 1ª designação	Data do termo
Miguel Maria de Sá Pais do Amaral	Mar -2008	2010
Frederico José Appleton Moreira Rato	Mar -1982	2010
José António da Costa Limão Gatta	Mar- 2000	2010
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos	Mar- 2000	2010
António Nogueira Leite	Mar- 2002	2010
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	Mar-2004	2010
Francisco José Martins Santana Ramos	Jul-2009	2010
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes	Abr-2009	2010
José Manuel Marques da Silva Lemos	Abr-2009	2010

II.11. Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.



Frederico José Appleton Moreira Rato	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reditus Imobiliária, SA ▪ JM Consultores de Informática e Artes Gráficas, S.A. ▪ TORA – Sociedade Imobiliária, S.A. ▪ URCOM – Urbanização e Comércio, S.A., ▪ Sociedade Agrícola Casal Outeiro de Polima, S.A. ▪ Pessoa, Pinto & Costa, Lda ▪ BCCM – Inovação Tecnológica, Lda ▪ Lisorta – Assistência Técnica, Lda 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidente do CA ▪ Presidente do CA ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Gerente ▪ Gerente ▪ Gerente
José António da Costa Limão Gatta	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ELAO – SGPS, S.A., ▪ Caleo, S.A. (Versalhes, França), ▪ Giessen Beteiligungs KG (Munique, Alemanha) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidente do CA ▪ Presidente do CA ▪ Presidente do CA
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Geocapital - Investimentos Estratégicos, SA ▪ BAO - Banco África Ocidental, SA ▪ Moza Banco, SA ▪ Tecnidata IF SGPS, S.A ▪ Reditus Imobiliária, SA ▪ ALL2IT Infocomunicações, S.A 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador
António do Pranto Nogueira Leite	<ul style="list-style-type: none"> ▪ CUF - Companhia União Fabril, SGPS, SA ▪ CUF - Químicos Industriais, SA ▪ Brisa – Auto-estradas de Portugal, SA ▪ Comitur - SGPS, SA ▪ Comitur Imobiliária, SA ▪ Efacec Capital, SGPS, SA ▪ José de Mello Saúde SGPS, SA ▪ Herdade do Vale da Fonte - Soc. Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A. ▪ Soc. Imobiliária e Turística do Cojo, S.A. ▪ OPEX, SGSNM, S.A ▪ Banif Investment, SA ▪ Instituto de Gestão do Crédito Público ▪ Comunidade Portuária de Aveiro ▪ Associação Oceano XXI ▪ EDP Renováveis, SA ▪ Instituto Português de Relações Internacionais, UNL 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Presidente do CA ▪ Vice-Presidente do CC ▪ Membro do CC ▪ Presidente da Direcção ▪ Presidente da Direcção ▪ Administrador ▪ Vogal da Direcção



Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reditus Gestão - Sociedade de Participações Sociais ▪ Redware Sistemas de Informação, SA ▪ Redware Centro de Serviços, SA ▪ Tecnidata SI Serviços e Equipamentos de Informática, SA ▪ Tecnidata IF – Investimentos Financeiros SGPS, S.A. ▪ Reditus II – Telecomunicações, S.A. ▪ Reditus Imobiliária, SA. ▪ BCCM – Inovação Tecnológica, Lda ▪ Four Tops Invest. Portugal Gestão Imob. Unipessoal, Lda ▪ Four Tops Invest. - Eng e Gestão Fin. Unipessoal, Lda., ▪ Inventum – Soc. Gestora de Participações Sociais, Lda, ▪ Inventum – Serviços de Consultoria e Gestão Financeira, Unipessoal, Lda. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidente do CA ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Gerente ▪ Gerente ▪ Gerente ▪ Gerente ▪ Gerente
Francisco José Martins Santana Ramos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reditus Gestão - Sociedade de Participações Sociais ▪ Redware Sistemas de Informação, SA ▪ Redware Centro de Serviços, SA ▪ Tecnidata SI Serviços e Equipamentos de Informática, SA ▪ Tecnidata IF SGPS, S.A ▪ Reditus II – Telecomunicações, S.A. ▪ Reditus Imobiliária, SA. ▪ BCCM – Inovação Tecnológica, Lda ▪ ROFF Consultores Independentes, SA • Tecnisuporte ,Sistemas Informáticos S.A. ▪ Partblack S.A ▪ Quifel International Holdings SGPS ▪ Companhia das Quintas SGPS 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador
António Maria de Mello Silva Cesar e Menezes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tecnidata IF SGPS, S.A ▪ ALL2IT Infocomunicações, S.A. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrador ▪ Administrador
José Manuel Marques da Silva Lemos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lynex Capital Partners, S.A 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidente do CA e Consultor independente

II.12. Identificação dos membros do Conselho Fiscal, discriminando-se os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.



O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, Dr. Rui António Gomes do Nascimento Barreira, dois Vogais, Eng.º Alfredo Francisco Aranha Salema Reis e Dr. José Maria Franco O'Neill e um suplente Dr. Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes.

Com excepção do Dr. Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes, suplente do Conselho Fiscal, todos os membros do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

O Dr. Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes é Administrador da Partrouge, SGPS, S.A, podendo nessa medida encontrar-se em situação de incompatibilidade segundo a alínea c) do n.º 1 do Artigo 414-A do Código das Sociedades Comerciais.

II.13. Qualificações profissionais dos membros do Conselho Fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Os membros do Conselho Fiscal possuem as seguintes qualificações académicas e experiência profissionais, pelo menos, nos últimos 5 anos:

Membro	Qualificações Académicas	Experiência Profissional
Rui António Gomes do Nascimento Barreira	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova ▪ Responsável no Curso de Pós Graduação sobre Imobiliário no ISCTE ▪ Advogado ▪ Membro da Comissão de Reforma Fiscal dos Impostos sobre o Rendimento ▪ Colaborador da Comissão de Reforma do Processo Tributário
Alfredo Francisco Aranha Salema	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidente do Conselho de Gerência da Granital – Granitos de Portugal, Lda e da Graper – Granitos de Pêro Pinheiro, Lda. ▪ Presidente do Conselho de Administração da Silver – White – Granitos de Vimieiro, S.A. e da Sociedade Agrícola do Lodeiro, S.A. ▪ Sócio-Gerente da Socomina – Sociedade Comercial e Industrial de Viana, Lda. ▪ Director da sociedade Minas de Jalles, Lda ▪ Gerente da sociedade Mina do Pintor, Lda
José Maria Franco O'Neill	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrador do Metropolitano de Lisboa, EP, da Sotrans, S.A., da Ensitrans, Aeie, da Companhia Portuguesa de Trefilaria, SA e da Socitrel – Sociedade Industrial de Trefilaria, SA ▪ Assessor de Administração da BC1 – Soc. Const. S.A.



		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerente da Dial – Distribuidora de Arames, Lda., da Dinaço – Soc. Metal dos Açores, Lda.
Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Director-Geral da Quifel, Holdings, SGPS, S.A ▪ Administrador de empresas ▪ Consultor na McKinsey & Company ▪ Técnico de Gestão no Grupo Entrepósito ▪ Direcção de Marketing da Sonae.com ▪ Direcção de Marketing da Espírito Santo Saúde

Os membros do Conselho Fiscal não detinham quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2008, não tendo realizado transacções com quaisquer títulos da Reditus SGPS, SA.

De seguida indicamos a data da primeira designação e data do termo de mandato de cada um dos Membros do Conselho Fiscal:

Membro	Data da 1ª designação	Data do termo
Rui António Gomes do Nascimento Barreira	2002	2010
Alfredo Francisco Aranha Salema	2005	2010
José Maria Franco O'Neill	2008	2010
Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes	2008	2010

II.14. Funções que os membros do Conselho Fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

De seguida indicamos as funções exercidas em outras sociedades pelos membros do Conselho Fiscal:

Membro	Outras Sociedades	Categoria
Rui António Gomes do Nascimento Barreira	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Benfica SAD ▪ Faculdade de Direito da Universidade Nova ▪ Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Membro do Conselho Fiscal ▪ Professor ▪ Consultor ▪ Consultor do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros
Alfredo Francisco Aranha Salema	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Granital – Granitos de Portugal, Lda ▪ Graper – Granitos de Pêro Pinheiro, Lda ▪ Silver – White – Granitos de Vimieiro, S.A. ▪ Sociedade Agrícola do Lodeiro, S.A. ▪ Socomina – Sociedade Comercial e Industrial de Viana, Lda. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidente do Conselho de Gerência ▪ Presidente do Conselho de Gerência ▪ Presidente do CA ▪ Presidente do CA ▪ Sócio-Gerente
Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Quifel, Holdings, SGPS, S.A ▪ Planet One, SA ▪ Partrouge, SGPS, SA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Director-Geral ▪ Presidente do CA ▪ Administrador



	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Editorial Caminho, S.A. ▪ Leya, SA ▪ Asa, SA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administrador ▪ Administrador ▪ Administrador
--	--	---

II.15. Identificação dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, discriminando-se, os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, incluindo a alínea f), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

Não aplicável

II.16. Qualificações profissionais dos membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

Não aplicável

II.17. Funções que os membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas no seu seio exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

Não aplicável

II.18. Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos.

De acordo com o n.º 7 do artigo 13º dos estatutos da sociedade, as remunerações dos membros do Conselho de Administração é fixada por uma Comissão de Remunerações constituída por três membros eleitos trienalmente pela Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral de Abril de 2009 foram aprovados os critérios que presidiram à fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração para o ano de 2009. Estes critérios incluíram uma conjugação da relevância das áreas de gestão executiva que constituem o pelouro de cada administrador e o número de anos no exercício efectivo dessas funções na sociedade.

No que respeita a remuneração variável dos titulares do órgão de administração, esta é fixada atendendo à ponderação conjugada do resultado líquido consolidado, do EBITDA e da evolução anual da cotação das acções.

Os administradores não executivos apenas são remunerados com um salário fixo ou com senhas de presenças, não contendo qualquer componente variável no salário.

Os estatutos da Sociedade, porém, prevêm no n.º 8 do artigo 13º, que as remunerações dos membros dos órgãos de administração poderão ser certas ou consistir, parcialmente, numa percentagem dos lucros do exercício, sendo que a percentagem dos lucros globalmente destinada aos administradores não pode exceder dez por cento.

A Reditus não dispõe de qualquer sistema de incentivos com acções.



É preocupação da Comissão de Remunerações que os prémios dos membros do Conselho de Administração tenham em atenção não apenas o desempenho do exercício mas também a adequada sustentabilidade dos resultados nos exercícios vindouros.

II.19. Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

A Comissão de Remunerações é composta pelos Senhores Presidente da Assembleia Geral, Dr. Diogo Lacerda Machado, Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Rui Barreira, e Dr. Jorge Pereira da Costa todos membros independentes face ao órgão de administração.

Normalmente estão presentes nas assembleias-gerais dois representantes da Comissão de Remunerações, o Presidente da Assembleia Geral, Dr. Diogo Lacerda Machado e o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Rui Barreira.

II.20. Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo, de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração. Esta indicação deve incluir o seguinte:

a) Explicitação da importância relativa das componentes variáveis e fixas da remuneração dos administradores, assim como indicação acerca do eventual diferimento do pagamento da componente variável;

Em 2009, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da Reditus ascenderam ao montante de 792.270 euros. A componente variável não foi atribuída no exercício de 2009.

b) Distinção da importância devida aos administradores executivos em relação à devida aos não executivos;

O quadro abaixo indica a remuneração auferida por cada um dos elementos do Conselho de Administração, com discriminação dos membros executivos dos não executivos:



Administradores	Remuneração Anual
Executivos	442 032
Frederico Moreira Rato	195 579
Miguel Ferreira	140 000
Francisco Santana Ramos	35 000
Teresa Simões	71 453
Não Executivos	350 238
Miguel Pais do Amaral	72 139
José António Gatta	69 831
Fernando Fonseca Santos	46 109
António Nogueira Leite	40 351
António Maria de Mello	98 000
José Manuel Silva Lemos	23 808

As remunerações atribuídas aos membros da administração durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 ascenderam a 792.270 euros, dos quais 442.032 aos administradores executivos e 350.238 aos administradores não executivos.

c) Informação suficiente sobre os critérios em que se baseia qualquer direito a acções, a opções sobre acções ou a componentes variáveis da remuneração;

Conforme descrito no ponto II.18 supra, as remunerações dos membros do órgão de administração estão dependentes dos resultados da sociedade e da evolução da cotação das acções por esta emitida.

d) Informação suficiente sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho;

Informação disponibilizada nas alíneas c) e e)

e) Identificação dos principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários;

Informação disponibilizada no ponto II.18.

f) Atribuição de acções e ou direitos de adquirir opções sobre acções e ou a qualquer outro sistema de incentivos com acções;

A Reditus não dispõe de qualquer sistema de incentivos com acções.

g) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos;

No exercício de 2009, não foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração remunerações variáveis.



h) Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício;

Durante o exercício de 2009, foi paga uma indemnização no valor de 350.000 euros relativamente à cessação da função de CFO da administradora Teresa Simões.

i) Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

Do total de 792.270 euros de remunerações pagas aos Órgãos de Administração, 172.588 euros foram pagas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

j) Descrição das principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores;

Não existe quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

l) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não existem benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração.

II.21. Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa.

Não está previsto qualquer pagamento em caso de cessação das funções durante o mandato.

II.22. Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade

Os colaboradores da Reditus devem comunicar quaisquer práticas irregulares que detectem ou de que tenham conhecimento ou fundadas suspeitas, de forma a prevenir ou impedir irregularidades que possam provocar danos graves à Reditus e aos seus colaboradores, Clientes, parceiros e accionistas. A referida comunicação deve ser efectuada por escrito e conter todos os elementos e informações de que o Colaborador disponha e que julgue necessários para a avaliação da irregularidade. O Colaborador pode ainda solicitar tratamento confidencial quanto à origem da comunicação.

Compete à Unidade de Auditoria e Controlo receber todas as comunicações de colaboradores de eventuais irregularidades ocorridas no seio da sociedade e determinar as acções relativamente aos procedimentos a adoptar, dando conhecimento destas à CFO.



Capítulo III. Informação

III.1. Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

O capital social é de 44.630.250 euros, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, representado por 8.926.050 acções com de valor nominal unitário de 5 euros.

As acções são todas tituladas e ao portador, embora seja permitida estatutariamente a sua conversão em escriturais e nominativas. Todos os direitos e deveres inerentes a todas as acções são iguais. As acções encontram-se todas admitidas à negociação.

III.2. Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

No quadro abaixo indicamos as participações qualificadas no capital social da Reditus SGPS, SA a 31 de Dezembro de 2009.



Titular com participação qualificada	Nº de Acções	% Capital Social	% Direitos de Voto
Miguel Pais do Amaral			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Courical Holding BV	1.408.927	15,78%	16,11%
Através da Partrouge SGPS	1.090.254	12,21%	12,47%
Total imputável	2.499.181	28,00%	28,58%
José António da Costa Limão Gatta			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da ELAO SGPS, SA	1.480.000	16,58%	16,93%
Total imputável	1.480.000	16,58%	16,93%
Frederico Moreira Rato			
Directamente	191.911	2,15%	2,19%
Total imputável	191.911	2,15%	2,19%
SACOP - Soc. Agrícola do Casal do Outeiro do Polima, S.A.			
Directamente	45.145	0,51%	0,52%
Através de Frederico Moreira Rato	191.911	2,15%	2,19%
Através da Lisorta, Lda	1.210.124	13,56%	13,84%
Total imputável	1.447.180	16,21%	16,55%
António Maria de Mello			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da António M. de Mello, SGPS	738.498	8,27%	8,45%
Através da Canes Venatici - Investimentos SGPS	154.300	1,73%	1,76%
Total imputável	892.798	10,00%	10,21%
Fernando Manuel Malheiro da Fonseca Santos			
Directamente	702.135	7,87%	8,03%
Total imputável	702.135	7,87%	8,03%
Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Inventum SGPS, S.A	587.296	6,58%	6,72%
Total imputável	587.296	6,58%	6,72%
Francisco Febrero, Mario Oliveira e Ricardo Regal			
Directamente	0	0,00%	0,00%
Através da Greendry SGPS	242.143	2,71%	2,77%
Total imputável	242.143	2,71%	2,77%



III.4. Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

O contrato de sociedade não prevê qualquer restrição à transmissibilidade ou titularidade das acções.

III.5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

A sociedade desconhece a existência de qualquer acordo parassocial.

III.6. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade;

Não existem quaisquer regras para a alteração dos estatutos da sociedade a não ser as que decorrem da lei a ela aplicável.

III.7. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

Não está previsto qualquer mecanismo de controlo.

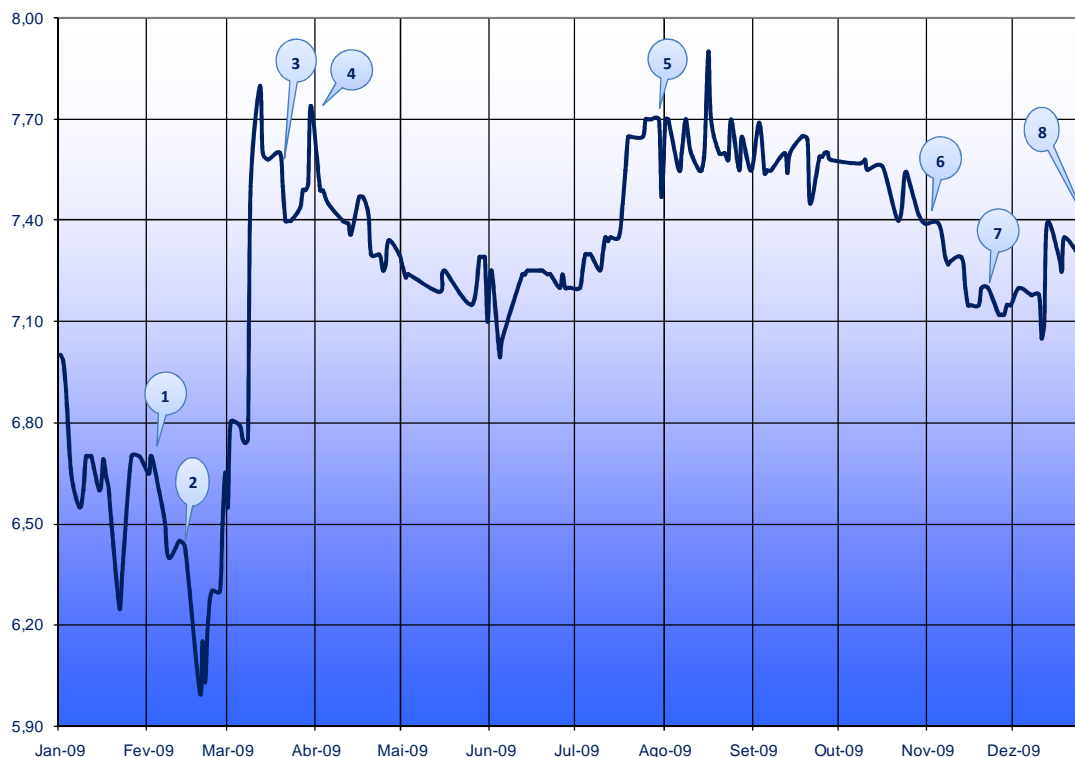
III.8. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente: a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções; b) O anúncio de resultados; c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.

A cotação de fecho das acções da Reditus em 2009 foi de 7,34 euros; 3,4% acima do preço de fecho do ano anterior de 7,10 euros.

Em termos de liquidez, foram transaccionadas durante o exercício cerca de 727 mil títulos da Reditus, representando um valor de transacção de 5,3 milhões de euros.

O número médio diário de acções transaccionadas fixou-se em cerca de 3,6 mil títulos, correspondente a um valor médio diário de cerca de 21 mil euros.

A evolução da cotação com identificação dos factos mais relevantes ocorridos ao longo do ano, consta do gráfico seguinte.



Data dos factos mais relevantes:

- | | |
|----------------------|---|
| 1. <u>06/02/2009</u> | Novos contratos de 2008 |
| 2. <u>20/02/2009</u> | Celebração de contrato de liquidez |
| 3. <u>24/03/2009</u> | Resultados anuais referentes a 2008 |
| 4. <u>03/04/2009</u> | Novos contratos do 1º trimestre de 2009 |
| 5. <u>05/08/2009</u> | Resultados do 1º semestre de 2009 |
| 6. <u>04/11/2009</u> | Novos contratos celebrados nos primeiros nove meses de 2009 |
| 7. <u>26/11/2009</u> | Resultados do 3º trimestre de 2009 |
| 8. <u>30/12/2009</u> | Aquisição da Partblack |

III.9. Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

O Conselho de Administração não propõe a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2009, mantendo na empresa os meios financeiros necessários para suportar o crescimento orgânico.

Nos três últimos exercícios também não foram distribuídos dividendos.



III.10. Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

Não existem, de momento, planos de atribuição de acções e/ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções da Reditus.

III.11. Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

No decorrer do exercício de 2009 ocorreram transacções entre o Grupo Reditus e as partes relacionadas seguintes: Lanifos - Sociedade de Financiamento, Lda, Companhia das Quintas Vinhos, SA, Portuvinus - Wine & Spirits, SA, GTBC, Tora, Canes Venatici e A2M, SA.

III.12. Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar, com alusão a: a) Funções do Gabinete; b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete; c) Vias de acesso ao Gabinete; d) Sítio da sociedade na Internet; e) Identificação do representante para as relações com o mercado.

A Reditus detém um Gabinete de Relações com o Investidor que assegura o adequado relacionamento com os accionistas, analistas financeiros e as entidades reguladoras do mercado de capitais, nomeadamente a CMVM e a Euronext Lisbon.

Cabe a este departamento promover o contacto permanente e constante com o mercado respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, disponibilizando, dentro dos termos legalmente permitidos, informações que sejam solicitadas ou que por alguma forma contribuam para uma maior transparência e participação na vida da Sociedade.

A Reditus disponibiliza um conjunto vasto de informações através do seu site na Internet: www.reditus.pt. O objectivo é dar a conhecer a empresa a investidores, analistas e público em geral, facultando o acesso permanente a informação relevante e actualizada. Podem, assim, ser consultados dados referentes à actividade da empresa, bem como informações especificamente destinadas aos investidores, que estão disponíveis, em português e inglês, na secção "Investidores". Destas informações destacam-se apresentações de resultados, informação privilegiada e outros comunicados à CMVM, relatórios e contas, o calendário financeiro, a estrutura accionista, os órgãos sociais e o desempenho bolsista das acções da Reditus.

A prestação de informação poderá ser solicitada através do telefone ou através do site na Internet (www.reditus.pt).

O gabinete de apoio ao investidor tem os seguintes contactos:

**Morada**

Estrada do Seminário, 2 Edifício Reditus
2614-522 Alfragide

Telefone

(+351) 21 412 4100

Fax

(+351) 21 412 4199

E-mail

accionistas@reditus.pt

Site

www.reditus.pt

Representante para as relações com o mercado

Maria Summavielle

III.13. Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) Serviços de revisão legal de contas; b) Outros serviços de garantia de fiabilidade; c) Serviços de consultoria fiscal; d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.

A remuneração total auferida pelo auditor e a outras entidades pertencentes à mesma rede pelos seus serviços às empresas do Grupo Reditus em 2009 ascendeu a 1711.088 euros, os quais se subdividem de acordo com o quadro abaixo indicado:

	Montante	%
Serviços de revisão legal de contas	131.766	77%
BDO & Associados, SROC	60.500	
Auren Auditores & associados, SROC	33.300	
Carvalheda, Plácido & Associados, SROC	37.966	
Outros serviços de garantia de fiabilidade		
Serviços de consultoria fiscal		
Outros Serviços que não o de revisão legal de contas	39.322	23%
BDO & Associados, SROC	18.842	
Deloitte & Associados, SROC	20.480	
Total	171.088	100%

Contratos de trabalho que vinculam os membros dos órgãos de administração, de direcção e de fiscalização ao Emitente e que prevêem benefícios no final do contrato.

Foi celebrado em 27 de Março de 2008 e ratificado em 7 de Abril de 2008 um contrato referente a um acordo celebrado entre a Sociedade e um Administrador, com vista a encerrar uma responsabilidade assumida pela Reditus no passado relacionada com um Fundo de Reforma.